

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

VANIA LÚCIA RODRIGUES DUTRA

**RELAÇÕES CONJUNTIVAS CAUSAIS NO TEXTO
ARGUMENTATIVO**

Rio de Janeiro

2007

VANIA LÚCIA RODRIGUES DUTRA

**RELAÇÕES CONJUNTIVAS CAUSAIS NO TEXTO
ARGUMENTATIVO**

Tese elaborada por Vania
Lúcia Rodrigues Dutra sob a
orientação da Prof^a Dr^a
Darcilia M. P. Simões para
obtenção do título de Doutor
em Língua Portuguesa.

Rio de Janeiro

2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/B

D978 Dutra, Vânia Lúcia Rodrigues.
Relações conjuntivas causais no texto argumentativo / Vânia Lúcia Rodrigues Dutra. – 2007.
210 f.

Orientador : Darcilia M. P. Simões.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Lingüística – Teses. 3. Linguagem – Teses. I. Simões, Darcilia Marindir P.. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	11
II- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1- Funcionalismo	16
1.1- Gramática formalmente orientada e gramática funcionalmente orientada	17
1.2- O modelo sistêmico-funcional de Halliday	18
As metafunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual.....	20
2- Conjunção	22
2.1- Conjunção na gramática tradicional.....	22
2.2- Conjunção como relação semântica.....	23
3-Coesão segundo Halliday & Hasan	30
3.1 - Conceito de texto.....	30
3.2 - Conceito de coesão.....	31
3.3 - As relações conjuntivas.....	32
Relações conjuntivas aditivas.....	35
Relações conjuntivas adversativas	36
Relações conjuntivas causais	36
Relações conjuntivas temporais	37
Outros itens conjuntivos (continuativos)	38
4- Relações conjuntivas causais: relações externas e internas	40
4.1- Relações externas e internas	40
4.2- Relações conjuntivas causais	43
5- Redação de Vestibular	53
5.1- Gênero, tipo e seqüência textual	54
5.2- A redação escolar e a redação de vestibular como gêneros textuais.....	60
5.3- O tipo de texto argumentativo	66
5.3.1- Situação de produção da argumentação	67
5.3.2- Estrutura do texto argumentativo	68
III- METODOLOGIA	72
1- Corpus	74
2- Procedimentos de análise	77
Aspectos estruturais: tipo de texto e seqüências textuais	80
Aspectos coesivos: relações conjuntivas causais	87
3- Análise dos dados	95
4- Resultados	131
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
V. BIBLIOGRAFIA	142
ANEXOS	146

I - INTRODUÇÃO

As relações entre gramática e discurso têm sido alvo de grande interesse por parte das pesquisas mais recentes na área dos estudos da linguagem. Nessa perspectiva, a gramática é considerada parte de um conjunto mais amplo de recursos que atuam na configuração da forma como a língua é colocada em uso, ou seja, da forma como os textos¹ são construídos, importando, então, investigar como os processos interacionais organizam a linguagem e como conferem significado a ela. Nesse âmbito, a gramática tem a sua importância resguardada, mas há um redimensionamento do espaço por ela ocupado no âmbito da análise lingüística do texto. Segundo Halliday (2002: xvii):

Um texto é uma unidade semântica, não uma unidade gramatical. Mas os significados são realizados por meio de fraseados; e, sem uma teoria dos fraseados – isto é, uma gramática –, não há como tornar explícita a interpretação do sentido de um texto. Então, o interesse atual pela análise do discurso está de fato criando um contexto em que a gramática ocupa um lugar central. (tradução livre)²

A visão funcionalista examina a língua como uma entidade não suficiente em si, e investiga a estrutura lingüística vinculada a seu contexto de uso, o que confere especial relevância à correlação entre as propriedades das estruturas gramaticais e as propriedades dos contextos em que ocorrem.

A corrente funcionalista considerada como base para este trabalho é a sistêmico-funcional de Halliday, que propõe um modelo de “gramática funcional”. Nela, encontramos as bases que julgamos adequadas para nossa investigação, que objetiva, de uma forma mais ampla, compreender melhor as relações entre gramática e discurso em língua portuguesa, desenvolvendo uma descrição que leva em conta a funcionalidade das estruturas léxico-gramaticais na constituição dos textos; e, mais especificamente, objetiva analisar o modo como as relações conjuntivas causais são construídas no texto argumentativo, tendo em vista

¹ Segundo Halliday & Hasan (1977: 1): *um texto é uma unidade da língua em uso*. Segundo Marcuschi (2002: 22): *... é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto*.

² Texto original: *A text is a semantic unit, not a grammatical one. But meanings are realized through wordings; and without a theory of wordings – that is, a grammar – there is no way of making explicit one's interpretation of the meaning of a text. Thus the present interest in discourse analysis is in fact providing a context in which grammar has a central place.*

seus sentidos externo e interno. Buscamos, no funcionalismo hallidayano e na análise pragmático-textual de Adam, apoio teórico para identificar o papel dos elementos conjuntivos causais nas seqüências argumentativas em termos de sua função na construção do sentido do texto. É relevante mencionar que não há uma correspondência estrutural entre o que se considera elemento conjuntivo na gramática funcional de Halliday e o que a gramática tradicional chama de conjunção. Portanto, consideramos como elementos conjuntivos todas as estruturas léxico-gramaticais que funcionam entre os diferentes segmentos de texto em conjunção, explicitando a relação semântica ali estabelecida.

Preocupamo-nos, neste trabalho, com os aspectos lingüísticos da coesão conjuntiva causal característicos do português. Os aspectos relativos ao *contexto de cultura*³ e ao *contexto de situação* somente são referidos no que podem ajudar a compreender os fenômenos lingüísticos discutidos. Optamos, também, por trabalhar somente com as relações causais marcadas por elemento conjuntivo, estando fora de nosso âmbito de análise as relações desmarcadas lingüisticamente.

Para Halliday (2002), uma gramática funcional é aquela que estrutura todas as unidades da língua como uma configuração orgânica de funções, considerando-se o contexto de produção, e a língua é vista como um sistema de produção de sentidos por meio dos enunciados lingüísticos. A gramática funcional defendida pelo autor é, então, de base semântica, e nela o significado é codificado pela gramática – estrutura lingüística.

A abordagem tradicional da gramática, por outro lado, coloca em segundo plano os aspectos semântico-contextuais, portanto, funcionais do uso da língua, privilegiando seus aspectos formais, o que contribui muito pouco para explicitar os processos de organização do discurso, nos quais a funcionalidade das estruturas gramaticais têm papel central. O reflexo disso se faz perceber, de um modo geral, nos textos produzidos por alunos formados pela Escola Básica – geralmente textos que apresentam problemas em sua constituição semântica e estrutural, prejudicando sensivelmente o objetivo comunicativo de seu produtor.

Nossa opção por trabalhar com redações de vestibular como *corpus* de análise nesta pesquisa deve-se à intenção de – além de servir de fonte material de investigação para atender ao objetivo teórico maior já descrito – trazer uma amostragem do que a Escola Básica vem formando em termos de produção textual ao final do Ensino Médio.

³ Malinowski (*apud* Halliday, 1977)

Embora muitos trabalhos já tenham explorado, com base na teoria desenvolvida por Halliday & Hasan (1977), as relações conjuntivas, especificamente as causais, como um dos aspectos coesivos dos textos, resta verificar a validade da distinção, proposta pelos autores, entre sentido externo e interno para as relações em conjunção. Para tanto, neste trabalho, partimos da hipótese de que, em textos do tipo argumentativo – em que se enquadram as redações de vestibular, *corpus* desta pesquisa – há a predominância das relações conjuntivas internas sobre as externas, uma vez que a grande preocupação do enunciador, na produção de textos argumentativos, é com a organização do discurso, com o processo comunicativo em si nas formas de interação escritor-leitor. Consideramos que, em relação à língua portuguesa, há muito ainda a ser investigado nesse terreno. Consideramos, também, que essa discussão pode ser de grande valia para o avanço dos estudos na área da produção textual e da leitura, refletindo-se, portanto, na prática pedagógica.

Antes de proceder à análise das relações coesivas conjuntivas causais propriamente ditas nos textos-*corpus*, apresenta-se, no capítulo II, uma fundamentação teórica em que os referenciais teóricos da pesquisa são discutidos. A seção 1 dá uma visão geral sobre a corrente funcionalista nos estudos da linguagem, especificamente o modelo sistêmico-funcional de Halliday. A seção 2 apresenta a concepção de conjunção como um processo coesivo e um contraponto com o que propõe a gramática tradicional. Na seção 3, discutem-se os conceitos de texto e de coesão, e faz-se uma revisão das relações conjuntivas em Halliday & Hasan (1977). As relações conjuntivas causais em seus valores externo e interno são analisadas na seção 4. Por último, na seção 5, discutem-se as noções de gênero, tipo e seqüência textual, visando à análise das redações de vestibular, textos-*corpus* de nossa pesquisa, em seus aspectos semânticos e estruturais. No capítulo III, toda a metodologia do trabalho é descrita. O *corpus* e os procedimentos de análise são apresentados nas seções 1 e 2. Seguem as seções 3 e 4, onde os dados são analisados e os resultados discutidos: as ocorrências de relações conjuntivas causais marcadas por elemento conjuntivo são coletadas e analisadas em relação a seus valores semânticos específicos, e em relação à função de conjunção externa ou interna que desempenham na constituição do texto. O capítulo IV apresenta as considerações finais. A ele se seguem a bibliografia e os anexos, onde a proposta de redação do vestibular que deu origem aos textos-*corpus* e os originais desses textos são apresentados.

Algumas observações são ainda necessárias em relação ao texto que ora apresentamos. Por conta do grande número de notas, optamos por apresentá-las no rodapé das páginas visando facilitar a leitura. Com o mesmo objetivo, incluímos as citações das obras em inglês

traduzidas no corpo do texto, sendo os fragmentos fielmente transcritos dos originais apresentados em forma de nota de rodapé. Quanto à terminologia, procuramos manter, na maior parte dos casos, a própria nomenclatura adotada pelos teóricos (principalmente Halliday & Hasan e Adam) em que baseamos nosso trabalho – as poucas exceções são comentadas no decorrer do próprio texto, quando se faz necessário. Alguns poucos exemplos apresentados em nossa exposição são traduções das obras clássicas consultadas (principalmente Halliday & Hasan), devidamente acompanhados pelos originais; a maioria deles são exemplos retirados do próprio *corpus*, redações de vestibular, cuja forma original foi fielmente respeitada, não tendo sido promovida nenhuma alteração nos textos escritos pelos candidatos.

Finalmente, embora desenvolvendo uma teoria sobre a natureza e o funcionamento da linguagem, o trabalho de Halliday configura-se como uma gramática da língua inglesa. Por isso, a adequação das categorias por ele propostas ao caso específico da análise de textos em língua portuguesa foi cuidadosamente avaliada em cada caso particular.

II- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pretendemos, neste capítulo, descrever as concepções teóricas em que se baseia este trabalho.

Com base no Funcionalismo, especificamente no modelo sistêmico-funcional de Halliday (2002), procuramos compreender melhor as relações entre gramática e discurso, levando em conta a funcionalidade dos elementos conjuntivos na construção das relações causais no texto argumentativo.

Para tanto, partimos da noção de conjunção como uma relação semântica e percorremos os conceitos de coesão, de texto, de relação conjuntiva em seus valores externo e interno, até chegar às relações causais – base teórica assentada em Halliday & Hasan (1977). Vez por outra, um contraponto é feito em relação ao que defende a gramática tradicional, quando nos apoiamos em Bechara (1983 e 1999), Said Ali (1966) entre outros.

Como nosso foco de trabalho é a organização textual e nosso *corpus* é composto de redações de vestibular – textos com características muito singulares –, propomos uma discussão acerca das noções de gênero e tipo de texto, com base principalmente em Bakhtin (2003) e Marcuschi (2005), além da discussão sobre o texto argumentativo, com base na noção fundamental de seqüência proposta por Adam (1992).

1- Funcionalismo

Como se sabe, aprender uma língua não é somente uma questão de apreender seu vocabulário e sua gramática⁴. Qualquer pessoa que já tenha visitado um país de língua estrangeira pode assegurar que isso é só uma parte da história. Vivenciamos situações em nosso cotidiano que pertencem a nosso contexto de cultura – sistema de experiências com significados partilhados –, por isso a maioria delas é familiar, o que nos faz reconhecer e compreender os sentidos produzidos por nossos interlocutores nas mais diversas situações comunicativas.

Compartilhamos a mesma cultura, o mesmo conhecimento de mundo. Sempre que falamos ou escrevemos, operamos uma seleção nos sistemas lexical e gramatical da língua, buscando construir sentidos adequados às situações comunicativas de que participamos. Quando começamos a operar em uma língua estrangeira, muito embora conheçamos palavras e estruturas gramaticais, normalmente não conhecemos os usos apropriados aos diferentes contextos situacionais. Portanto, só nos fazemos entender e entendemos o outro realmente se compartilhamos não só o vocabulário e a gramática, mas o conhecimento sobre que escolhas lexicais e gramaticais são adequadas a cada situação.

Normalmente os falantes de uma língua materna têm a habilidade de usá-la adequadamente em diferentes situações e com diferentes propósitos. Sabemos como a língua funciona nos diferentes contextos e a compreendemos e atualizamos apropriadamente sempre que um contexto ou uma situação determinada se impõe.

Investigar como a comunicação se realiza por meio da língua, ou seja, como os usuários da língua se comunicam eficientemente, é assumir uma postura funcionalista diante da linguagem. O que se analisa, na verdade, é a competência comunicativa, considerando-se “as estruturas das expressões lingüísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração” (Neves, 1997: 2).

Numa abordagem funcionalista, a língua não pode ser vista como um sistema autônomo, nem a gramática somente como a análise de sua estrutura. A gramática de orientação funcionalista analisa a estrutura gramatical incluindo nessa análise toda a situação comunicativa, ou seja, a dinâmica que determina as escolhas lingüísticas por parte do

⁴ A palavra *gramática* está sendo tomada aqui como o modo como a língua se organiza em suas estruturas.

enunciador e que guia o interlocutor na construção dos sentidos: o contexto discursivo, os sujeitos da comunicação, os objetivos discursivos. A chamada gramática funcional, então, não é um conjunto de regras, mas um conjunto de recursos para descrever, compreender e construir sentidos.

Como a palavra gramática é tomada em diferentes acepções, visando dirimir quaisquer dúvidas que possam ocorrer no decorrer de nossa exposição, esclarecemos que aqui ela está sendo tomada como o modo como a língua se organiza. Quando nos reportarmos à normatividade, usaremos a expressão gramática tradicional (GT).

1.1- Gramática formalmente orientada e gramática funcionalmente orientada.

O funcionalismo lingüístico se propõe ir além da abordagem compartimentada típica do formalismo, na qual, segundo Beaugrande (1993: cap.III, p.2)⁵:

Um esquema de ‘níveis’ ou ‘componentes’ (cada um deles definidos por suas formas) pode ser construído como uma divisão de trabalho entre escolas ou departamentos isolados, um para estudar fonologia e outro para morfologia, um para sintaxe, um para semântica e um para pragmática.

Opõem-se, então, duas correntes do pensamento lingüístico, dois modelos de estudo com visões diferentes acerca da linguagem. A visão formalista analisa a língua como um objeto autônomo, considerando a estrutura lingüística independentemente do uso que dela se faça. Já o funcionalismo analisa a língua não como um fenômeno isolado, mas como um fenômeno que serve a uma variedade de propósitos, considerando o uso das estruturas lingüísticas na interação verbal.

A visão formalista da gramática é aquela que considera a estrutura sistemática das formas da língua. Com base nela, a língua é estudada de forma descontextualizada, e suas características internas são seu objeto específico de análise. Nessa abordagem, o que está em foco são os elementos constituintes da língua e a relação entre eles. A relação entre esses constituintes e seus significados e entre a língua e o contexto de comunicação não é considerada. A forma da língua é o cerne da análise formalista, sendo a função de interesse secundário.

⁵ *Apud* Neves (1997: 23).

Já na visão funcionalista, a função das formas da língua desempenha um papel fundamental, sobrepondo-se às características internas da língua. A preocupação é com as relações entre a língua e as diferentes modalidades de interação social, ou seja, o modo como ela se realiza nas várias situações comunicativas.

Segundo Halliday (2002), as diferenças entre essas duas correntes da gramática baseiam-se na oposição fundamental entre uma orientação primariamente sintagmática e uma orientação primariamente paradigmática. Assentada na primeira orientação, a *gramática formalmente orientada* interpreta a língua como uma lista de estruturas, entre as quais relações regulares podem ser estabelecidas secundariamente; enfatiza os traços universais das línguas e toma a sintaxe como base, organizando a língua em torno da frase. Assentada na segunda orientação, a *gramática funcionalmente orientada*, ao contrário, entende a língua como uma rede de relações, com a atualização das estruturas funcionando como a realização dessas relações; evidencia as variações entre as línguas e toma a semântica como base, organizando a língua em torno do texto e do discurso.

Na base dessa diferenciação está o fato de os formalistas encararem a linguagem como fenômeno mental, estudando a língua como um sistema autônomo, enquanto os funcionalistas a vêem como um fenômeno social, estudando-a em relação à função social que desempenha.

1.2- O modelo sistêmico-funcional de Halliday

Na perspectiva de Michael A. K. Halliday (2002), a linguagem é um sistema de significações que medeia a experiência humana. Não se trata de um sistema simbólico que corre paralelo a essa experiência, mas que a interpenetra, pois há uma correlação entre as propriedades das estruturas lingüísticas e as propriedades dos contextos em que elas ocorrem.

Na base de sua lingüística sistêmico-funcional, então, está a idéia de que princípios de coerência, subjacentes à sociedade, orientam a seleção e a organização dos significados relevantes no contexto de cultura, e de que tais princípios são expressos por meio de padrões de uso da linguagem. Halliday denomina sua lingüística *sistêmica* por se referir à linguagem como redes de escolha, e denomina-a *funcional* por sua relação com a atividade social em desenvolvimento em seu contexto de uso. Sua visão de gramática evidencia o caráter dialético entre o fazer e o dizer, ou seja, entre a situação comunicativa e sua materialização no léxico, nas estruturas gramaticais e em todos os níveis de significação da linguagem.

Partindo desses princípios, a gramática funcional proposta por Halliday examina os dados gramaticais buscando compreender como a gramática funciona como instrumento para a comunicação. Em suas palavras (2002: xiv):

[Em uma gramática funcional], a língua é interpretada como um sistema de significados, acompanhado pelas formas por meio das quais os significados podem ser realizados. A pergunta é: “como esses significados são expressos?”. Isso coloca as formas da língua em uma perspectiva diferente: como meios para atingir um fim, mais do que como um fim em si mesmas. (tradução livre)⁶

Na *Introdução* de seu livro *An introduction to functional Grammar* (2002: xiii-xxxv), Halliday justifica sua gramática como funcional a partir da estrutura conceitual em que ela se baseia – funcional mais do que formal. Acrescenta, ainda, que ela é funcional em três sentidos diferentes, mas intimamente relacionados, quais sejam: em sua interpretação dos textos, do sistema e dos elementos constituintes das estruturas lingüísticas. Segundo o autor, as línguas se desenvolveram para satisfazer as necessidades humanas, e o modo como elas se organizam é funcional porque cumprem funções buscando atender a essas necessidades. Ou seja, em sua visão, a gramática não é arbitrária. Uma gramática funcional é essencialmente “natural” no sentido de que tudo nela pode ser explicado com referência a como a língua é usada. Desse modo, os componentes considerados fundamentais na língua são os componentes funcionais.

Na teoria de Halliday, a língua se organiza em torno de dois significados principais, o ideacional e o interpessoal – metafunções da linguagem –, componentes da língua que constituem os dois objetivos que fundamentam essencialmente todos os usos da linguagem: o de manifestar “conteúdos” e o de estabelecer e manter relações sociais, respectivamente. O significado textual – terceira metafunção da linguagem –, por sua vez, atualiza os outros dois, estabelecendo correspondência entre a linguagem e a situação em que é usada, e capacitando, portanto, os usuários da língua a construir textos.

No modelo sistêmico-funcional, o conceito de significado vai para além dos limites da representação – significado ideacional – e se amplia para incluir outros criados lingüisticamente – significados interpessoal e textual. Sendo o objetivo da lingüística funcional explicar não somente como os significados são construídos, mas também como eles

⁶ Texto original: *[In a functional grammar], a language is interpreted as a system of meanings, accompanied by forms through which the meanings can be realized. The question is rather: “how are these meanings expressed?”. This puts the forms of a language in a different perspective: as means to an end, rather than as an end in themselves.*

se relacionam com os contextos em que ocorrem, confere-se a mesma relevância a todos os três tipos de significado.

As metafunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual.

Um texto é uma unidade de língua em uso, isto é, uma unidade de “língua que é funcional” (Halliday & Hasan: 1977). Adotando uma visão de linguagem como um processo social, Halliday define o uso da linguagem em termos de *contexto de situação* e *contexto de cultura*. De fato, o texto acontece nesses dois contextos, um inserido no outro. O contexto de situação é um sistema de traços relevantes para o uso linguagem, de forma que uma determinada atividade em andamento e a própria interação entre os interlocutores sejam mediadas pela linguagem. O contexto de cultura, por sua vez, é um conjunto compartilhado de contextos de situação. A combinação entre o contexto de cultura e o contexto de situação resulta em diferenças e semelhanças entre um texto e outro.

O contexto de situação abarca todos os traços relevantes para a interação comunicativa e se define com base em três parâmetros (*op.cit.*: 22): campo (*field*), relação (*tenor*) e modo (*mode*). O primeiro é definido como a natureza do evento comunicativo, da prática social desenvolvida; o segundo, como a natureza da relação entre os sujeitos da comunicação; o terceiro, como a natureza dos atos de linguagem praticados, do meio em que a mensagem é transmitida. Esses três parâmetros do contexto de situação afetam as escolhas lingüísticas dos falantes justamente porque se realizam através das três metafunções da linguagem (Halliday, 2003: 174):

- metafunção ideacional – que expressa o “conteúdo” do texto, a representação das experiências do mundo interior e exterior;
- metafunção interpessoal – que expressa as interações comunicativas, em que o sujeito age sobre o outro, desencadeando novas ações;
- metafunção textual – que expressa a estruturação da experiência pelo sujeito em textos coerentes a partir do sistema lingüístico.

Na abordagem sistêmico-funcional dos estudos sobre a língua, a oração – unidade básica para a análise léxico-gramatical – codifica três significados simultaneamente, e esses significados relacionam-se a essas três funções da linguagem. O componente ideacional se

materializa pela transitividade, especificando os papéis dos elementos da oração. É a parte do sistema lingüístico concernente à expressão do “conteúdo”, constituindo a função que tem a língua de falar sobre alguma coisa. Esse componente divide-se em *experiencial* e *lógico* – o primeiro relacionando-se diretamente à representação da experiência, do contexto de cultura; e o segundo expressando as relações lógicas abstratas que se derivam indiretamente da experiência. O componente interpessoal se materializa pelo modo e modalidade, especificando as funções da fala que expressam o ponto de vista do enunciador, suas atitudes e julgamentos, o papel que ele assume na situação comunicativa. O componente textual, por sua vez, se materializa pela estrutura temática e de informação, especificando as relações dentro do texto ou entre o texto e a situação. É o componente que atua na formação de textos a partir do sistema lingüístico, fazendo as unidades lingüísticas operarem no co-texto⁷ e na situação comunicativa – ele compreende os recursos que tem a língua para criar textos. A gramática funcional, então, estrutura todas as unidades da língua – sintagmas, orações etc. – como configurações orgânicas de funções, em que cada parte é interpretada como funcional em relação ao todo.

A base dessa abordagem é, então, semântica, não sintática, pois busca identificar o papel das várias unidades – multifuncionais – da língua nos textos, em termos de sua função na construção dos significados. O texto é, então, uma configuração de significados selecionados no potencial semântico total da língua. É ele a unidade maior de funcionamento, e a construção de seu sentido é o que a análise sistêmico-funcional põe em foco.

⁷ Referimo-nos a *co-texto*, conforme Charaudeau & Maingueneau (2004: 127), como o ambiente verbal do texto. *Contexto*, por sua vez, além de referir-se a esse ambiente verbal, abarca também a situação comunicativa.

2- Conjunção

A concepção de *conjunção* adotada neste trabalho é a que se baseia na visão de Halliday & Hasan (1977). Para os autores, existem, no sistema lingüístico, tipos diferentes de relações sistemáticas que se estabelecem entre as frases. Tais relações são meios de que se utiliza o sistema para permitir que partes do texto se conectem a outras pelo sentido.

Trata-se de um mecanismo coesivo que especifica o modo como uma porção de texto subsequente é sistematicamente conectada a uma outra porção que a antecede. *Conjunção*, então, será aqui considerada como um tipo de relação semântica que se dá entre diferentes porções que compõem um texto – orações (*clauses*), frases (*sentences*), blocos intermediários, parágrafos –, ao passo que, no sentido tradicional, a conjunção é considerada somente no âmbito da frase, funcionando entre orações e termos da oração⁸.

2.1- Conjunção na gramática tradicional.

A noção de conjunção normalmente veiculada nas gramáticas tradicionais é a de um vocábulo gramatical cuja função é “relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração” (Cunha, 1985: 565). Os gramáticos assinalam o papel conector de tal vocábulo, que se classifica em coordenativo ou subordinativo, conforme as orações por ele conectadas pertençam ou não ao mesmo nível sintático. É o tratamento estrutural dado pelas gramáticas (GT) aos fenômenos lingüísticos observados – nesse caso, a concatenação entre termos e orações na formação de unidades maiores.

Os elos que se formam por meio do emprego de conjunções no interior das orações – e entre elas no âmbito do período – são estruturais. Os fenômenos observados para além dos limites do período – entre períodos, blocos intermediários de texto, parágrafos – não são considerados como material de análise pela gramática, uma vez que é o período a unidade estrutural mais complexa por ela considerado.

Como o objeto de análise da disciplina gramatical é a língua e não o texto, a gramática atua nos estratos de organização que a língua disponibiliza. Com base nos estratos de

⁸ ...we have to recognize that in many instances there will be a conjunctive expression in the middle of a sentence, presupposing a previous clause in the same sentence. (Halliday & Hasan, 1977: 233)

Tradução livre: ...temos de reconhecer que muitas vezes haverá uma expressão conjuntiva no meio de uma frase, pressupondo uma oração anterior nessa mesma frase.

estruturação gramatical apontados por Coseriu (1980), podemos dizer que, de acordo com a nomenclatura mais comum praticada pela literatura gramatical brasileira, o Português organiza-se por camadas diferenciadas, que vão do elemento mínimo significativo ao elemento de maior extensão, nesta ordem: *morfema, palavra, grupo de palavras, oração, período*.

Restringem-se, então, ao campo de análise da gramática, os estudos de morfologia e sintaxe, uma vez que a gramática só estuda as unidades lingüísticas que são dotadas de significado e que se estruturam sintagmaticamente de forma binária, mesmo que o segundo elemento do sintagma seja um zero. É preciso estabelecer, aqui, a diferença entre *significado* e *sentido*. Enquanto aquele “é o conteúdo dado lingüisticamente em uma língua particular” – plano da língua –, este é “o especial conteúdo lingüístico que se expressa mediante a designação e o significado” – plano do discurso – (Bechara, 1999: 35).

Todo elemento tem um significado de língua, mas, quando entra no discurso, passa a expressar um sentido textual. Os papéis semânticos estão no domínio textual, não no domínio da gramática da língua. Desse modo o sentido vai além do conteúdo dado lingüisticamente e corresponde a atitudes, intenções, impressões, suposições do enunciador e do enunciatário.

Atendo-se ao plano da língua, a que correspondem o saber idiomático e o significado, a gramática descreve os fenômenos frásicos, considerando tudo que ultrapassa a fronteira da frase como pertencente ao âmbito de análise de outros ramos da ciência lingüística. Não se deve esquecer de que toda disciplina, assim entendida e figurando ao lado de outras sem com elas se confundir, precisa ter seu campo de atuação claramente delimitado – exigência para que se possa ter coerência em sua metodologia de trabalho. Assim, muitas críticas inicialmente direcionadas à gramática (GT), relacionadas à coerência de conceitos e de nomenclaturas dos fenômenos lingüísticos característicos da constituição do texto, perdem sua razão de ser, uma vez que escapam a seu âmbito de análise.

2.2- Conjunção como relação semântica.

As *relações coesivas*, em princípio, não se restringem aos limites da frase. Ao contrário, a coesão é tida como uma relação semântica que se constrói entre um elemento do texto e algum outro, também presente nele, que é imprescindível para a interpretação do primeiro. Entretanto, a localização desse segundo elemento não é necessariamente

determinada pela estrutura gramatical: esses dois elementos podem estar estruturalmente relacionados ou não.

Essa questão não afeta a natureza das relações coesivas porque este é um conceito mais geral, que atua em um contexto mais amplo que o das *relações estruturais*. Halliday & Hasan (1977) consideram o caráter textual das relações coesivas conjuntivas quando se referem a elas como as existentes entre as frases que compõem o texto.

As relações estruturais, por sua vez, são concretizadas pela estrutura lingüística, no âmbito da frase, não ultrapassando seus limites. É o caso do emprego do E, por exemplo, que, representando uma relação lógica elementar, é considerado um elemento lingüístico estrutural que coordena pares de elementos. Essa relação de coordenação pode se dar entre nomes ou locuções nominais, verbos ou locuções verbais, advérbios ou locuções adverbiais ou prepositivas, ou entre orações. Um par ou uma série de itens coordenados é considerado como um elemento único – complexo – na estrutura lingüística e exerce a mesma função que o seu correspondente simples. Isso significa dizer que um par coordenado de dois nomes funciona, na estrutura da oração, da mesma forma que um seu correspondente simples. Comparem-se, por exemplo, os trechos abaixo:

Ex.1 Texto 22	<i>A busca do conhecimento, na história do homem, sempre esteve regida pelo antagonismo provocado pelos seus erros e acertos.</i>
------------------	--

Ex.2	<i>A busca do conhecimento, na história do homem, sempre esteve regida pelo antagonismo provocado pelos seus erros.</i>
------	--

Tanto o par coordenado pelo E – *erros e acertos* – quanto a forma simples *erros* exercem a mesma função de núcleo do agente da passiva no trecho de que fazem parte.

Ex.3 Texto 17	<i>Com o passar do tempo, as novas mentalidades inovam, e ao mesmo tempo trazem com elas o que foi aprendido. E o desenrolar dessa história é acompanhado por problemas, que na maioria das vezes não tem resolução.</i>
------------------	---

Empregado como elo entre uma frase e outra, o segundo E, no exemplo anterior – texto 17 –, estabelece entre elas não uma relação estrutural de coordenação, mas uma relação coesiva, em que opera conjuntivamente para dar coesão ao texto. A função do E conjuntivo – chamado *aditivo* pelos autores –, se comparada com a função do E coordenativo, é, de certa forma, modificada e ampliada. Enquanto a relação coordenativa é estrutural e intrafrásica, a relação aditiva é coesiva e interfrásica. Por se tratar de uma relação entre frases, e as frases se apresentarem de forma linear, uma após outra no desenrolar do texto, elas não podem ser reorganizadas em seqüências diferentes, como é possível numa seqüência coordenada, sob pena de se alterar seu sentido. Então, a conjunção não é simplesmente a coordenação estendida para operar entre frases, e as relações conjuntivas não são lógicas, mas textuais (*op. cit.*: 238).

Quando consideradas as relações coesivas nas fronteiras do período, podemos observar um número limitado de estruturas possíveis, que definem as relações entre as partes: subordinação, transitividade etc. Com o texto, o mesmo não se pode observar. Nele temos frases estruturalmente independentes ligadas umas às outras por traços semânticos particulares, por relações de sentido. Isso não quer dizer, entretanto, que não se possa descrever a constituição de um parágrafo ou de um capítulo, por exemplo. Afinal, não há dúvida de que existe, neles, um tipo de estrutura. Mas é muito difícil que se possa demonstrar a existência de relações estruturais generalizadas construídas por frases que exerçam funções determinadas nessas unidades maiores, como pode ser observado na organização das unidades menores que o período, atuando em sua constituição. As relações entre essas unidades menores, juntamente com a ordem em que elas ocorrem dentro do período, são determinadas pela estrutura. Entre os períodos, no entanto, as relações existentes não são estruturais, e não há restrições gramaticais em relação à seqüência em que eles são organizados para formar uma unidade maior, seja ela um parágrafo ou um texto.

Coesão é, pois, de um modo geral, um conceito relacional. Não é a presença de um elemento no texto que é considerado coesivo, mas a relação que ele estabelece com um outro elemento no mesmo texto. A coesão não depende da presença de elementos anafóricos, como *ele* ou *então*, por exemplo, mas da existência de uma relação semântica que pode ser concretizada de diversas formas.

Uma das formas pelas quais a coesão pode se dar é a *conjunção*, expressa pelo emprego de formas como *e, mas*⁹, *conseqüentemente, depois, por isso*. Nesse caso, a coesão conjuntiva se constrói na relação abstrata entre uma porção de texto e outra, considerando-se o conteúdo de cada uma delas e o modo como elas estão relacionadas como fenômenos do mundo biossocial, da realidade extralingüística; por exemplo:

Ex.4 Texto 85	<i>Estudos científicos da Faculdade de Psicologia de Minas Gerais indicam que as conseqüências psicológicas do erro, podem afetar drasticamente uma pessoa. Principalmente se este erro for contínuo. // Por isso, estudos estão sendo feitos.</i>
------------------	--

(nesse caso, o resultado dos estudos científicos desencadeia os estudos que estão sendo feitos; a relação se dá entre eventos e o segundo é resultado – conseqüência – do primeiro)

ou considerando-se o papel de cada uma delas no texto, o modo como elas estão relacionadas na perspectiva do enunciador; por exemplo:

Ex.5 Texto 45	<i>A aplicação de determinados recursos no método da ciência, como os defeitos e a imaginação, é limitada pelas conseqüências desfavoráveis que podem apresentar. // É preciso, portanto, considerar no processo científico a relação entre o prejuízo e o esforço empreendidos e o que pode ser obtido desse processo.</i>
------------------	---

(aqui, os eventos são lingüísticos, e o sentido do trecho é construído pelo enunciador a partir da organização do discurso; ele atribui, ao segundo segmento do trecho, o valor de conclusão em relação ao raciocínio desenvolvido no primeiro, visando à construção de uma estratégia argumentativa).

Diferentemente da perspectiva estrutural, em que a conjunção se dá entre termos e orações dentro dos limites do período, a relação conjuntiva, na perspectiva semântica, envolve passagens mais longas que o período, podendo relacionar uma porção subsequente do texto a uma muito mais longa que a anteceda. É o que acontece, por exemplo, no texto que se segue, em que o último parágrafo se relaciona ao bloco que o antecede, como um todo, estabelecendo entre eles uma relação de causa¹⁰ (razão).

Ex.6 Texto 60	<i>Conseqüências</i> <i>Muitos acreditam que o defeito, o erro, a crise e a imaginação sempre são causas de conseqüências positivas, como o pensamento que pode levar a</i>
------------------	--

⁹ Halliday & Hasan (1977) tratam a conjunção de uma maneira genérica, considerando o *mas* como elemento conjuntivo. Ducrot (1987) considera-o como elemento de contra-junção.

¹⁰ Sob o título *Relações Causais*, Halliday e Hasan incluem as específicas *de resultado, razão e finalidade*, particularmente aqui observada a segunda.

	<p><i>evolução da ciência ou a imaginação que pode ser substituída pela verdade.</i></p> <p><i>Outros, contraditando idéias de Rubem Alves ou Marcelo Gleiser, crêem que nem sempre isso ocorre na realidade. Pensam que as causas podem ser tão sérias, graves e até profundas que acabam tendo resultados negativos. Como exemplo disso, pode-se citar a seguinte situação cotidiana: uma pessoa descobre uma doença, um defeito, em seu corpo tarde demais, logo, não sobra tempo para pensar na cura e vem a falecer. Mas, por outro lado, esta pessoa está abrindo portas para a prevenção dessa doença em outras.</i></p> <p><i>// Por tudo isso, conclui-se que as conseqüências, dependendo do ponto de vista ou da intensidade das causas, podem ser positivas ou negativas, porém, acredita-se que de imediato as conseqüências podem realmente serem negativas, mas ao longo do tempo pode-se tirar proveito, sendo em parte positiva também.</i></p>
--	--

Por se tratar de uma relação semântica, a relação coesiva conjuntiva é estabelecida mesmo na ausência de elemento lingüístico que funcione como elo explícito entre as diferentes porções do texto. Somos capazes de reconhecer o sentido que se constrói entre dois segmentos contíguos de texto, assumindo o fato de haver entre eles uma relação coesiva conjuntiva, mesmo que esta não esteja marcada explicitamente. É o que se demonstra no trecho que se segue:

Ex.7 Texto 14	<i>Não somos donos da verdade. // Também temos direito de errar e erramos.</i>
------------------	--

A relação semântica aqui observada é de causa, especificamente de resultado ou de razão, e poderia ter sido explicitada, pelo enunciador, pelo emprego de *logo*, *então*, *desse modo* ou *pois*, *porque*, respectivamente, ou ainda pelo emprego de qualquer outro item, a eles semanticamente equivalente, no início do segundo período.

Said Ali, em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1966: 218), já discutia a função das conjunções (elementos conjuntivos operando dentro do período):

Discutível é a serventia de ligar orações. Elemento nôvo interposto entre dous sistemas homogêneos tanto pode cimentar como desunir; e para ligar palavras a palavras, frases a frases, orações a orações, basta pronunciá-las seguidamente sem pausa. Que a linguagem creasse vocábulos expressamente para êste efeito, por não poder encadear os enunciados dos pensamentos sem tal recurso, não é cousa crível. Aí estão as construções assindéticas, tão intelegíveis para os povos atrasados, e tão claras e elegantes para os homens de cultura superior. E até aquela partícula a que damos o nome de “integrante” e raras

vêzes omitimos em português, em certos dizeres comuns do inglês ou do alemão mais vale desaparecida que ostentando-se, v. g. em *I think he is here* por *I think that he is here*; *ich glaube, er kommt* por *ich glaube, dass er kommt*.

Aproximemos a noção, discutida por Ali, de justaposição entre orações nos limites do período da idéia de conjunção como um processo coesivo em que os segmentos textuais estão ligados uns aos outros, não por elos estruturais, mas pelo sentido. Pode-se dizer que é a própria organização linear das frases, uma após a outra, no desenvolvimento do texto, que constrói as relações de sentido; há uma interdependência semântica entre as frases na composição de uma unidade maior, assim como também há essa mesma interdependência entre parágrafos na construção do texto. Para a interpretação de um segmento de texto, é necessário que se considerem aquele que vem antes e/ou aquele que vem depois, pois os traços semânticos deste influenciam a leitura daquele. Um texto é um todo significativo e não o somatório do significado de suas partes. Tanto é assim que uma de suas características é que a seqüência de suas frases, de seus parágrafos não pode ser alterada sem que se altere seu sentido. No interior de um texto, o sentido de cada um de seus segmentos depende de seu entorno. Se alterarmos, por exemplo, a ordem das frases que aparecem no trecho retirado do texto 14, anteriormente apresentado, a relação de sentido entre elas se altera:

Ex.8 Texto 14	<i>Não somos donos da verdade. // Também temos direito de errar e erramos.</i>
------------------	--

Ex.9	<i>Também temos direito de errar e erramos. // Não somos donos da verdade.</i>
------	--

Se considerarmos, nesse exemplo, a relação conjuntiva causal do tipo razão, diremos que, no trecho original (o primeiro), o enunciador admite não sermos os donos da verdade, usando como argumento em defesa de sua idéia a explicação de que também temos o direito de errar e que de fato erramos. Já no trecho em que a ordem das frases foi alterada (o segundo), o enunciador teria admitido que temos o direito de errar e erramos, e o argumento que minimiza esse problema seria o fato de não sermos os donos da verdade. Vê-se, então, que a simples alteração da ordem das frases altera a força argumentativa do enunciado,

cambiando tese e argumento. Desse modo, altera-se a instrução para a leitura, que joga o foco para um ou para outro segmento, gerando interpretações diferenciadas.

3-Coesão segundo Halliday & Hasan

Para Halliday & Hasan (1977), a coesão se refere às relações semânticas no texto, sendo responsável pela sua coerência. Entretanto, sabe-se, com base em estudos mais recentes, que a coerência é uma questão de conteúdo. Os nexos coesivos presentes na superfície do texto são, na verdade, efeitos lingüísticos dessa coerência.

3.1 - Conceito de texto

Halliday & Hasan (*op.cit.*: 01) concebem o *texto* como uma passagem falada ou escrita, de qualquer extensão, que forma um todo unificado. O texto é uma unidade de língua em uso, funcionando em um contexto situacional. É a unidade semântica básica da interação lingüística.

Segundo os autores, o texto não é uma seqüência de frases simplesmente, nem uma unidade gramatical maior do que a frase, ou seja, algo da mesma natureza, mas que difere dela no que diz respeito à extensão. Ao contrário, enquanto a frase é uma unidade gramatical, o texto é uma unidade semântica (*op. cit.*: 293). Tal unidade semântica diz respeito à unidade de sentido que ele apresenta em relação ao contexto em que está inserido.

Como unidade semântica, o texto é realizado por meio de frases que se relacionam entre si, e a expressão dessa unidade se deve à coesão entre as frases que o compõem¹¹. É o que os autores chamam de *textura*, uma rede de elos estabelecidos entre as várias e diferentes partes do texto, que faz com que ele seja assim considerado. Embora realizado por frases, não se pode esperar encontrar, entre as partes do texto, o mesmo tipo de integração estrutural encontrado entre as partes de uma frase. No interior da frase, principalmente no caso do período composto, uma ampla gama de relações semânticas é construída por meio de diferentes nexos. Na construção do discurso, cujo produto é o texto, entretanto, estabelecem-se outras relações que não estão sujeitas a essa limitação estrutural: são relações que envolvem elementos lingüísticos de qualquer tamanho, maiores ou menores que as orações, desde uma só palavra a passagens mais longas, e que se podem manter através de intervalos, distâncias de qualquer extensão, seja dentro da frase ou para além dela.

¹¹ Embora os autores afirmem que essa unidade semântica (coesão) é garantida pela coesão, estudos mais recentes têm demonstrado que há outros fatores responsáveis pela textualidade, inclusive a coerência, para a qual todos os outros concorrem (Koch & Travaglia, 1992).

Essas relações que se dão para além das fronteiras da frase e que são características do texto são de natureza diferente e não podem ser construídas por meio de estruturas gramaticais. Esses recursos não-estruturais são o que Halliday (2002: 309) chama de *coesão*.

3.2 - Conceito de coesão

A coesão é um mecanismo lingüístico responsável pela *conectividade* entre as partes do texto. Mateus (1983) refere-se à coesão e à coerência textuais exatamente como *conectividade seqüencial* e *conectividade conceptual*, respectivamente. Para a autora, a primeira caracteriza-se como

todos os processos de seqüencialização que asseguram uma ligação significativa – nos diversos níveis de análise – entre elementos que ocorrem na superfície textual

e a segunda, como

a interdependência semântica das ocorrências textuais resultante dos processos mentais de apropriação do real, e da configuração e conteúdo dos esquemas cognitivos que definem o nosso saber sobre o mundo.

Além da coesão, outros mecanismos também atuam nesse processo de continuidade entre as partes do texto. A organização de cada segmento de texto em termos de estrutura temática – baseada nas funções *tema* e *rema* – e em termos de estrutura da informação – baseada nas funções *dado* e *novo* – também o faz¹². Tema e informação juntos constituem os recursos internos para a estruturação das frases como mensagem. Porém, para que uma seqüência de frases seja considerada um texto, é preciso mais do que dar a elas uma estrutura interna. É necessário que se construam entre elas relações semânticas que independam da estrutura gramatical (*op. cit.*: 308-309).

No que diz respeito à coesão, então, a organização do texto é mais semântica que formal, embora, a exemplo de todos os componentes do sistema semântico, ela se realize por meio do sistema léxico-gramatical. Desse modo, na visão de Halliday & Hasan (1977)¹³, a

¹² As noções de estrutura temática e estrutura da informação não são aqui aprofundadas por não serem elas o foco de nossa investigação.

¹³ Muitos autores já contribuíram para o avanço dos estudos sobre coesão textual depois de Halliday & Hasan (seus precursores). Koch (1992), por exemplo, aponta problemas na divisão da coesão em cinco mecanismos conforme proposto pelos autores e sugere duas grandes modalidades de coesão: a referencial e a seqüencial.

coesão se realiza gramaticalmente, por meio da *referência*, da *substituição* e da *elipse*; e lexicalmente, por meio da seleção de um item lexical que está, de alguma forma, relacionado com um outro empregado anteriormente – *coesão lexical*. A *conjunção*, por sua vez, está na fronteira entre o gramatical e o lexical, pois uma série de elementos conjuntivos podem ser interpretados gramaticalmente no que se refere ao sistema, e algumas expressões conjuntivas envolvem também seleção lexical. Por exemplo:

Ex.10 Texto 2	<i>Por todas essas teses, é possível avaliar e pré-dizer que todas as situações são relativas e que mesmo o cuidado minucioso ainda não é o suficiente.</i>
------------------	--

Aqui, o elemento conjuntivo tem, em sua formação, dois pronomes representativos do componente gramatical do sistema lingüístico, *todas* e *essas* – acumulando inclusive a função de estabelecer referência dentro do texto¹⁴. Ao mesmo tempo, apresenta também o item lexical *teses*, que contribui para a construção da estrutura da informação.

3.3 - As relações conjuntivas

A *conjunção* é uma relação coesiva diferente das demais propostas por Halliday & Hasan (1977), porque parte do pressuposto de que existem, no sistema lingüístico, diferentes relações semânticas possíveis entre os segmentos do texto: são formas através das quais o sistema permite que partes do texto sejam conectadas a outras pelo sentido. As relações conjuntivas são construídas não sob a forma de estruturas gramaticais, mas sob uma forma mais frouxa, mais flexível de encadeamento, representando elos semânticos entre as várias partes do texto.

Diferentemente dos outros três tipos de relações coesivas gramaticais – *referência*, *substituição* e *elipse*¹⁵ – apontados por Halliday & Hasan (1977), a *conjunção* não se constitui simplesmente como uma relação anafórica.

¹⁴ Em casos desse tipo, a função conjuntiva pode ser tomada como a predominante em relação à função de estabelecer referência, porque aquela engloba mais sentido, mais marcas semânticas do que esta (Halliday, 2002: 327).

¹⁵ Os autores apresentam a coesão lexical como uma das relações coesivas, embora não a considerem um tipo de coesão gramatical. Para eles, a coesão lexical é o efeito coesivo alcançado com base na seleção vocabular.

Conforme os autores, a referência, a substituição e a elipse são mais claramente identificáveis no texto que a conjunção. A substituição e a elipse são relações puramente textuais, cuja função é ligar um segmento do texto a outro. Trata-se de uma relação gramatical que se mantém entre palavras e estruturas. A referência, por sua vez, além de gramatical, é uma relação semântica que se estabelece entre sentidos mais do que entre formas lingüísticas, uma vez que funciona como instrução para se interpretar um elemento com base no contexto, o que inclui o próprio texto.

Os elementos conjuntivos são considerados coesivos não por eles mesmos, mas indiretamente. Eles expressam certos sentidos que pressupõem a presença de outros componentes no discurso; são uma especificação do modo como o que virá a seguir, na linearidade do texto, está sistematicamente ligado ao que veio antes.

Ex.11 Texto 36	<i>Ela [a história] nos mostra que uma decisão mal tomada por um governante pode acarretar em desastres catastróficos para a humanidade. Como exemplo temos o subdesenvolvimento de povos da África e da América provocados por anos de exploração que foi um erro provocado pela ganância de povos que se julgavam superiores e que só se preocupavam com a obtenção de riquezas. // Portanto, pensar, em crises profundas, que tudo ficará bem e voltará ao que era antes é utopia.</i>
-------------------	--

No caso do excerto anterior, o elemento conjuntivo *portanto* indica que o trecho subsequente relaciona-se com o que se apresenta antes na forma de *resultado*¹⁶ – *conclusão*, na nomenclatura gramatical mais comum – daquilo que se diz anteriormente.

Esse mesmo elemento conjuntivo pode estar implícito em outras construções, e muitas vezes está. É muito comum a ausência de elo conjuntivo explícito no texto, principalmente no caso de seqüências temporais e causais, como no exemplo seguinte, já observado em 1.2:

Ex.12 Texto 14	<i>Não somos donos da verdade. // Também temos direito de errar e erramos.</i>
-------------------	--

¹⁶ *Resultado* é uma das formas específicas da relação causal, na nomenclatura de Halliday & Hasan (1977), além de *razão* e *propósito*.

É fácil perceber aqui a mesma relação conjuntiva que se apresenta no excerto do texto 36. *Também temos direito de errar e erramos* pode ser tomado como resultado de *Não somos donos da verdade*.

Não há dúvida de que o sentido do texto pode ser alcançado por meio de relações conjuntivas desse tipo, embora muitas vezes possamos nos deparar com dúvidas acerca de que tipo de relação conjuntiva existe ali, ou mesmo com a questão de haver ou não, entre os segmentos de texto, alguma relação conjuntiva. O próprio exemplo do texto 14 ilustra a primeira questão: o segundo segmento pode ser também interpretado como *razão – explicação*, na nomenclatura tradicional – para o primeiro.

Halliday & Hasan adotam quatro categorias para a classificação das relações agrupadas sob o título de *conjunção*. São as chamadas relações conjuntivas *aditivas*, *adversativas*, *causais* e *temporais*. Acrescentam, ainda, o que nomearam *outros itens conjuntivos (continuativos)*.

Segundo os autores, há muitas maneiras possíveis de se interpretar as relações conjuntivas, e o quadro proposto é, sob seu ponto de vista, o mais operacional na busca por uma caracterização geral das relações coesivas (1977: 239):

Naturalmente, se reduzimos os muitos variados tipos de conjunção a esse pequeno número de tipos básicos, há neles espaço para uma quantidade considerável de subclassificações. Um quadro simples e geral como esse não elimina a complexidade dos fatos; ele a relega a um posterior, ou mais “delicado”, estágio de análise. Nosso motivo para preferir esse quadro é somente este: ele parece apresentar as verdadeiras prioridades, tornando possível lidar com o texto sem complicações desnecessárias. Uma sistematização detalhada de todas as subclasses possíveis seria mais complexa do que o necessário para a compreensão e a análise da coesão... (tradução livre)¹⁷

A partir de agora, será apresentada uma revisão dos diferentes tipos de relações conjuntivas propostos por Halliday & Hasan, sem, no entanto, haver uma preocupação com a ilustração de cada uma delas – e de suas respectivas subclassificações –, uma vez que o foco deste trabalho são as relações de causa especificamente, as quais serão analisadas mais

¹⁷ Texto original: *Naturally if we reduce the many very varied kinds of conjunction to this small number of basic types, there is scope for a considerable amount of subclassifying within them. A very small overall framework like this does not ELIMINATE the complexity of the facts; it relegates it to a later, or more ‘delicate’, stage of the analysis. Our reason for preferring this framework is just that: it seems to have the right priorities, making it possible to handle a text without unnecessary complication. A detailed systematization of all the possible subclasses would be more complex than is needed for the understanding and analysis of cohesion...*

detidamente no item 4.2. A intenção é oferecer uma visão geral das relações conjuntivas propostas pelos autores, para que se possa percebê-las como uma simplificação do quadro apresentado pela gramática tradicional (GT). Embora considerado como uma simplificação, os autores defendem o inventário dos tipos de relações conjuntivas proposto por ser completo e evitar complicações desnecessárias (cf. citação anterior).

Relações conjuntivas aditivas

Considerando-se as relações coesivas, podem ser agrupadas sob o rótulo de aditivas as relações construídas pelos elementos conjuntivos *e* e *ou*¹⁸, e pela sua forma negativa *nem* – *aditiva* propriamente dita, *alternativa* e *negativa*, respectivamente –; as relações de *comparação* – de similaridade e de dissimilaridade –; e as de *aposição* – de explanação e de exemplificação. Eis um quadro¹⁹ com alguns exemplos de elementos conjuntivos que atuam na construção das relações aditivas:

Relações aditivas		Elementos conjuntivos
ADITIVAS (propriamente ditas)		<i>e; e também; além disso.</i>
ALTERNATIVAS		<i>ou; ou também; alternativamente.</i>
NEGATIVAS		<i>nem; também não; nem sequer.</i>
COMPARATIVAS	DE SIMILARIDADE	<i>igualmente; da mesma forma;</i>
	DE DISSIMILARIDADE	<i>diferentemente; por outro lado; de modo oposto.</i>
APOSITIVAS	DE EXPLANAÇÃO	<i>isto é; quero dizer; em outras palavras.</i>
	DE EXEMPLIFICAÇÃO	<i>exemplificando; por exemplo; ou seja.</i>

As relações aditivas parecem sempre sugerir que “há algo mais a ser dito” (*op. cit.*: 245), em qualquer dos sentidos apontados no quadro anterior, o que funciona como um tipo de “costura” na construção do texto.

¹⁸ Embora ambos apareçam como formas estruturais distintas de coordenação, a diferença entre E e OU não é significativa para os objetivos da coesão textual.

¹⁹ Os quadros apresentados nesta seção são somente exemplificativos; eles não pretendem esgotar a ampla gama de subclassificações discutida por Halliday & Hasan, menos ainda os aspectos relativos às relações coesivas conjuntivas externas e internas – tema que será abordado mais adiante neste trabalho.

Relações conjuntivas adversativas

As relações adversativas constroem o sentido básico de que o que virá na seqüência do texto é o contrário da expectativa criada pelo que fora antes enunciado. Essa expectativa pode ser construída a partir do conteúdo da frase anterior ou a partir do próprio processo comunicativo, em que estão implicados os papéis de enunciador e de enunciatário, suas crenças e suas expectativas. Os tipos de relações conjuntivas consideradas adversativas são as relações *adversativas* propriamente ditas, as *de contraste*, as *de correção* e as *de desconsideração (dismissive relations)*²⁰. Este quadro apresenta alguns dos elementos conjuntivos característicos das relações adversativas:

Relações adversativas	Elementos conjuntivos
ADVERSATIVAS (propriamente ditas)	<i>mas; embora; a despeito de.</i>
DE CONTRASTE	<i>mas; ao mesmo tempo; para dizer a verdade.</i>
DE CORREÇÃO	<i>em vez de; ao contrário; quero dizer.</i>
DE DESCONSIDERAÇÃO (<i>dismissive</i>)	<i>em todo caso; de qualquer forma; ainda que.</i>

Relações conjuntivas causais²¹

A relação causal, em sua forma simples, pode ser construída pelo emprego de elementos coesivos do tipo *então, assim, conseqüentemente* ou por expressões como *em conseqüência (disso), por causa (disso), como resultado (disso)*. Sob o título geral de relações causais, Halliday & Hasan (*op. cit.*: 256) incluíram as específicas de *resultado, razão e finalidade (purpose)*, além da relação de *condição*.

Relações causais	Elementos conjuntivos
------------------	-----------------------

²⁰ Nesse caso, o sentido seria: seja o que for que tenha sido enunciado na frase anterior, será desconsiderado por ser irrelevante; é como se fosse dito: “vamos deixar isso de lado e nos voltar para outra coisa”.

²¹ Por serem as causais o objeto central de análise neste trabalho, elas receberão tratamento mais aprofundado a partir da seção 4.

RELAÇÕES CAUSAIS ESPECÍFICAS	DE RAZÃO	<i>porque; por essa razão; por causa disso.</i>
	DE RESULTADO	<i>então; em consequência disso; como resultado disso.</i>
	DE FINALIDADE	<i>para isso; com essa intenção; com esse fim.</i>
RELAÇÕES DE CONDIÇÃO		<i>se..., então; nesse caso; sob tais circunstâncias.</i>

Relações conjuntivas temporais

A relação conjuntiva temporal pode se configurar como uma sucessão entre o conteúdo de duas frases, ou seja, um sendo subsequente ao outro no tempo, a que corresponderia a própria sucessão das frases no texto. Pressupõe-se que o evento descrito na primeira frase tenha ocorrido antes que o evento relatado na segunda. Nesse sentido sequencial, a relação temporal pode ser expressa por *então, e então, depois, depois disso, subsequentemente* e tantas outras expressões. Entretanto, pode acontecer também de a segunda frase referir-se ao evento que ocorreu primeiro, e a expressão disso pode se dar pelo emprego de *antes disso, previamente*; ou de os eventos descritos pelas duas frases se darem ao mesmo tempo, caracterizando tal relação de simultaneidade palavras e expressões do tipo *simultaneamente, no mesmo momento, ao mesmo tempo*. Além disso, a relação conjuntiva temporal também pode marcar o final de algum processo ou de uma enumeração. Nesse sentido conclusivo, a relação pode ser marcada com *por fim, finalmente*.

De acordo com Halliday & Hasan (1977), diferentemente das demais relações conjuntivas, as relações temporais podem caracterizar-se pelo emprego de formas correlativas: uma expressão temporal catafórica em uma frase antecipando uma expressão anafórica que está por vir na frase subsequente. Alguns itens correlativos são: *primeiramente... depois; para começar... para concluir*.

Pode acontecer, também, de a sucessão construída pelas relações temporais marcar não os eventos relatados, mas o processo comunicativo. Nesse caso, a presença do elo conjuntivo *depois*, por exemplo, constrói o sentido de “depois no curso da discussão”; assim como se dá com *em segundo lugar, em terceiro lugar*. Já a finalização da discussão pode ser indicada por palavras ou expressões do tipo *finalmente, como um último ponto, em conclusão*.

Um outro tipo de relação temporal a ser mencionada é a relativa ao que está sendo dito no estágio específico que o processo comunicativo atingiu. É o que os autores chamaram de o *aqui e agora* do discurso (*here and now*). Expressões características dessa relação são: *até*

agora, até aqui (passado); *neste momento, aqui* (presente); *de agora em diante, daqui para a frente* (futuro).

Finalmente, a última relação conjuntiva temporal a ser citada é a de *retomada* (*resumptive relation*). Ela se dá quando o enunciador indica que está resumindo o objetivo principal de seu discurso, como se estivesse retornando ao ponto depois de uma digressão qualquer. Essa relação pode ser expressa por: *de qualquer modo, para resumir, voltando ao ponto*.

Relações temporais	Elementos conjuntivos
TEMPORAIS (propriamente ditas)	<i>depois; ao mesmo tempo; antes disso.</i>
CONCLUSIVAS	<i>finalmente; no fim; por último.</i>
SEQÜENCIAIS E CONCLUSIVAS (formas correlativas)	<i>primeiro... depois; em primeiro lugar... em segundo lugar... por último; primeiramente... finalmente.</i>
DO “AQUI E AGORA”	<i>até este ponto; neste momento; daqui para a frente.</i>
DE RETOMADA (resumitiva)	<i>brevemente; para resumir; para voltar ao ponto.</i>

Outros itens conjuntivos (continuativos)

Para Halliday & Hasan (*op.cit.*: 267), embora os itens continuativos não se encaixem em nenhum dos quatro tipos gerais de relações coesivas conjuntivas, eles são elementos que atuam na coesão do texto. São formas “reduzidas” (formas não-acentuadas e que apresentam vogais minimizadas) de alguns itens lingüísticos que também ocorrem, mas não com função coesiva, como forma “cheia”. Seu sentido como *itens conjuntivos* é derivado de seu significado como forma “cheia”, e sua redução fonológica é um sinal de que eles têm, de fato, a função de elo coesivo. Por exemplo: os autores discutem, entre outros, o item continuativo *agora* (*now*). Quando tônico, ele é normalmente dêitico, não coesivo. Quando reduzido, assumindo sua função coesiva, pode trazer para o texto o sentido de abertura de um novo

estágio na comunicação, pode marcar um novo incidente na narrativa, ou um novo ponto na argumentação²².

Essa é a classificação proposta por Halliday & Hasan para as relações coesivas conjuntivas, e, em suas próprias palavras, “Não há um só e unicamente correto inventário dos tipos de relações conjuntivas; diferentes classificações são possíveis, cada uma das quais iluminaria aspectos diferentes dos fatos.” (1977: 238)

Uma abordagem puramente estrutural do fenômeno da conjunção poderia sugerir uma outra classificação, baseada, por exemplo, na categorização tradicional das orações coordenadas e subordinadas, o que diminuiria, em muito, a riqueza dos aspectos aqui observados.

²² Tais itens continuativos aproximam-se do que Charaudeau e Maingueneau chamaram *marcador conversacional* em seu *Dicionário de análise do Discurso* (2004: 320). Eles reconhecem a importância dessa categoria, mas apontam a falta de consenso em sua análise e em sua delimitação, além de listarem uma variedade de denominações encontradas para ela. São apenas algumas: “conectores fáticos” (Davoine, 1980); “apoios do discurso” (Luzzati, 1982); “marcadores discursivos” (Schiffrin, 1987); “pontuadores” (Vincent, 1993); “partículas enunciativas” (Fernandez, 1994); “partículas discursivas” (Mosegaard Hansen, 1998).

4- Relações conjuntivas causais: relações externas e internas

Conforme já discutido (item 1.2), *conjunção* não é simplesmente a coordenação estendida para operar entre frases. As relações conjuntivas não são lógicas, mas textuais; elas representam tipos generalizados de conexão que existem entre frases. O que essas conexões representam depende, em última análise, dos sentidos que aquelas frases expressam, e tais sentidos são, essencialmente, de dois tipos: *ideacionais* (representando a interpretação lingüística da experiência) e *interpessoais* (representando a participação na situação comunicativa).

Segundo Halliday & Hasan (1977), essa é uma distinção geral comum aos quatro tipos de conjunção – *aditiva*, *adversativa*, *causal* e *temporal*. No primeiro caso, a coesão é interpretada no âmbito da função ideacional da linguagem, configurando-se como *relação conjuntiva externa*: considera-se o conteúdo das duas frases que estão em conjunção e o modo como elas estão relacionadas como fenômenos do mundo biossocial, da realidade extralingüística. No segundo, ela é interpretada no âmbito da função interpessoal da linguagem, configurando-se como *relação conjuntiva interna*: considera-se o papel de cada uma das frases no discurso, o modo como elas estão relacionadas na perspectiva do enunciador.

4.1- Relações externas e internas

Halliday & Hasan (1977: 239) explicam a distinção entre as relações externas e internas com base em dois exemplos de relação conjuntiva temporal entre as orações A e B apresentadas a seguir e duas outras precedentes, supostamente presentes no texto. São eles:

A- *Depois ele inseriu a chave na fechadura.*

B- *Depois, ele foi incapaz de inserir a chave na fechadura.* (tradução livre)²³

Os autores esclarecem que há, em cada um dos casos, uma relação de seqüenciação temporal entre a oração pressuposta e a iniciada por *depois* (*next*). A e B expressam, em relação as suas respectivas orações pressupostas, uma relação que é, em certo sentido,

²³ Texto original: a. *Next he inserted the key into the lock.*

b. *Next, he was incapable of inserting the key into the lock.*

sucessiva no tempo, subsequente – podendo ser ambas classificadas como temporais. Entretanto, essa contigüidade constitui-se de duas formas diferentes, gerando sentidos diferentes no texto.

De acordo com Halliday & Hasan, em A, a relação se dá entre eventos. A oração pressuposta poderia ser, por exemplo: *Primeiro ele acendeu a luz*. Assim, teríamos:

A¹- *Primeiro ele acendeu a luz. Depois ele inseriu a chave na fechadura.* (tradução livre)²⁴

Primeiro, uma coisa acontece; em seguida, a outra – poderia tratar-se, por exemplo, da descrição de uma cena com uma seqüência de ações. Aqui a seqüenciação temporal está na *tese*, ou seja, no conteúdo que está sendo comunicado. Essa é uma relação entre fenômenos externos à linguagem.

Em B, por outro lado, a oração pressuposta poderia ser: *Primeiro ele foi incapaz de se manter de pé*. Desse modo:

B¹- *Primeiro ele foi incapaz de se manter de pé. Depois, ele foi incapaz de inserir a chave na fechadura.* (tradução livre)²⁵

Nesse caso, o que temos são eventos lingüísticos, e a seqüenciação está na organização do discurso do enunciador, não nas “ações” da personagem. Poderíamos dizer que a seqüenciação temporal está no *argumento*, funcionando na construção de uma estratégia argumentativa em prol de uma idéia a ser defendida pelo enunciador, como, por exemplo, a idéia de que a personagem não deveria ter voltado para casa dirigindo após ter consumido bebida alcoólica. O que prevalece, então, não é a seqüência de “ações”, mas a escolha da ordem de apresentação dos argumentos, de acordo com a força argumentativa de cada um deles conjugada à intenção comunicativa do enunciador. É a marca do enunciador no discurso, o papel que desempenha, seus julgamentos, suas atitudes.

O fato é que a comunicação é ela mesma um processo, cujo produto é o texto. É isso que torna possível haver dois tipos análogos de relações conjuntivas, um que se constrói entre fenômenos externos e outro que se dá internamente, na situação comunicativa. Essa diferenciação é mais claramente perceptível nas relações conjuntivas temporais, uma vez que a seqüenciação temporal é uma propriedade tanto do processo de codificação dos fenômenos

²⁴ Texto original: *First he switched on the light. Next he inserted the key into the lock.*

²⁵ Texto original: *First he was unable to stand upright. Next, he was incapable of inserting the key into the lock.*

pela língua quanto do próprio processo de interação lingüística. O fato de essas duas seqüências temporais configurarem diferentes planos da realidade justifica a coexistência harmônica de dois elementos aparentemente contraditórios numa mesma frase, conforme exemplo de Halliday & Hasan (p. 240),

Depois, ele já tinha oferecido previamente sua demissão. (tradução livre)²⁶

que significa algo como *e depois* (tempo da interação – relação interna), *devo lhe dizer o que aconteceu antes disso* (tempo dos fatos relatados – relação externa).

Apesar de proporem essa classificação para as quatro relações conjuntivas por eles estabelecidas, os autores admitem que tal delimitação não é sempre tão clara. Essa distinção não se faz de forma tão exata em se tratando das relações conjuntivas aditiva, adversativa e causal (p. 240/241):

A analogia nos outros tipos de relações conjuntivas, aditiva, adversativa e causal, é um pouco menos exata; mas é ainda suficientemente exata para muitas das mesmas expressões conjuntivas usadas com os mesmos sentidos, por exemplo:

- Ela nunca foi realmente feliz aqui. Então ela está indo embora.
- Ela ficará melhor em um novo lugar. – Então ela está indo embora? (tradução livre)²⁷

Afirmam os autores que esse é um típico exemplo do paralelismo existente entre os dois planos de relações conjuntivas, o externo e o interno. Em (a), existe uma relação causal entre dois fenômenos, e o sentido que se constrói é: *porque ela não era feliz, ela está indo embora*. Em (b), também há uma relação causal, mas ela se dá internamente ao processo comunicativo; trata-se de um diálogo e o sentido é: *porque você se refere a ela como prestes a estar em um novo lugar, concluo que ela está indo embora*.

Em defesa desse quadro teórico em que as relações conjuntivas configuram-se como externas e internas, os autores explicam que (p. 241):

O valor da distinção que estamos estabelecendo é precisamente o fato de ela ser geral para todas as diferentes relações que entram em conjunção. Quando usamos a conjunção como um

²⁶ Texto original: *Next, previously to this he had already offered to resign.*

²⁷ Texto original: *The analogy in the other types of conjunctive relations, additive, adversative and causal, is somewhat less exact; but it is still exact enough for many of the same conjunctive expressions to be used in both meanings, for example:*

- a. *She was never really happy here. So she's leaving.*
- b. *She'll be better off in a new place. – So she's leaving?*

meio de criar textos, podemos explorar tanto as relações inerentes ao fenômeno o qual a linguagem descreve, quanto aqueles que são inerentes ao processo comunicativo, na forma da interação entre falante e ouvinte, e essas duas possibilidades são as mesmas sejam quais forem as relações conjuntivas, se aditiva, adversativa, temporal ou causal. De fato, exploramos ambos os tipos. O limite entre elas não é sempre nítido; mas ele está lá, e forma uma parte essencial da totalidade da imagem. (tradução livre)²⁸

Assim, essa distinção entre as relações coesivas conjuntivas, que se origina da organização funcional do sistema semântico, determina o *locus* da conjunção, que pode se dar nos fenômenos que constituem o conteúdo do que está sendo enunciado (relação coesiva conjuntiva externa), ou na própria interação – o processo social que constitui o evento discursivo (relação coesiva conjuntiva interna).

4.2- Relações conjuntivas causais

Como recurso coesivo, as relações causais funcionam nos dois “planos” de construção do texto: na conjunção externa e na conjunção interna. Entretanto, esses dois “planos” – que correspondem à distinção entre as metafunções ideacional e interpessoal (cf. item 1.2) respectivamente – muitas vezes apresentam-se de tal forma amalgamados que se torna uma tarefa difícil separá-los.

No contexto das relações causais, essa distinção entre os tipos de coesão conjuntiva externa e interna é um pouco menos nítida que nos demais contextos. Segundo os autores (1977: 257), provavelmente porque a noção de causa já envolva certo grau de interpretação por parte do enunciador. Apesar disso, na perspectiva de Halliday & Hasan, acreditamos que, não obstante essa indefinição que ocorre na conjunção entre algumas partes do texto, a

²⁸ Texto original: *The value of the distinction we are drawing is precisely that it is general to all the different relations that enter into conjunction. When we use conjunction as a means of creating text, we may exploit either the relations that are inherent in the phenomena that language is used to talk about, or those that are inherent in the communication process, in the forms of interection between speaker and hearer; and these two possibilities are the same whatever the type of conjunctive relation, whether additive, adversative, temporal or causal. In fact we usually exploit both kinds. The line between the two is by no means always clearcut; but it is there, and forms an essential part of the total picture.*

distinção entre relações coesivas conjuntivas causais externas e internas é uma distinção válida e muito importante na construção de sua textura.

Algumas expressões de causa são mais gerais, outras indicam mais especificamente resultado, razão e finalidade. *Então*, por exemplo, pode ter o sentido de “como resultado disso”, “por causa disso” ou “com esse propósito”, dependendo dos sentidos dos segmentos textuais que esteja unindo. Em sua forma simples, esse elemento conjuntivo pode assumir quaisquer dos sentidos anteriores, mas, como locução – substituindo o *então* – os sentidos tendem a se individualizar.

Ex.13 Texto 24	<i>Será que podemos corrigir nossos erros? Não uma palavra que escrevemos errado, e depois apagamos reescrevendo-a novamente, mas um erro no trânsito, por exemplo, quando é cometida uma infração na qual se perde uma vida. Isso não pode ser reparado tão fácil, // então [como resultado disso], erros desse tipo não são corrigidos.</i>
-------------------	--

No trecho anterior, extraído do texto 24 do *corpus*, o sentido mais óbvio construído pela conjunção dos dois trechos e explicitado pelo elemento conjuntivo *então* é “como resultado disso”. Entretanto, modificado o contexto, em que o trecho que precede o elemento conjuntivo é alterado, o sentido explicitado por *então* passa a ser outro. Na primeira alteração o sentido construído passa a ser “por causa disso” e, na segunda, “com esse propósito”:

Ex.14	<i>Será que podemos corrigir nossos erros? Não uma palavra que escrevemos errado, e depois apagamos reescrevendo-a novamente, mas um erro no trânsito, por exemplo, quando é cometida uma infração na qual se perde uma vida. <u>Muitas vezes as autoridades são subornadas para não responsabilizarem legalmente o infrator</u>, // então [por causa disso], erros desse tipo não são corrigidos.</i>
-------	---

Ex.15	<i>Será que podemos corrigir nossos erros? Não uma palavra que escrevemos errado, e depois apagamos reescrevendo-a novamente, mas um erro no trânsito, por exemplo, quando é cometida uma infração na qual se perde uma vida. <u>Às vezes o infrator é uma pessoa influente e interessa mais às autoridades que ele não seja responsabilizado</u>, // então [com esse propósito], erros desse tipo não são corrigidos.</i>
-------	---

Halliday & Hasan consideram como elementos conjuntivos, além das conjunções propriamente ditas (*porque*), alguns advérbios (*logo, conseqüentemente*) e locuções

prepositivas (*por causa disso*²⁹) – *conjunctive Adjuncts* (2002: 324). Esses elementos geralmente (no caso das conjunções, obrigatoriamente) ocupam a posição temática, no início da oração.

O termo *adjunto conjuntivo* é empregado por Azeredo (2000: 209), que o apresenta como uma das cinco classificações para as subfunções desempenhadas pelo sintagma adverbial na estrutura maior de que faz parte. Ele é adjacente ao sintagma verbal e estabelece, com a parte precedente do enunciado, algum tipo de relação lógica:

Adjuntos conjuntivos. É conjuntiva, ou conectiva, a função dos sintagmas adverbiais utilizados como recurso de coesão textual. Esses sintagmas pressupõem alguma porção de sentido precedente no discurso ou texto, em relação à qual a porção a que eles se unem expressa:

- uma conclusão, uma inferência, um resultado (portanto, pois, por isso, por conseguinte, em conseqüência); [grifo nosso]
- uma oposição ou ressalva (contudo, entretanto, todavia, não obstante, porém, na verdade, por outro lado, em compensação, apesar disso, ainda assim);
- uma retificação (na verdade, ou melhor, (ou) por outra, pelo contrário, aliás);
- uma confirmação (com efeito, efetivamente, realmente, de fato);
- uma paráfrase ou explicitação (noutras palavras, isto é, a saber, quer(o) dizer, ou seja, em suma, enfim, por exemplo);
- um acréscimo ou adição (além do mais, além disso, igualmente, também, inclusive, outrossim).

Segundo Koch e Vilela (2001: 267), “é já *communis opinio* que advérbios, preposições e conjunções se misturam, se confundem, se servem dos mesmos elementos, e, por vezes, não é fácil distinguirmos se estamos numa classe ou noutra.”

Em Bechara (1999: 322), vê-se a reafirmação do valor adverbial de certos elementos conjuntivos que, de uma forma geral, aparecem nas gramáticas tradicionais (GT)³⁰ como conjunções:

²⁹ Os autores assumem (1977: 230) a expressão *por causa disso, por essa razão, em conseqüência disso* e outras tantas com a mesma função como expressões conjuntivas, sob a égide, portanto, das relações coesivas conjuntivas, apesar da presença do pronome demonstrativo e de sua função referencial.

³⁰ Cf. Cunha (1985), Lima (1992), Macedo (1991), Melo (1978) e mesmo Bechara (1983: 166), que já mencionava, na forma de observação, Maximino Maciel, afirmando que este, “levando em conta o valor

Unidades adverbiais que não são conjunções – Levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações interoracionais ou intertextuais. É o caso de pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia, não obstante. Assim, além das conjunções coordenativas já assinaladas [e, nem; ou, sozinha ou duplicada; mas, porém e senão], teríamos as explicativas (pois, porquanto, etc.) e conclusivas (pois [posposto], logo, portanto, então, assim, por conseguinte, etc.), sem contar contudo, entretanto, todavia que se alinham junto com as adversativas. Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemos-la em Epifânio Dias e, entre brasileiros, em Maximino Maciel, nas últimas versões de sua Gramática. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas.

Vê-se, então, que o tema *conjunção* comporta uma extensa gama de valores e sentidos, especialmente se focado como o processo por meio do qual se estabelecem relações semânticas específicas entre as diferentes partes do texto. Tais relações são geralmente explicitadas por marcadores formais que relacionam o que acabou de ser dito ao que ainda o será na linearidade do texto. É essa a função que a tradição gramatical reconhece em alguns outros componentes do sistema gramatical da língua – quando unindo palavras, grupos de palavras ou orações –, interpretando-os como pertencentes à classe das conjunções ou locuções conjuntivas.

No decorrer desta tese, a expressão *elementos conjuntivos* será empregada para nomear, de uma forma geral, esses marcadores formais – conjunções e adjuntos conjuntivos (advérbios, locuções adverbiais, preposições e locuções prepositivas) – que estiverem exercendo função coesiva conjuntiva entre orações, frases, blocos maiores de texto e parágrafos.

No que concerne aos elementos conjuntivos causais, Halliday & Hasan enumeram os que estabelecem relações gerais de *causa*³¹, relações específicas de *razão*, de *resultado* e de *finalidade (propósito)*, além de citar também os de *condição*.

adverbial de muitas palavras que em geral são apontadas como conjunção, reduziu o grupo desta última classe a: *e, ou, mas*. (Cf. *Gramática Descritiva*, 153)”.
³¹ Aquelas estabelecidas por elementos conjuntivos simples, que podem assumir valores específicos dependendo dos segmentos que estejam ligando (cf. os diferentes valores de *então* nesta mesma seção).

Os autores (1977: 257) apresentam as formas simples *thus*, *hence* e *therefore* – em português, *assim*, *logo*, *portanto* – como formas que ocorrem regularmente no sentido interno (interpessoal), funcionando na construção da argumentação, na elaboração de argumentos em favor de uma premissa, encaminhando o raciocínio para uma conclusão.

Ex.16 Texto 49	<i>Com a imaginação pessoas acabam inventando situações que não existem, como uma mulher que é tratada mal por seu marido, mas diz a todos e se comporta como se o seu marido fosse carinhoso com ela. // Assim pessoas vivem em um mundo de mentiras e de aparências.</i>
-------------------	--

Ex.17 Texto 75	<p><i>... a pessoa que erra mais de uma vez é vista como uma pessoa incompetente. Isso influencia esses supostos incompetentes de tal maneira que acabam por se tornar verdadeiramente incompetentes, talvez pelo medo de persistir no mesmo erro.</i></p> <p><i>// Logo, não se deve deixar que a persistência no erro iniba a capacidade de cada um.</i></p>
-------------------	--

Ex.18 Texto 5	<i>Nenhuma falta tem um desfecho positivo, // portanto nenhum desfecho é livre de aspectos negativos.</i>
------------------	---

Com a mesma função e sentido, encontramos expressões como *podemos concluir que*, *a partir disso parece que*, *como consequência disso*, entre tantas outras semanticamente equivalentes, conforme os seguintes exemplos:

Ex.19 Texto 60	<p><i>(...) uma pessoa descobre uma doença, um defeito, em seu corpo tarde demais, logo, não sobra tempo para pensar na cura e vem a falecer. Mas, por outro lado, esta pessoa está abrindo portas para a prevenção dessa doença em outras.</i></p> <p><i>// Por tudo isso, conclui-se que as consequências, dependendo do ponto de vista ou da intensidade das causas, podem ser positivas ou negativas (...).</i></p>
-------------------	---

Ex.20 Texto 16	<i>Como exemplo, pode-se citar o drama de milhares de pacientes que formam grandes filas nos hospitais em busca de um transplante de órgãos ou de um tratamento ainda sem estudo amplo no país, o que causa grande agonia na maioria dos enfermos. // A partir desse ponto de vista, poderia ser dito que a</i>
-------------------	---

	<i>clonagem terapêutica, que se trata da obtenção de um órgão através de uma célula-tronco, é muito válida para garantir a vida.</i>
--	--

Ex.21 Texto 18	<i>O ideal é que haja um equilíbrio entre as partes // e que, por consequência, o progresso seja mantido.</i>
-------------------	--

Halliday & Hasan (*op.cit.*: 257) apresentam ainda o vocábulo *so* – em português, podendo ser traduzido por *assim*, *portanto*, *então*, *logo* – como sendo pouco comum no sentido ora discutido. Na língua inglesa, ele ocorre frequentemente em um sentido diferente, embora também interno: o de um enunciado sobre o processo de raciocínio do enunciador, algo como “*concluo a partir do que se disse (ou de uma evidência qualquer) que...*”.

Ex.22 Texto 3	<i>Vários petroleiros, por alguma falha derramam óleo no mar, matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres. Essa notícia já escutamos algumas vezes, nos levando a crer que não repensamos nas falhas e nos defeitos para tentar corrigir. // Então o que teve de bom nesses acidentes?</i>
------------------	---

Em português, na verdade, as formas *assim*, *portanto*, *então*, *logo* podem ser usadas em ambos os sentidos discutidos, diferentemente do que ocorre com o inglês em relação às formas *thus*, *hence*, *therefore* e à forma *so*, que apresentam especificidades em seu emprego.

Segundo Halliday & Hasan, é comum encontrarmos, no âmbito da frase, a oração introduzida pelo elemento conjuntivo *porque*, que contém em si a idéia de *causa*, antes ou depois da que contém a idéia de *efeito*, pois uma estrutura funciona como um todo, e a seqüência “*porque a, b*” é tão aceitável quanto “*b porque a*”, embora a segunda seja mais freqüente. Entretanto, como mecanismo coesivo, relacionando duas frases, dois parágrafos, por exemplo, a forma invertida da relação causal, em que o segmento pressuposto expressa a causa, é menos comum. Como o texto se desenvolve frase após frase, a precedência lógica da causa sobre o efeito tende a refletir-se na seqüência em que elas ocorrem – conforme confirmam todos os exemplos até agora apresentados nesta seção. Apesar disso, encontramos expressões do tipo *a razão foi que* (*the reason was that*) invertendo essa ordem. Em inglês, afirmam os autores (*op.cit.*: 258), só há uma conjunção simples com esse sentido: *for* (em português, *porque*, *pois*), que pode ser usada na explicitação tanto de relações coesivas

conjuntivas causais externas quanto internas – naquele caso (relação externa), com o sentido de “*este evento é a causa que desencadeou (desencadeia ou desencadeará) o anterior*”;

Ex.23 Texto 21	(...) <i>um candidato que não passa no vestibular // porque só errou uma questão (...)?!</i>
-------------------	---

Ex.24 Texto 49	(...) <i>elas continuarão e serão até mais felizes, // pois estarão lutando pelos seus ideais e vivendo a vida sem mentiras.</i>
-------------------	---

neste caso (relação interna), com o sentido de “*esta é a razão para o que foi dito*”:

Ex.25 Texto 21	<i>A resposta com certeza é não, // porque dizer palavras bonitas nas horas difíceis é fácil, desde que o problema não aconteça conosco.</i>
-------------------	---

Ex.26 Texto 30	(...) <i>não pensem que na imaginação dessa pessoa existe a idéia de um futuro brilhante, // pois essa pessoa não aproveitou seu passado, não sabe o que fazer do presente e o que dirá de seu futuro.</i>
-------------------	---

Ainda sob o rótulo geral das causais, Halliday & Hasan consideram um outro tipo de relação conjuntiva: a *condicional*. Afirmam os autores que (p. 258):

os dois tipos estão intimamente relacionados do ponto de vista lingüístico: enquanto a causal tem o sentido de “*a por isso b*”, a condicional tem o sentido de “*possivelmente a; se a, então b*”, e, embora *por isso* e *então* não sejam logicamente equivalentes – **a** pode assegurar **b** sem ser sua causa –, eles são amplamente permutáveis como formas coesivas. (tradução livre)³²

A forma simples de expressar a relação condicional, no sentido de “*sob tais circunstâncias*”, é pelo emprego do elemento conjuntivo *então* (*then*). Há outras formas de expressão de tal relação conjuntiva: *nesse caso, sendo esse o caso, assim sendo*.

³² Texto original: *The two are closely related [the casual and the conditional types], linguistically; where the casual means ‘a therefore b’ the conditional means ‘possibly a; if so, then b’, and although the “then” and the “therefore” are not logically equivalent – a may entail b without being its cause – they are largely interchangeable as cohesive forms.*

O que acontece nesse caso, na verdade, é uma sobreposição das relações causal e condicional (p. 259), e o sentido obtido é “*se, como é o caso..., então...*” (“*if, as is the case..., then...*”). Na estrutura da frase, ocorre uma relação equivalente expressa por *se* ou por *desde que, caso, como, considerando que*. No excerto do texto 81, há a estrutura completa, com a presença de *se* e *então*; já no do texto 6, o *então* foi omitido, como é mais comum acontecer.

Ex.27 Texto 81	<i>Se já se sabe que erros, defeitos e crises só trazem problemas, então para que criá-los?</i>
-------------------	--

Ex.28 Texto 6	<i>Mas, se aprendemos com os erros, [então] como justificar a guerra entre católicos e protestantes na Irlanda?</i>
------------------	--

Apesar de, no caso da relação condicional, a distinção entre os tipos de coesão externa e interna não ser nada óbvia, é a ela que os autores relacionam o que chamaram de “elo conjuntivo do tipo respectivo” (*respective kind of conjunction link*), representado por expressões do tipo *com respeito a, em relação a, no que concerne a*. Para eles, esse é o sentido interno da relação condicional, que poderia ser expresso analogamente por “*se alcançamos esse ponto no discurso*”. Neste caso, há uma aproximação com a relação temporal interna – especificamente a de retomada, aqui discutida na seção 3.3 –, o que dificulta a interpretação da relação coesiva conjuntiva então constituída.

Ex.29 Texto 64	<i>Não vale a pena errar em vão, no tocante a errar aonde pessoas já cometeram o mesmo erro, se tivermos que errar, que erremos por nós e pelos outros, para que aqueles aprendam conosco.</i>
-------------------	---

Ex.30 Texto 99	<i>Em relação ao fato de que a imaginação se revela muitas vezes em mentiras, fiquemos com os vários casos onde pessoas são presas por causa da imaginação incorreta dos acontecimentos (...).</i>
-------------------	---

As relações lógico-semânticas são recorrentes em todo o sistema semântico da língua e se manifestam tanto no interior da frase quanto entre as frases, entre as porções maiores de texto, entre os parágrafos, conforme atestam os trechos apresentados como exemplos para as relações conjuntivas aqui discutidas.

Um elemento conjuntivo normalmente ocupa a posição inicial em uma frase, e seu sentido se estende por toda a extensão dela ao mesmo tempo em que estabelece um vínculo semântico com a frase imediatamente anterior. Essa é, para Halliday & Hasan, a relação coesiva por excelência, uma vez que “coesão é uma relação entre frases, não uma relação no interior da frase” (1977:232).

Entretanto, a frase é uma categoria um tanto indeterminada se considerarmos a flexibilidade de nosso sistema de pontuação, que permite que um elemento conjuntivo que se coloca depois de um ponto final – ou de exclamação, ou de interrogação – também possa se colocar depois de dois pontos, travessão, ponto e vírgula ou até depois de uma vírgula. Nem sempre o emprego de um ponto final coincide com o fato de não haver nenhuma conexão estrutural (sintática)³³ entre o que vem antes e o que vem depois de um elemento conjuntivo – o que caracterizaria frases diferentes, uma vez que as relações intrafrásicas são consideradas relações estruturais e não relações coesivas. A língua escrita tem suas próprias convenções, inclusive aquela por meio da qual a noção de frase não está limitada à questão estrutural, mas considera também outros fatores, como a entonação, por exemplo. Assim, a ocorrência de um elemento conjuntivo tem o efeito de estabelecer um limite em relação ao domínio do sentido de qualquer outro elemento conjuntivo que tenha ocorrido previamente na posição inicial da frase ou de estabelecer o limite entre o que se considera o final de uma oração e o início de outra no interior de uma mesma frase (*clause complex*³⁴), embora nem sempre o elemento conjuntivo introduza de fato a oração, principalmente quando se trata de advérbio ou expressão adverbial, cuja mobilidade é reconhecida e esperada. Segundo os autores (*op.cit.*: 233):

Então temos que reconhecer que, em muitos casos, haverá uma expressão conjuntiva no meio de uma frase, pressupondo uma oração prévia na mesma frase. Vimos anteriormente que pode haver casos de referência anafórica ou substituição em que o item pressuposto será também encontrado na mesma frase que o item anafórico; também aqui, embora por razões diferentes, os elementos que criam a textura construindo a coesão entre as

³³ Isso não significa que inexistam relações léxico-gramaticais entre frases e entre porções maiores do texto. As relações semânticas de co-referência, de sinonímia e outras são manifestadas pelo sistema léxico-gramatical da língua e funcionam no âmbito do texto, não importando a distância entre os itens correlacionados, dentro dos limites que a clareza exige.

³⁴ Os autores definem a frase (*sentence*) como uma oração complexa (*clause complex*), que é considerada como a única unidade gramatical acima da oração (*clause*). Referem-se à frase como a unidade ortográfica contida entre dois pontos (constituente da escrita) e à oração complexa como uma unidade gramatical (constituente da gramática).

frases também reforçam a textura interna que existe dentro da própria frase. (tradução livre)³⁵

Essa textura interna a que os autores se referem é constituída a partir das relações que se estabelecem entre as orações e que podem ser interpretadas em termos do componente “lógico” do sistema lingüístico, ou seja, as relações semântico-funcionais que constroem a lógica da linguagem.

Essas relações entre as orações se dão em duas dimensões sistêmicas diferentes. A primeira é constituída pelo sistema de interdependência, parataxe e hipotaxe, que se aplica a todos os elementos complexos da língua: palavra, grupo de palavras, locução e oração. A segunda, pelo sistema lógico-semântico, que se constrói especificamente na relação entre duas orações; é uma relação entre processos geralmente expressa, na gramática, por um complexo de orações. Essas duas dimensões juntas fornecem o construto funcional para a descrição da chamada *oração complexa*, unidade lingüística que se afasta do conceito de *frase* como este vem se desenvolvendo, ao longo dos séculos, na língua escrita. Portanto, na análise de textos escritos, cada frase pode ser tratada como uma oração complexa, sendo a frase “simples” – formada por uma única oração – o limite para a análise, em sua relação com outra com a qual estabeleça vínculo semântico.

Serão consideradas, então, para efeito de análise neste trabalho, as relações causais que se constituem coesivamente, tanto no âmbito da chamada oração complexa quanto no âmbito do texto, pelo emprego de elementos conjuntivos.

Para tanto, não se pode perder de vista a importância da caracterização do gênero com que se está trabalhando – a redação de vestibular –, uma vez que gêneros diferentes, com seqüências textuais específicas – a argumentativa, no caso de nosso *corpus* –, variam no uso que fazem do processo de conjunção de uma forma geral, e na orientação em relação aos planos externo e interno desse processo.

³⁵ Texto original: *Hence we have to recognize that in many instances there will be a conjunctive expression in the middle of a sentence, presupposing a previous clause in the same sentence. We saw earlier that there can be instances of anaphoric reference and substitution where the presupposed item is also to be found within the same sentence as the anaphoric one; here too, although for different reasons, elements that create texture by bringing about cohesion between sentences also reinforce the internal texture that exists within the sentence itself.*

5- Redação de Vestibular

No nível da oração, a relação que se constrói entre as partes é estrutural, como já observado: é a organização de partes para formar todos. É o caso da relação entre, por exemplo, substantivo e artigo para formar o sintagma nominal sujeito; da relação entre sujeito e predicado para formar o sintagma oracional. Numa análise gramatical de base funcional, isso significa uma configuração orgânica de elementos, em que cada um desempenha uma função específica em relação ao todo de que é parte integrante – é o sistema lingüístico organizando-se em estruturas gramaticais.

Porém, ao contrário do que possa parecer pelo que foi até agora discutido, existe estrutura para além da oração complexa. O texto tem uma organização interna, mas não baseada na gramática. Sua organização é semântica e muito mais “livre” que a organização das unidades gramaticais.

À semelhança do que ocorre com a sílaba e com a oração, por exemplo, que têm, respectivamente, uma estrutura fonológica e uma estrutura gramatical previsíveis, o texto tem uma estrutura semântica, às vezes surpreendente. A idéia de estrutura aqui é a mesma – construto teórico criado a partir de elementos menores. A diferença está no modo como essa estrutura é “codificada”, ou seja, no modo como ela toma corpo. Um texto não é um somatório de orações complexas; ele é constituído de elementos específicos, que variam de um gênero para outro, de uma seqüência textual para outra – cada um deles com seus elementos e configurações próprios, cujos constituintes mínimos são orações (frases simples) ou orações complexas.

Para Halliday & Hasan (2002: 339), para um texto ser coerente, é preciso que ele seja coeso³⁶ e que atenda às exigências do gênero a que pertence:

Para um texto ser coerente, ele deve ser coeso; mas ele precisa ir além. Ele deve empregar os recursos coesivos da maneira que requer o gênero de que é um exemplar; deve ser semanticamente apropriado, com realizações léxico-gramaticais a atingir (i.e., precisa fazer sentido); e deve ter estrutura. (tradução livre)³⁷

³⁶ Conforme já observado, estudos mais recentes esclarecem que a coesão é um dos fatores que concorrem para a coerência, podendo haver seqüências sem coesão e mesmo assim coerentes, e vice-versa.

³⁷ Texto original: *For a text to be coherent, it must be cohesive; but it must be more besides. It must deploy the resources of cohesion in ways that are motivated by the register of which it is an instance; it must be*

Os textos socialmente considerados como representantes de determinado gênero têm características semelhantes, atribuídas a restrições genéricas: os gêneros têm identidade e nos condicionam a escolhas que não podem ser livres nem aleatórias. Segundo Bakhtin (2003), eles limitam nossa ação na fala e na escrita, organizando-a, assim como a gramática organiza as formas lingüísticas.

Assim se configuram os textos-*corpus* analisados neste trabalho. Portanto, consideramos a *redação de vestibular* um gênero (cf. 5.2), com configuração própria e função social específica, além de se utilizar, conforme as palavras de Halliday & Hasan, de “recursos coesivos da maneira que requer o gênero de que é um exemplar”, considerando-se a(s) seqüência(s) textual(is) (Adam 1992) que entra(m) em sua composição.

5.1- Gênero, tipo e seqüência textual

As noções de *gênero* e de *tipo de texto* vêm sendo objeto de análise de algumas áreas dos estudos lingüísticos. Alguns estudiosos as tomam como sinônimas, empregando ora uma ora outra denominação. Outros contribuem para uma ampliação da já existente diversidade terminológica nesse campo de análise.

A partir de Bakhtin (2003), o gênero é tido como uma unidade enunciativo-discursiva recorrente nas práticas sociais institucionalizadas, que envolvem papéis e relações sociais, em um dado tempo e espaço.

A noção geral sobre os *gêneros do discurso* está presente em muitos dos trabalhos do chamado Círculo de Bakhtin³⁸. Entretanto, “Os gêneros do discurso” é o texto em que o autor toma o gênero como foco. Ele afirma que a questão geral dos gêneros do discurso jamais fora de fato analisada nos estudos até então realizados.

Para Bakhtin, a natureza social da linguagem impõe que ela seja analisada com base em seu aspecto enunciativo-discursivo, isto é, na interação verbal e no enunciado. Contrário à visão tradicional, que trata a língua como sistema abstrato, ideal e fechado em si mesmo, o autor aponta a enunciação, produto das interações sociais, como a unidade de estudo da

semantically appropriate, with lexicogrammatical realizations to match (i.e. it must make sense); and it must have structure.

³⁸ Grupo de intelectuais russos que se reunia regularmente entre 1919 e 1974, quando seus trabalhos foram produzidos, embora sua divulgação efetiva tenha tido início somente em meados da década de 60.

língua. Essa enunciação concretiza-se por meio de enunciados, que, como signos ideológicos, acompanham os atos de compreensão e interpretação nas interações.

O sistema da língua é dotado das formas necessárias (isto é, dos meios lingüísticos) para emitir a expressão, mas a própria língua e as suas unidades significativas – as palavras e orações – carecem de expressão pela própria natureza, são neutras. Por isso servem igualmente bem a quaisquer juízos de valor, os mais diversos e contraditórios, a quaisquer posições valorativas. (Bakhtin, 2003: 196)

A interação verbal realiza-se por meio de enunciados produzidos nas diferentes esferas da atividade humana socialmente organizada. Portanto, esses enunciados são tão heterogêneos e complexos quanto o são os diversos campos dessas atividades. A esses tipos *relativamente estáveis* de enunciados produzidos em cada esfera de troca verbal, no interior das atividades humanas, Bakhtin chama de *gêneros do discurso*. Para o autor, falamos por meio de gêneros dentro de determinada esfera da atividade humana. Não atualizamos simplesmente um código lingüístico, mas moldamos a nossa fala aos parâmetros de um gênero no interior de uma atividade. Não se pode pensar o gênero em si mesmo ou em seus aspectos formais somente. Suas funções sócio-verbais e ideológicas são imprescindíveis para sua constituição. Os gêneros são fenômenos complexos que envolvem, entre outros, aspectos lingüísticos, discursivos, interacionais, sociais, pragmáticos, históricos.

Os gêneros estão em constante transformação, assim como as realidades sócio-históricas e lingüísticas em que são produzidos e em que circulam. Nas palavras de Marcuschi (2005: 19), *os gêneros não são superestruturas canônicas e deterministas, mas também não são amorfos e simplesmente determinados por pressões externas. São formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentidos*, por isso a dificuldade em se estabelecerem classificações seguras e duradouras para os gêneros com base em sua forma e sua estrutura lingüística. As pesquisas mostram que *hoje, a tendência é observar os gêneros pelo seu lado dinâmico, processual, social, interativo, cognitivo, evitando a classificação e a postura estrutural*. (op.cit.: p.18).

Por serem mutáveis, flexíveis e plásticos (Bakhtin, 2003), os gêneros não podem ser considerados formas puras nem podem ser classificados de forma rígida. Por isso o determinante *relativamente*, na expressão bakhtiniana *relativamente estáveis*, quando se refere a *gênero discursivo*.

Bakhtin reforça essa idéia quando diferencia os *gêneros discursivos primários e secundários*, esclarecendo que os *gêneros secundários* (complexos – originados de um convívio cultural mais desenvolvido e organizado, principalmente escritos: romances, artigos científicos), em sua constituição, incorporam e transformam os *gêneros primários* (simples – originados em contextos de comunicação discursiva imediatos: diálogos orais cotidianos, bilhetes).

Embora não se possa centrar a caracterização dos gêneros em sua forma composicional, seja estrutural ou lingüística, reconhece-se o seu caráter organizador. Tanto que Bakhtin aponta a *construção composicional* como uma das três características dos gêneros, ao lado do *conteúdo temático* e do *estilo*. Segundo o autor (2003: 264),

O estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da lingüística e da filologia. Porque todo trabalho de investigação de um material lingüístico concreto – seja de história da língua, de gramática normativa, de confecção de toda espécie de dicionários ou de estilística da língua, etc. – opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação – anais, tratados, textos de lei, documentos de escritório e outros, diversos gêneros literários, científicos, publicísticos, cartas oficiais e comuns, réplicas do diálogo cotidiano (em todas as suas diversas modalidades), etc. de onde os pesquisadores haurem os fatos lingüísticos de que necessitam.

Considerando-se que todos os textos (orais e escritos) materializam-se sempre na forma de um gênero, isto é, considerando-se que *possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo* (*op.cit.*: 282), é imprescindível que se busque conhecer o seu funcionamento visando a uma maior eficácia em sua produção e compreensão.

Em nosso fazer diário, empregamos muitos gêneros de forma segura e adequada, embora teoricamente não tenhamos consciência de sua existência. Adquirimos esse conhecimento empírico sobre os gêneros assim como adquirimos a língua materna, nas trocas diárias de enunciações concretas, em todas as situações comunicativas com nossos interlocutores, quando as ouvimos/lemos e reproduzimos. Conhecer o funcionamento dos gêneros que usamos equivale, em relação à língua, a conhecer a organização de sua gramática. Tal conhecimento possibilita-nos extrair, de um e de outro – do gênero e da língua, que

apreendemos em conjunto e que são, ambos, indispensáveis à compreensão mútua –, o melhor em termos de expressividade e comunicabilidade.

Sendo um fenômeno que se localiza entre a língua, o discurso e as estruturas sociais (Meurer, 2000), o *gênero* passa a ser uma noção essencial para a definição da própria linguagem. Assim, ele possibilita diálogos entre estudiosos de diferentes áreas e traz elementos teóricos que provocam uma revisão de muitos conceitos até então estabelecidos – a noção de *tipo de texto*, por exemplo.

A tradição do ensino da redação na escola classificava os textos, de uma forma geral, em três “tipos”: descrição, narração e dissertação. Os professores propunham um tema e acrescentavam, à proposta de trabalho, o “tipo” de texto que deveria ser construído: descritivo, narrativo ou dissertativo.

Para Adam (1992), entretanto, os gêneros textuais são constituídos por *seqüências textuais* – também chamadas *tipos textuais* (Marcuschi, 2002), entre outros. Essas *seqüências* são “esquemas” lingüísticos básicos cuja função, conforme Bronckart (1999), é organizar linearmente seu conteúdo temático, exercendo papel fundamental na organização infra-estrutural mais geral dos textos.

Em Adam (*op.cit.*), os gêneros são considerados como componentes da interação social e as *seqüências*, como organizações lingüístico-formais em interação no interior de um gênero.

Desse modo, os *gêneros textuais* são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social; são manifestações lingüísticas concretas, constituindo textos empiricamente realizados que cumprem funções diversas em diferentes situações comunicativas. Por sua vez, as *seqüências* são construtos teóricos semiotizados por meio de propriedades lingüísticas específicas que planificam os diferentes gêneros. Enquanto os gêneros são inúmeros, as *seqüências* são relativamente poucas: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialógica (Adam, 1992).

Embora sendo poucas, há divergências entre os tipos de *seqüências* apresentadas pelos autores de uma forma geral. A questão aqui, entretanto, não é meramente terminológica, mas de concepção teórica.

Para esclarecer melhor essa questão, apresentamos, a seguir, um quadro comparativo das *seqüências* apontadas por Adam e Marcuschi:

ADAM (1992)	MARCUSCHI (2002)
<p>Seqüências textuais:</p> <p>narrativa descritiva argumentativa explicativa dialogal</p>	<p>Tipos de texto:</p> <p>narrativo descritivo argumentativo expositivo injuntivo</p>

Inicialmente, para Adam (1987)³⁹, havia sete tipos de *seqüências*: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, injuntiva, conversacional e poética. Posteriormente (1992), esse número foi reduzido para cinco, tendo o autor excluído as seqüências injuntiva e poética: a primeira, por considerá-la parte da descrição; a segunda, por considerá-la o resultado de ajustes de superfície do texto, mas não uma estrutura organizada de proposições⁴⁰ em agrupamentos característicos.

Adam (*op.cit.*), inspirado principalmente em Labov & Waletzky (1967), caracteriza a *seqüência narrativa* como composta por seis macroproposições: situação inicial, complicação, (re)ações, resolução, situação final e moral. A situação inicial e a situação final representam os momentos de equilíbrio da ação e têm uma base mais descritiva. A complicação, as (re)ações e a resolução é que caracterizam o esquema narrativo: um fato ocorre, quebrando o equilíbrio inicial e desencadeando (re)ações; essas (re)ações forçam uma resolução, que cria uma nova situação de equilíbrio. A moral é uma reflexão acerca dos fatos narrados e é de responsabilidade do narrador.

A *seqüência descritiva*, segundo o autor, é a menos autônoma, geralmente não sendo a que predomina nos textos de que faz parte. Ao contrário da narrativa, a seqüência descritiva não apresenta uma ordem muito fixa. Em geral, consiste na determinação de um rótulo e de propriedades e características a ele relacionadas.

³⁹ *Apud* Bonini (2005).

⁴⁰ As proposições não são propriamente representações lingüísticas, mas unidades de conteúdo que, em forma de teia, mapeiam as relações significativas postas em um texto. (v. Bonini, 2005)

A *seqüência argumentativa*, por sua vez, consiste, essencialmente, na contraposição de enunciados, que tem sua sustentação em operadores argumentativos. Esses operadores apõem um enunciado que está sendo construído a um *já-dito* (Ducrot, 1987). O esquema argumentativo se constrói, basicamente, pela apresentação de um argumento (dado explícito de sustentação) e uma conclusão, interpondo-se entre eles um *já-dito* (*topos*).

A *seqüência explicativa* visa a explicitar uma idéia, visa a traçar, dela, um desenho claro. Ela difere da argumentativa porque não procura modificar uma crença, mas um estado de conhecimento. O esquema da seqüência explicativa organiza-se, geralmente, da seguinte maneira: levantamento de um problema ou questão; resolução do problema ou resposta à questão; resumo da resposta, com avaliação.

Por fim, a *seqüência dialogal* é composta pela emissão de enunciados por dois ou mais interlocutores, com alternância de turnos de fala. Ela é conjuntamente gerada e, segundo Adam, é a seqüência predominante nos gêneros textuais mais comuns na comunicação humana: a conversação e suas variações – debates, conversas telefônicas, entrevistas. Normalmente, a composição da seqüência dialogal se dá, na interação, por uma seqüência fática de abertura (saudações iniciais, abrindo a interação), seqüências transacionais (perguntas e respostas, comentários) e uma seqüência fática de encerramento (despedidas, agradecimentos, finalizando a interação). As fáticas são ritualísticas e as transacionais compõem a razão do ato comunicativo.

Marcuschi – com base no que propõe Werlich (*apud* Marcuschi, 2002) –, por sua vez, apresenta cinco *tipos de textos*: ele não considera a seqüência dialogal, chama de tipo expositivo⁴¹ a seqüência explicativa de Adam e acrescenta o tipo injuntivo⁴².

É bastante comum que, no mesmo gênero textual, se realizem duas ou mais seqüências, havendo sempre a predominância de uma sobre as demais. Um texto é, em geral, heterogêneo em relação às *seqüências textuais*, mas caracteriza-se como um *tipo de texto* descritivo, narrativo, argumentativo etc. de acordo com a *seqüência* que nele prevalecer. A seqüência textual é caracterizada por um conjunto de traços lingüísticos que formam, de fato, um “segmento” de texto, não um texto – a não ser que essa seqüência componha todo o texto.

⁴¹ O expositivo é de natureza analítica, racional. O expositor analisa um tema objetiva e logicamente, expondo suas características. Ele se afasta do argumentativo, uma vez que neste o sujeito falante está comprometido com uma tese, buscando persuadir seu interlocutor.

⁴² O tipo injuntivo associa-se à presença de verbos no imperativo e seus equivalentes semânticos, característicos de textos instrucionais.

Assim, podem fazer parte da constituição de um mesmo texto seqüências textuais diferentes, mas relacionadas entre si.

Dito tudo isso, para uma maior objetividade e clareza, e para escapar à confusão terminológica, esclarecemos quais são os termos com que trabalharemos de agora em diante para nomear os principais conceitos discutidos nesta seção. Nossa escolha se dá com base nos objetivos de nossa pesquisa, que se centra principalmente na materialidade textual – tendo em vista o objetivo específico de investigar o modo como as relações conjuntivas causais são construídas nos textos argumentativos –, embora considere também a situação de produção dos textos e seu aspecto sócio-histórico. Optamos, então, pelas expressões *gênero textual* (texto empiricamente realizado), *tipo de texto* (de acordo com a seqüência nele predominante) e *seqüência textual* (segmento de texto específico), por fazerem mais diretamente referência, como já dito, à materialidade textual.

Os dados observados nos textos analisados nesta pesquisa permitem caracterizar a redação de vestibular, de um modo geral, como um gênero específico. Neste caso particular – dos textos-*corpus* deste trabalho –, um gênero que apresenta, em sua composição, a seqüência argumentativa como a mais recorrente na maior parte deles – com a explicativa como a segunda mais freqüente.

Portanto, nosso *corpus* está constituído por textos do tipo argumentativo e pertencentes ao gênero redação de vestibular, conforme passamos a demonstrar.

5.2- A redação escolar e a redação de vestibular como gêneros textuais

Na verdade, por mais contraditório que possa parecer, a redação escolar apresenta as características constitutivas de um gênero e pode, portanto, ser considerada como tal.

Por que contraditório? Se consideramos a língua em seus aspectos discursivo e enunciativo, além do formal, reconhecemos que a comunicação verbal só se pode dar através de algum gênero textual (Bakhtin, 2003). Pode-se considerar a redação escolar um ato de comunicação de fato? Ao escrever uma redação na escola, o aluno está dizendo alguma coisa de si, de sua vida, algo relevante que sente necessidade de externar de alguma forma a alguém? E esse alguém – que, nessa situação, é o professor – está realmente interessado em “ouvi-lo”? Há entre os dois uma interação verbal ou o movimento do aluno não encontra “eco” na figura do professor, seu interlocutor?

Essa situação pode parecer artificial, falsa. Porém, no contexto da escola, especificamente nas aulas de redação, essa é a situação comunicativa que se impõe (portanto, nesse contexto, torna-se real, com forma e função definidas). Nela, os interlocutores estão presentes: está presente também tudo o que o locutor representa – um segmento social, uma religião, uma geração, uma faixa etária –; existem um projeto e um contrato de comunicação⁴³, esse último com regras muito mais rígidas e claras que aquelas que costumam reger os contratos dos gêneros fora da escola.

A redação escolar é uma realização lingüística concreta, um texto empírico que cumpre a função de ser instrumento de prática de língua escrita, para o aluno, e de avaliação do desempenho lingüístico daquele nos planos comunicacional e formal, para o professor. É um texto vinculado à vida cultural e social, o que o relaciona com o real, mas de circulação restrita ao âmbito da escola e, em alguns casos, da família.

Por conseguinte, o trabalho com a escrita de textos na escola – tanto o considerado mais tradicional, quanto o que se vem construindo mais modernamente, principalmente depois dos PCN – tem como resultado um gênero específico: a redação escolar.

Com a introdução da noção de gêneros textuais e o reflexo disso na escola, as propostas de escrita nas aulas de redação passam a simular situações próximas do real. Próximas, porque se solicita ao aluno a escrita de um gênero que circula socialmente, no espaço exterior à escola, embora quase sempre se criando um simulacro (Oliveira, 2004): constrói-se uma situação comunicativa em que os papéis são distribuídos e o *contexto* – ambiente físico da enunciação ou contexto situacional (Maingueneau, 2002: 27) – é estabelecido. Muitas vezes o próprio projeto de comunicação já está delineado na proposta apresentada pelo professor, restando ao aluno uma margem pequena para sua contribuição pessoal – o objetivo comunicativo é apresentado ao aluno e o professor avalia se ele o alcançou ou não. É esse projeto o responsável, também, pela seleção das seqüências textuais que participam da estruturação do texto.

Há o que se pode chamar de uma estreita relação entre *projeto de comunicação*, *seqüências textuais*, *contrato de comunicação* e *gênero textual*. O gênero impõe um contrato específico que, de acordo com suas regras, de acordo com o que é permitido ou não ao sujeito

⁴³ *Projeto e contrato de comunicação* são termos apresentados por Charaudeau (1992) como elementos da *situação comunicativa*: marcados por uma identidade psicossocial, os participantes da interação comunicativa assumem um *contrato de comunicação* – consuetudinário, não escrito em lugar algum – que prevê “direitos e deveres” de quem fala/escreve e de quem ouve/lê no “jogo” da interlocução; a partir da intenção comunicativa do falante, constrói-se o *projeto de comunicação*, que diz respeito aos objetivos que se tem quando se fala ou se escreve e às estratégias para realizá-la.

da comunicação naquela situação comunicativa – liberdades e restrições–, é o responsável direto pelas escolhas feitas pelo aluno entre as categorias da língua. Objeto de avaliação pelo professor, essas escolhas se dão tanto no aspecto formal da língua – opção ortográfica, emprego de palavras, estruturação dos períodos, pontuação etc. –, quanto no aspecto do comportamento lingüístico – escolha da variedade lingüística, do pronome de tratamento etc.

Apesar de um simulacro⁴⁴ – no sentido técnico da palavra –, a situação construída faz parte de uma outra, real: a situação necessária de escrita na escola, em que sujeitos reais – locutor e interlocutor – interagem, cumprindo seus respectivos papéis sociais – aluno e professor – previstos num contrato de comunicação específico – o de que o aluno escreve um texto, de acordo com as especificidades indicadas pelo professor, que será o responsável pela sua avaliação. É como se houvesse dois “universos de comunicação” distintos, um – o simulado – inserido no outro – o real –, o segundo sendo diretamente responsável pela existência do primeiro, ambos intimamente relacionados.

Tudo isso constitui, sem dúvida, um avanço. Nessa situação, o aluno tem perfeita consciência de que é o locutor numa situação de comunicação em que terá de assumir uma outra "identidade", adequada a seu projeto de comunicação – projeto suscitado pela proposta de escrita que tem como tarefa. Ele percebe que precisa escolher o gênero textual que dará forma a seu texto, e que esse texto precisará estar de acordo com o contrato de comunicação que o gênero pressupõe. Tem plena ciência, também, de que seu interlocutor virtual – pessoa ou entidade a que se dirige em seu texto – não é necessariamente o professor, e que disso dependerão algumas escolhas discursivas estratégicas que precisará fazer no decorrer de seu trabalho. Apesar disso, não perde de vista que é o professor seu interlocutor real, responsável direto pela avaliação de seu texto.

Com as "regras do jogo" bem definidas, fica claro para o aluno o que o professor espera dele; e ficam claros para o professor quais os itens a serem observados na avaliação do texto, além dos aspectos formais da escrita, tradicionalmente objeto de avaliação na escola. Assim, o aluno tem em mãos os dados necessários para planejar sua escrita, sofrendo muito menos diante da folha de papel em branco, pois, até então, os temas que eram levados para a sala de aula eram quase sempre descontextualizados, o que gerava no aluno certa insegurança, classificada, muitas vezes por ele mesmo, como "falta de idéias". O professor, por sua vez,

⁴⁴ Não se deve perder de vista que, na escola, o simulacro não é privilégio das aulas de Língua Portuguesa. Um problema de Matemática, por exemplo, também é um simulacro.

que costumava avaliar o texto com base em seus aspectos formais, passa a avaliá-lo também em seus aspectos comunicativos.

Muitas vezes, ao ler um texto formalmente correto, o professor percebia que havia um problema, mas não era capaz de localizar exatamente qual, nem de chegar, com objetividade, a uma solução para ele. Dava ao texto uma nota oito ou sete, por exemplo, e não era capaz de apontar, com clareza, onde estava o problema que fizera com que o aluno não obtivesse a nota máxima. Isso fazia com que o professor avaliasse muito subjetivamente os textos, com parâmetros pouco claros mesmo para ele próprio, e fazia com que o aluno, não tendo o problema de seu texto objetivamente apontado, continuasse cometendo a mesma inadequação nos textos seguintes.

A redação de vestibular surge num contexto situacional um pouco diferente do contexto da redação que se faz cotidianamente na escola.

A redação escolar, prática mais ou menos regular e habitual, tem um interlocutor – o professor de língua portuguesa – já conhecido do aluno: ele conhece seu perfil, suas expectativas e elabora seu projeto de comunicação – dentro das possibilidades do contrato de comunicação do gênero solicitado como tarefa de escrita – com o objetivo de agradar a esse interlocutor. Há sempre, também, na redação escolar, a possibilidade de uma interação direta entre os sujeitos da comunicação – situação comunicativa real – para esclarecer alguma dúvida sobre a tarefa, com o objetivo de que o ato de comunicação – situação comunicativa simulada – seja bem sucedido.

Normalmente o que se tem como proposta de escrita nos vestibulares é um texto argumentativo em que se avalia a capacidade de o candidato posicionar-se criticamente em relação a um tema geralmente controverso; avaliam-se a clareza e a objetividade com que ele expõe seus argumentos na tentativa de convencer seu interlocutor em relação à tese que defende e, também, seu desempenho lingüístico, que deve ser compatível com o que se espera de alguém que estará ocupando um lugar nos bancos da Universidade.

Embora diante de uma proposta como a descrita acima, em que se solicita uma tomada de posição do candidato, muitas vezes o que se obtém como resultado são textos de natureza dissertativa (Garcia, 1985), em que se expõe o que se conhece sobre o tema, seus lados positivo e negativo, seus prós e contras, suas vantagens e desvantagens. Conforme Othon Moacyr Garcia (p. 380):

Nossos compêndios e manuais de língua portuguesa não costumam distinguir a dissertação da argumentação, considerando esta apenas “momentos” daquela. No entanto, uma e outra têm características próprias. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explanar, explicar ou interpretar idéias, a segunda visa sobretudo a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte. (...)

Na dissertação podemos expor, sem combater, idéias de que discordamos ou que nos são indiferentes. (...) Argumentar é, em última análise, convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente.

Um dos motivos que justificam essa opção feita pelo produtor do texto é o desconhecimento total do perfil do interlocutor – o avaliador das redações do vestibular, que tem sua identidade mantida em sigilo tendo em vista a lisura do processo.

Apesar de não conhecer seu interlocutor, o candidato imagina o que seja um avaliador de redações num concurso de vestibular. Constrói esse perfil com base no que tem de conhecimento sobre os resultados das avaliações nos concursos anteriores – geralmente desalentadores para a maioria dos candidatos – e com base nas informações que circulam sobre o que normalmente se considera “erro” nessas correções. O candidato acredita que o professor-avaliador seja uma pessoa fria, distante, que está preocupada em contar todos os seus “erros” de ortografia, pontuação, concordância, regência, emprego de palavras, construção de períodos etc. Acredita também que seja alguém “politicamente correto” – ou que pensa que o candidato o devesse ser. No entanto, nada pode imaginar sobre suas preferências ideológicas. A imagem de um interlocutor vai, assim, tomando forma, influenciando diretamente o texto que será construído. O candidato buscará escrever um texto gramaticalmente correto, usando a variedade padrão da língua, empregando palavras e expressões de uso menos corriqueiro; buscará ser “politicamente correto”, sem, no entanto, posicionar-se firmemente em relação à temática discutida, afinal não sabe se a opinião do professor-avaliador coincide com a sua – o que seria, em sua imaginação, ponto a favor de uma avaliação positiva de seu texto. Assim, por não saber como se dá o processo de correção e por não conhecer o que pensa(m) o(s) avaliador(res) sobre o tema da redação, o candidato concretiza um texto dissertativo, quando muito com a assunção tímida de uma posição em seu parágrafo final; ou assume uma posição crítica, arriscando uma coincidência entre o avaliador e a imagem que faz dele.

Assim, a redação de vestibular caracteriza-se também como um gênero, muito próximo da redação escolar, mas que difere dela em determinados aspectos, principalmente no que se refere ao contexto de produção.

No caso específico dos textos aqui analisados, *corpus* de nossa pesquisa, eles são o resultado de uma situação de concurso – portanto, geradora de uma certa carga de estresse emocional. Ao mesmo tempo, são a resposta a uma proposta de escrita (cf. anexo I) que exige que o candidato assuma um posicionamento de defesa de uma idéia apresentada, que não necessariamente é a idéia que defenderia se pudesse escolher – nesse caso, o enunciador do texto não coincide com a pessoa do candidato⁴⁵, que terá de fazer um esforço a mais para afastar-se de suas convicções. Segundo Simões (2006b: 49):

... o projeto de dizer (...) é a apresentação e defesa de um ponto de vista, ou de uma tese sobre algo. Logo, a intenção originária de persuadir alguém a aceitar algo como válido e, por conta disso, passar a proceder de uma dada maneira, demanda a reunião de um arsenal de argumentos que venham não só a sustentar sua tese, mas, sobretudo, induzir o outro (seu interlocutor) a aceitar a verdade então construída como sua verdade.

O candidato não pode expor seu real ponto de vista sobre o tema, caso este não coincida com aquele que a prova exige que ele defenda por meio de um texto argumentativo. E mais: especificamente tratando-se de um texto argumentativo – cuja função precípua é persuadir, convencer, modificar comportamentos –, o produtor do texto possivelmente constrói argumentos frágeis, por não crer neles de fato – não são a sua verdade –, ou faz a opção, até mesmo inconsciente, por compor seu texto com base em seqüências explicativas majoritariamente, uma vez que, por meio delas, pode falar do tema de uma forma mais distanciada, sem o envolvimento “emocional” que o persuadir, direta ou indiretamente, implica. De uma forma ou de outra, seu texto perde no que Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) chamam de *força argumentativa*.

Além de tudo isso, o candidato ainda se vê na situação de produzir um texto dirigido a um interlocutor cujo papel é somente medir-lhe o desempenho, atribuindo a seu texto um determinado valor.

⁴⁵ O candidato constrói uma imagem de si mesmo, e é essa imagem – do enunciador – que ele pretende passar para o interlocutor.

5. 3- O tipo de texto argumentativo

A argumentação tem sido objeto de estudo de diferentes perspectivas teóricas. Na perspectiva lógica, por exemplo, a obra de Toulmin (1993) tem sido referência para um grande número de pesquisadores, como Adam (1992). Considerada clássica por alguns autores da filosofia, ela trata da lógica do raciocínio e tem sido aplicada em várias áreas do conhecimento, principalmente em Lingüística. É a argumentação na perspectiva da lógica formal. Segundo o autor, a argumentação é um raciocínio que apresenta uma seqüência de objetos do discurso e segue regras para justificar as asserções.

Na perspectiva filosófico-retórica – a nova retórica, proposta por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) –, para que se concretize o ato de argumentar, é necessária a existência de argumentos destinados a convencer e a persuadir, tanto na modalidade oral quanto na modalidade escrita da língua. Surgem, então, o orador e o auditório ou público, cujo conhecimento pelo orador é essencial para a construção do discurso. A nova retórica estabelece como objeto o estudo do discurso não-demonstrativo, ou seja, “a análise dos raciocínios que não se limitam a inferências formalmente corretas” (Perelman, 1999: 24), independentemente do auditório a que se dirige – um único interlocutor, um grupo de interlocutores ou o público em geral – e da matéria de que trata.

Na perspectiva lingüística, em cujos parâmetros alicerçamos nosso trabalho, Anscombe e Ducrot (1983) postulam a tese de que a argumentação é intrínseca à língua – Teoria da Argumentação na Língua. Para os autores, na significação de certas palavras, expressões e enunciados, há indicações que não são de natureza referencial, informativa, são indicações argumentativas. Assim, advogam a presença de valores argumentativos – os fundamentais – nos sentidos dos enunciados, valores esses que não parecem ser derivados de valores informativos. Anscombe (1995) defende a existência de uma semântica de natureza argumentativa. Com base nela, as indicações factuais – que a lógica aponta como fundamentais – são secundárias e derivadas do nível argumentativo. O sentido do enunciado passa a ser concebido como uma função, pois depende, para a sua apreensão, da consideração do enunciado que o precede e do enunciado que o sucede. Questiona-se, então, o sentido dito literal, que, na acepção tradicional do termo, é um valor semântico constante.

A Teoria da Argumentação na Língua tem como hipótese básica a idéia de que a argumentação é elemento essencial para a apreensão do sentido do enunciado, de que o sentido do enunciado é argumentativo, construído a partir da língua, e de que a argumentação, portanto, está na língua. Essa teoria semântica que trabalha com os sentidos dos enunciados

propõe uma reconstrução lingüística dos conceitos fundamentais sobre argumentação, trazendo, em consequência, uma perspectiva de língua não explorada até então.

Segundo Anscombe & Ducrot, a língua é essencialmente argumentativa, do léxico ao texto, e, para indicar a orientação argumentativa que o locutor imprime ao discurso em uma determinada situação comunicativa, ela dispõe dos chamados *operadores argumentativos*.

Esse termo, em sentido amplo, abrange *operador argumentativo* (sentido estrito) – partícula da língua que, aplicada a um enunciado, indicará o *topos* (ponto de vista do enunciador) e a força com que este será atualizado; *conector argumentativo* – partícula da língua que articula duas porções textuais, também indicando o *topos* e a força com que ele será atualizado; e *modificador* – geralmente adjetivos e advérbios, palavras cuja função é modificar os predicados de uma língua (nomes e verbos), indicando o *topos* e a força com que serão aplicados a uma situação/fato/pessoa.

Para fins de análise, conforme já estabelecido anteriormente, consideramos aqui o que, para Halliday & Hasan (1977), são os marcadores formais – conjunções e adjuntos conjuntivos (advérbios, locuções adverbiais, preposições e locuções prepositivas) – que exercem função coesiva conjuntiva entre orações, frases, blocos maiores de texto e parágrafos, e que passamos a chamar, de uma forma geral, *elementos conjuntivos*. Tais elementos correspondem aos operadores argumentativos (estrito senso), aos conectores argumentativos e ao modificador advérbio previstos por Anscombe e Ducrot.

5. 3.1- Situação de produção da argumentação

Segundo Golder (1996)⁴⁶, a situação de produção exerce grande influência sobre o discurso argumentativo, que se diferencia dos demais tipos de discurso em razão de seu caráter subjetivo. Consideram-se elementos da situação de produção – e, portanto, fatores que interferem fortemente nas escolhas que faz o locutor para construir seu texto – o próprio locutor e o interlocutor empírico, os lugares sociais que eles ocupam e os grupos que representam, o momento e o lugar em que se dá a interlocução – factuais e históricos.

Na construção do texto argumentativo, o locutor tem liberdade para escolher os argumentos, estando sujeito às pressões sociais e às pressões da própria situação comunicativa. Por isso o texto argumentativo é sempre permeado de valores, atitudes e crenças. Para Golder (*op.cit.*), toda ação de linguagem é potencialmente argumentativa, pois o locutor constrói o seu discurso, selecionando o modelo que considera adequado, de acordo

⁴⁶ *Apud* Souza (2003).

com o seu objetivo e com as características da situação comunicativa em que se encontra. Essa opinião é compartilhada por outros teóricos, como Koch (2002: 17), que afirma que:

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, formula juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois **a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.

Além disso, para argumentar, é necessário que haja algumas condições mínimas, tais como: questões controversas, mas admissíveis; crenças contrárias; temas discutíveis e relacionados aos sistemas de valores dos interlocutores.

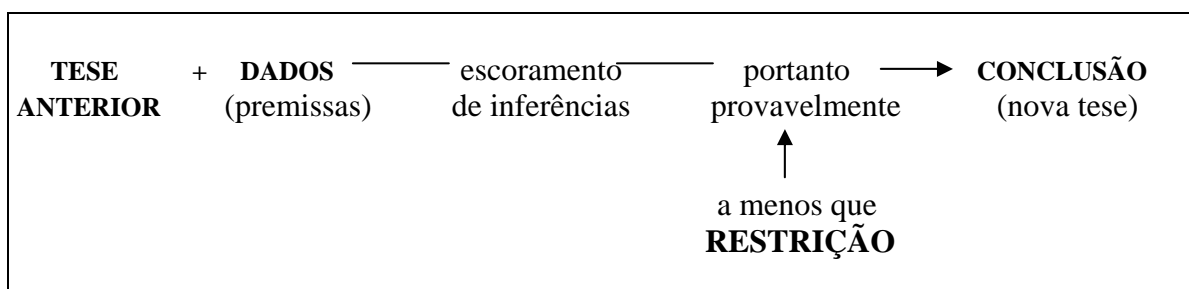
5. 3.2- Estrutura do texto argumentativo

Muitos autores defendam a tese de que a argumentatividade é característica e objetivo de todos os textos. Adam (1992), entretanto, lembra que não se podem colocar no mesmo plano *argumentatividade* e o que denomina *seqüência argumentativa*. A seqüência é um mecanismo de textualização, um conjunto de proposições psicológicas que se estabilizaram como recurso composicional dos vários gêneros, sendo lingüisticamente estável – o que possibilita sua determinação. A argumentatividade, por sua vez, prende-se à natureza do discurso, ou seja, a sua orientação discursiva, que é de persuadir, pela apresentação de pontos de vista trazidos pelo locutor para o discurso. Portanto, “por mais que se reconheça uma orientação argumentativa nos textos, não se pode confundi-la com a existência de uma estrutura argumentativa prototípica nos mesmos.” (Abreu, 2002)

Então, a natureza argumentativa do discurso não está presa à existência de uma estrutura argumentativa prototípica, mas também às escolhas feitas pelo locutor entre os recursos lingüísticos que tem a sua disposição e que sejam adequados ao tema discutido e à intenção enunciativa. Muitas vezes, constrói-se um texto de orientação argumentativa sem, no entanto, fazer uso da estrutura argumentativa propriamente dita.

Em todos os textos que compõem nosso *corpus*, a orientação argumentativa está presente, embora, em alguns, não se possa perceber a estrutura argumentativa. Sabe-se que não existe uma fórmula única para se organizar um discurso argumentativo. Sabe-se, inclusive, que, para se ter um discurso argumentativo, não é necessário que se tenha a estrutura argumentativa prototípica⁴⁷. Consideramos, entretanto, para efeito de análise nesta pesquisa, a seqüência argumentativa proposta por Adam, seqüência mais comum de acordo com os dados observados.

O ato argumentativo consiste essencialmente na contraposição de enunciados, sendo um deles um *já-dito* (Ducrot) quase sempre implícito, porque já conhecido pelo interlocutor. Trata-se, basicamente, da apresentação de um dado explícito de sustentação da tese defendida (um argumento) e uma conclusão, passando por um já-dito. Para Adam, a seqüência argumentativa, especificamente, é constituída de três partes: os dados (premissas), o escoramento de inferências e a conclusão; e completa-se por uma tese anterior e uma restrição. A tese anterior é a idéia que será contestada, podendo estar implícita; os dados são as afirmações que conduzem à conclusão; o chamado escoramento de inferências, quando não explícito, é dado pelo sentido do enunciado: são elementos que orientam para uma provável conclusão e podem estar apoiados em exemplos; a restrição é apresentada por meio de uma partícula conclusiva ou restritiva que encaminha à conclusão; a conclusão, por sua vez, é a opinião do enunciador, que possivelmente servirá de tese para uma nova seqüência argumentativa.



ESQUEMA TÍPICO DA SEQÜÊNCIA ARGUMENTATIVA (ADAM, 1992, p. 118)

Nos dados analisados, observamos a ocorrência de seqüências argumentativas que, em sua maioria, se organizam mais ou menos dessa maneira. Por exemplo, o texto que se segue, que representa, ele todo, uma seqüência argumentativa:

⁴⁷ Vale citar, por exemplo, o caso do gênero fábula: embora com uma estrutura composta basicamente por seqüências narrativas, o teor do discurso é argumentativo, uma vez que a intenção do enunciador é claramente persuadir, modificar comportamentos – o que fica muito claro quando a moral é apresentada, nas fábulas que as têm.

Ex.31 Texto 5	<p><i>Pessoas tendem a verem os problemas com otimismo, seguindo a idéia de que “há males que vêm para o bem”, mas o fato é que nenhum mal é vivido sem ser desagradável ou sem maiores conseqüências. Um defeito, um erro, uma crise ou uma mentira muitas vezes deixam marcas difíceis de serem removidas.</i></p> <p><i>Um defeito pode resultar em conhecimento, mas para isso um avião mal montado precisa antes cair e fazer vítimas. Um erro pode levar ao acerto, mas para tanto um caixa precisou esvaziar sua conta bancária para cobrir um valor que, sem querer, digitou errado. Uma crise pode gerar progresso, mas a de 29 quebrou a economia mundial. A imaginação pode se revelar mentira, capaz de destruir casamentos. Casamentos talvez em crise, talvez por erro de um dos lados que talvez tenha cometido falhas em suas desculpas e feito, enfim, o outro enxergar a verdade.</i></p> <p><i>Nenhum ato está alheio a conseqüências. Nenhuma falta tem um desfecho positivo, portanto, nenhum desleixo é livre de aspectos negativos.</i></p>
------------------	--

No caso específico de nosso *corpus*, algumas vezes a *tese anterior* – a idéia que será contestada – está implícita: está resumida no primeiro parágrafo da proposta de redação (cf. anexo I), e muitos textos não a retomam formalmente. Essa tese está implícita no texto do candidato e corresponde ao já-dito, tema conhecido pelo interlocutor, que conhece a proposta da prova. Outras vezes, como no caso do texto 5, o que se materializada no texto é uma versão dessa tese, muitas vezes parcial, que não dá a exata dimensão do tema que será discutido. Por isso, apesar de haver uma tese inicial no corpo do texto, continuamos considerando a proposta da prova como parte integrante da tese anterior, até porque o texto precisa ser considerado em relação com o seu contexto para que seu sentido possa ser construído. Vejamos como se organiza, no texto 5, a planificação do esquema típico da seqüência argumentativa proposto por Adam:

TESE ANTERIOR	<p>O defeito, o erro, a crise e a imaginação são importantes para se chegar ao conhecimento, ao acerto, à ciência e à verdade.</p> <p><i>Pessoas tendem a verem os problemas com otimismo, seguindo a idéia de que “há males que vêm para o bem”,</i></p>
DADOS (premissas)	<p><i>mas o fato é que nenhum mal é vivido sem ser desagradável ou sem maiores conseqüências. Um defeito, um erro, uma crise ou uma mentira muitas vezes deixam marcas difíceis de serem removidas.</i></p>
ESCORAMENTO DE	<p><i>Um defeito pode resultar em conhecimento,</i></p>

INFERÊNCIAS	
RESTRIÇÃO	<i>mas para isso um avião mal montado precisa antes cair e fazer vítimas.</i>
ESCORAMENTO DE INFERÊNCIAS	<i>Um erro pode levar ao acerto,</i>
RESTRIÇÃO	<i>mas para tanto um caixa precisou esvaziar sua conta bancária para cobrir um valor que, sem querer, digitou errado.</i>
ESCORAMENTO DE INFERÊNCIAS	<i>Uma crise pode gerar progresso,</i>
RESTRIÇÃO	<i>mas a de 29 quebrou a economia mundial.</i>
DADOS (premissas)	<i>A imaginação pode se revelar mentira, capaz de destruir casamentos. Casamentos talvez em crise, talvez por erro de um dos lados que talvez tenha cometido falhas em suas desculpas e feito, enfim, o outro enxergar a verdade.</i>
CONCLUSÃO (nova tese)	<i>Nenhum ato está alheio a conseqüências. Nenhuma falta tem um desfecho positivo, portanto, nenhum desleixo é livre de aspectos negativos.</i>

III- METODOLOGIA

A perspectiva teórica adotada neste trabalho faz com que seja necessário considerar o potencial e o realizado, ou seja, o sistema lingüístico – com suas potencialidades – e o discurso – a concretização do sistema nas escolhas feitas pelo produtor do texto. De acordo com Halliday (1979: 4-5):

A linguagem é o que é por causa das funções que ela desenvolveu para exercer na vida das pessoas; é de se esperar que as estruturas lingüísticas possam ser entendidas em termos funcionais. (...) Isso envolve a difícil tarefa de focar a atenção no realizado e no potencial simultaneamente, interpretando ambos, o discurso e o sistema lingüístico que a ele subjaz em termos da infinitamente complexa rede de potencial de significado que é o que chamamos cultura. (tradução livre)⁴⁸

Nesta pesquisa, portanto, a busca pela identificação das relações coesivas conjuntivas causais e a explicitação de seu sentido com base na interpretação dessas relações como externas ou internas funda-se em ocorrências dessas estruturas em seqüências argumentativas, todas elas componentes estruturais de textos do tipo argumentativo. Assim, a caracterização do componente semântico fornece subsídios para explicar os padrões de ocorrência das relações causais nas seqüências argumentativas e, ao mesmo tempo, essa caracterização só pode se dar a partir da análise de ocorrências concretas em contexto. Desse modo, este trabalho se desenvolve a partir de dois eixos: o estudo de estruturas semântico-gramaticais e a análise de textos. Esses dois eixos são interdependentes e complementares, pois contribuem para a constituição um do outro: determinada estrutura é empregada em um texto devido aos sentidos que ela potencialmente permite realizar; ao mesmo tempo, as possibilidades de emprego dessa estrutura é que criam e consolidam seus sentidos.

Dessa forma, buscando compreender melhor as relações entre gramática e discurso em língua portuguesa, com base em uma análise que leva em conta a funcionalidade das estruturas semântico-gramaticais na constituição dos textos, apresenta-se, em primeiro lugar, neste capítulo, uma descrição do *corpus* analisado. Em seguida, os procedimentos

⁴⁸ Texto original: *Language is as it is because of the functions it has evolved to serve in people's lives; it is to be expected that linguistic structures could be understood in functional terms. (...) It involves the difficult task of focusing attention simultaneously on the actual and the potential, interpreting both in terms of the infinitely complex network of meaning potential that is what we call the culture.*

empregados na análise dos dados, sua análise propriamente dita e, por último, os resultados observados.

1- *Corpus*

Observações informais – durante dez anos de atuação em bancas de correção de vestibular e tantos outros como professora de Língua Portuguesa, especialmente preocupada com o ensino da produção textual e principalmente com a construção do texto escrito – fizeram crescer o interesse por entender por que os alunos que estão terminando o Ensino Básico apresentam tantos problemas na estruturação do texto argumentativo, principalmente no que diz respeito à conexão entre suas partes. Optou-se, então, por trabalhar com redações de vestibular, material que contém uma amostragem do quadro que a escola forma, em termos de produção textual, e que, tradicionalmente, tem como proposta de escrita textos do tipo argumentativo⁴⁹.

Para a realização desta pesquisa, coletaram-se, de início, três amostragens do Vestibular UERJ – dos concursos de 2002, 2003 e 2004. São cem redações, a cada ano, selecionadas aleatoriamente, num universo de aproximadamente 55 mil. Embora em sentido amplo todo uso da linguagem seja argumentativo (cf. 5.3), optamos por trabalhar com textos de estrutura argumentativa, ou seja, textos em cuja constituição predominassem efetivamente seqüências argumentativas. Assim sendo, analisados preliminarmente os três conjuntos de textos, optamos por utilizar, em nossa pesquisa, somente os do exame vestibular de 2003, pois eram os que mais ofereciam material de trabalho adequado ao propósito de nossa análise. As amostragens de 2002 e de 2004 delinearam uma realidade de textos que nem sempre se configuravam como textos estruturalmente argumentativos. Havia, entre eles, a ocorrência de textos do tipo explicativo e narrativo – ainda que alguns apresentassem, em sua constituição, uma ou outra seqüência argumentativa –, o que restringiria nosso material de análise, uma vez que nos propusemos a trabalhar com a realização textual do esquema prototípico da seqüência argumentativa proposto por Adam (1992), especificamente no tipo de texto argumentativo.

Embora a análise realizada não enfatize aspectos quantitativos, pois nosso objetivo não é trabalhar com estatísticas, mas com predominância, algumas observações relativas ao *corpus* devem ser registradas. Foram considerados, então, inicialmente, cem textos. Entre eles, encontramos somente um que não obedece à estruturação proposta como parâmetro para

⁴⁹ As redações selecionadas receberam notas entre 3,0 e 7,0 no exame vestibular. Não estamos trabalhando, então, com as maiores nem com as menores notas alcançadas pelos candidatos, mas com a faixa de notas em que se concentra a maior parte dos candidatos. Vale dizer, também, que esses candidatos que fizeram a redação já passaram por um processo de avaliação anterior (Primeiro e Segundo Exames de Qualificação – primeira fase do Vestibular UERJ), tendo sido pré-selecionados.

análise, ou seja, que não se configura como tipo de texto argumentativo. Esse texto (nº 84) em particular organiza linearmente seu conteúdo temático em forma de diálogo, caracterizando-se como tipo de texto dialogal⁵⁰ (*op.cit.*) e, portanto, não foi considerado para fins de análise. No âmbito dos então noventa e nove textos, foram somente considerados aqueles cujas seqüências argumentativas apresentavam, em sua constituição, no mínimo uma relação conjuntiva causal explicitada por meio do emprego de elemento conjuntivo, o que fez nosso *corpus* se restringir a cinquenta textos. Cabe, ainda, salientar que, por constituir-se originalmente de cem textos, o *corpus* foi identificado de acordo com a numeração de 1 a 100, o que decidimos manter.

Para que se possam contextualizar os textos e as seqüências textuais – extraídos dos textos produzidos pelos vestibulandos, *corpus* da presente pesquisa – explorados nas próximas seções, apresenta-se, em seguida, a proposta de redação contida na Prova de Língua Portuguesa Instrumental com Redação, apresentada aos candidatos ao Vestibular Estadual 2003, na segunda fase – exame discursivo. Essa proposta é a última tarefa da prova, que se compõe de uma coletânea de quatro textos acompanhados de cinco questões discursivas. A exploração dos textos por meio dessas questões provoca um aprofundamento maior do candidato em seus sentidos, fazendo com que ele seja capaz, ao se dedicar à escrita da redação, de defender o ponto de vista solicitado com maior eficiência, uma vez que o texto produzido pelo candidato terá de argumentar contra o que defendem, de uma forma geral, os textos da coletânea.

⁵⁰ Obedecendo à caracterização das seqüências e à nomenclatura propostas por Adam, o texto 84 não foi considerado, embora entrem em sua composição várias seqüências argumentativas.

REDAÇÃO

Os textos dessa prova defenderam a importância do defeito, do erro, da crise e da imaginação, para se chegar ao conhecimento, ao acerto, à ciência e à verdade.

Escreva um texto argumentativo, em prosa, que defenda a possibilidade, abaixo sugerida, de se considerarem como negativas as consequências do defeito, do erro, da crise ou da imaginação.

Os defeitos podem ser muito sérios, os erros, muito graves, as crises, muito profundas – e o que parece imaginação, às vezes, se revela apenas mentira.

Para o cumprimento desta tarefa, seu texto – de no mínimo 15 e no máximo 30 linhas – deve:

- apresentar elaboração própria;
- apresentar estrutura completa e coerente;
- ser redigido em língua culta padrão.

Os textos da coletânea defendem “a importância do defeito, do erro, da crise e da imaginação, para se chegar ao conhecimento, ao acerto, à ciência e à verdade”, um posicionamento que a proposta de escrita apresenta como contrário àquele solicitado ao candidato. Além disso, o comando da prova explicitamente estabelece que o tipo de texto que deve ser produzido é o argumentativo, e acrescenta ainda que o candidato deve defender uma idéia posta em destaque.

Com uma proposta tão clara e um comando tão específico, a resposta dos candidatos foi, de um modo geral, satisfatória no que diz respeito ao tipo de texto solicitado. Por isso a opção pelo *corpus* levantado em 2003.

Para fins de análise dos dados, entretanto, não se deve perder de vista o fato de que essa é uma situação discursiva peculiar, em que o candidato defende uma tese que pode não ser aquela em que ele acredita de fato. Na situação comunicativa proposta pela prova, o candidato deve respeitar “as regras do jogo”, assumindo um projeto de texto que não é necessariamente o seu, e cumprir o contrato de comunicação que a situação de concurso – avaliação – impõe (cf. 5.2, capítulo II).

Para que se possa compreender melhor o contexto de produção dos textos-*corpus* analisados, a prova completa, com a coletânea de textos e as questões discursivas, é apresentada no Anexo I. Passamos, então, a descrever os procedimentos adotados na análise dos dados.

2- Procedimentos de análise

Com base nas teorias que fundamentam nossa tese (cf. capítulo II), assumimos, nesta pesquisa, o conceito de conjunção como postulado por Halliday & Hasan (1977): um conceito semântico e muito mais amplo do que o apresentado tradicionalmente pela gramática (GT), atuando na conexão entre partes diferentes do texto e funcionando na construção da coerência textual (textura).

Assumimos também os tipos de relações conjuntivas causais apresentados pelos mesmos autores, apesar da não-coincidência entre eles e aqueles com que professores e alunos lidam na sala de aula e que estão presentes em quase todos – senão todos – os manuais didáticos e gramáticas (GT) da Língua Portuguesa. Para Halliday & Hasan, as relações causais dividem-se em razão, resultado, finalidade, além de condição – embora, para fins de análise neste trabalho, essa última não seja considerada.

Apesar de os autores colocarem as relações condicionais sob o rótulo geral das causais, fazemos aqui a opção de não trabalhar especificamente com as primeiras porque o que de fato acontece, nesse caso, é uma sobreposição das relações causal e condicional (1977: 259), por estarem ambas intimamente relacionadas. A forma simples de expressar a relação condicional, no sentido de “*sob tais circunstâncias*”, é pelo emprego de *então*, elemento conjuntivo característico das relações causais de resultado. Tomamos essa posição para escaparmos à questão da divisão da oração complexa em orações simples, como faz a descrição gramatical, apontando uma como condicional e outra como causal (de resultado), se considerarmos a questão semanticamente e ignorarmos a questão da nomenclatura gramatical⁵¹. Na verdade, nessa estrutura como um todo, o sentido que prevalece é o de resultado, sendo este o sentido por nós considerado.

Os quatro tipos de relações postulados por Halliday & Hasan – *razão, resultado, finalidade e condição* – abarcam o que, na gramática (GT), classifica-se como *causa, explicação, conclusão, conseqüência, finalidade, condição e modo*, não havendo, entre eles, necessariamente, uma correspondência exata. As relações de resultado, por exemplo, podem corresponder tanto a construções coordenadas, chamadas pela gramática (GT) de conclusivas, quanto a construções subordinadas, chamadas consecutivas. O que importa, na perspectiva

⁵¹ Sabe-se que, do ponto de vista gramatical, teríamos uma oração subordinada de valor adverbial condicional e uma outra considerada principal (essa última guardando o valor de resultado).

aqui adotada, é a base semântica das relações, são os sentidos que elas permitem realizar e a função com que elas são construídas no texto. Assim, defendemos, também, a possibilidade de tais relações exercerem a função de estabelecer coesão externa ou interna, conforme se explorem “as relações inerentes ao fenômeno o qual a linguagem descreve, ou aqueles que são inerentes ao processo comunicativo, na forma da interação entre falante e ouvinte” (Halliday & Hasan, 1977: 241), respectivamente.

A fim de determinar os sentidos externos ou internos das relações conjuntivas causais e seu papel na construção dos textos argumentativos, parte-se da hipótese de que essas duas possibilidades de conjunção, conforme propostas por Halliday & Hasan (*op.cit.*), constituem escolhas disponíveis para o produtor de textos em língua portuguesa, e que cada uma delas corresponde a um conjunto de traços semânticos que a individualiza em relação à outra. As ocorrências de relações conjuntivas causais marcadas lingüisticamente pela presença de um elemento conjuntivo são, então, analisadas em seus respectivos co-textos, a partir das perspectivas ideacional e interpessoal.

Esclarecemos, também, que optamos por trabalhar somente com as relações conjuntivas causais marcadas lingüisticamente pela presença dos elementos conjuntivos⁵². Essa opção se deve ao fato de considerarmos, assim como Halliday, que a ausência do elemento conjuntivo explícito no texto pode nos levar a uma grande indefinição sobre que tipo de relação existe entre os dois segmentos de texto considerados, ou mesmo se existe de fato uma relação conjuntiva ali constituída. Conforme o autor (2002: 327):

Uma questão que surge na interpretação de um texto é o que fazer em relação à conjunção que está implícita. Sempre acontece, especialmente com seqüências temporais e causais, de a presença da relação semântica ser claramente sentida, mas não estar expressa.(...)

Está claro que a textura é alcançada por meio de relações conjuntivas desse tipo e que não há razão para não considerá-las. Por outro lado, a tentativa de incluí-las na análise leva a uma grande indeterminação, tanto no que diz respeito a se a relação conjuntiva está presente ou não, quanto no que diz respeito a que tipo específico de relação ela constitui. (tradução livre)⁵³

⁵² Consideramos elementos conjuntivos, conforme já anunciado, as conjunções propriamente ditas e os adjuntos conjuntivos – advérbios, locuções adverbiais, preposições e locuções prepositivas (cf. 4.2, capítulo II).

⁵³ Texto original: *One question that arises in the interpretation of a text is what to do about conjunction that is implicit. It often happens, especially with temporal and casual sequences, that the semantic relationship is clearly felt to be present but is unexpressed (...).*

It is clear that texture is achieved through conjunctive relations of this kind and there is no reason not to take account of it. On the other hand, the attempt to include it in the analysis leads to a great deal of indeterminacy,

A análise preliminar dos dados, conforme relatado na seção 1 do capítulo III, aponta para um *corpus* essencialmente constituído por textos de orientação argumentativa – mesmo aquele do tipo dialogal. Embora a maior parte deles – noventa e nove – constituam-se como textos do tipo argumentativo, os dados mostram que, não havendo uma única fórmula para a construção do texto argumentativo, eles assumem configurações variadas: as seqüências argumentativas predominam, mas há a presença, em alguns, de um (ou mais de um) representante de outro tipo de seqüência – explicativa, narrativa, descritiva ou dialogal. Portanto, atendendo aos objetivos do estudo em tela, foram consideradas, ainda, a função discursiva das seqüências textuais na organização textual – que quase sempre se configura como uma função argumentativa, ou seja, o emprego de outras seqüências atendendo a objetivos argumentativos – e a função discursiva dos elementos conjuntivos – que explicitam o tipo de relação semântica existente entre as partes do texto que conectam e, portanto, exercem grande influência na construção dos sentidos do texto.

Por fim, vale esclarecer que, em alguns momentos, análises quantitativas são usadas, mas somente como indícios que sugerem os caminhos para a análise qualitativa. Como já se disse, não temos intenções estatísticas e trabalhamos com base na idéia de predominância.

Para que se possa compreender melhor a análise que propomos, passamos a explorar a organização estrutural e semântica do texto nº 3, no que diz respeito às categorias aqui propostas.

<p>Ex.32 Texto 3</p>	<p><i>Será mesmo que só evoluímos depois que erramos? As crises, os defeitos e a imaginação vem para nosso bem?</i></p> <p><i>Quando estudamos história percebemos que as crises são cíclicas, e talvez só tenhamos percebido isso depois de várias. Hoje sabendo disso tentamos evitá-las, // porém não evoluímos com a crise, evoluímos ao tentar fazer com que elas não venham a acontecer, criando métodos e instrumentos para isso. // Atualmente países vivem profundas crises, que matam as pessoas. // Como podemos dizer que isso é bom?</i></p> <p><i>Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar, matando uma</i></p>
--------------------------	---

both as regards whether a conjunctive relation is present or not and as regards which particular kind of relationship it is.

	<p><i>infinidade de peixes, aves e outros seres. // Essa notícia já escutamos algumas vezes, nos levando a crer que não repensamos nas falhas e nos defeitos para tentar corrigir. // Então o que teve de bom nesses acidentes?</i></p> <p><i>A imaginação muitas vezes pode vir de uma premissa falsa, // sendo assim, nunca poderá se tornar verdade. // Além disso a imaginação é fruto do sentimento humano // e por isso nos engana. Como ela pode ser boa?</i></p> <p><i>Da mesma forma que acertamos também erramos. // Quando acertamos, repetimos, já quando erramos, temos a tendência a não fazer de novo. // Por isso dizer que é errando que se aprende é incorreto, mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende. // Sendo assim não temos motivos para errar.</i></p>
--	---

Aspectos estruturais: tipo de texto e seqüências textuais

Esse texto configura-se como um texto do tipo argumentativo. Ele se constrói com base em atos argumentativos, ou seja, com base na contraposição de enunciados. O projeto de texto que se pode apreender aqui é a tentativa de efetivação, pelo candidato, do que se propõe como tarefa no enunciado da prova de redação.

O enunciado da proposta de redação diz, basicamente, que os textos da coletânea previamente apresentados “defenderam a importância do defeito, do erro, da crise e da imaginação, para se chegar ao conhecimento, ao acerto, à ciência e à verdade”. Em seguida, solicita a escrita de um texto argumentativo, em prosa, que defenda a possibilidade de se considerarem como negativas as conseqüências do defeito, do erro, da crise ou da imaginação.

O projeto de texto do candidato, então, é, basicamente, tentar convencer o interlocutor, mediante a apresentação de razões, em face da evidência de provas – exemplos apresentados – e com base em um raciocínio coerente e consistente, de que “não temos motivos para errar”. Ou seja, o erro é negativo e não é necessário errar para aprender, pois é “fazendo que se aprende”, não errando.

Com base no esquema típico da seqüência argumentativa delineado por Adam (cf. quadro em 5.3.2, capítulo II), a idéia resumida no primeiro parágrafo da proposta de redação – sobre a importância do defeito, do erro, da crise e da imaginação, para se chegar ao conhecimento, ao acerto, à ciência e à verdade – configura-se como tese anterior, ou seja, como a idéia que será contestada no decorrer do texto do candidato. Na verdade, essa é a tese

anterior considerada em todos os textos-resposta a essa proposta, no âmbito de nosso *corpus*. Ainda conforme Adam, a tese anterior pode estar implícita, porque seria conhecida do interlocutor (o *já-dito*). Nesse caso específico – da situação comunicativa apresentada ao vestibulando –, a tese anterior é conhecida do interlocutor, que espera que ela seja fielmente considerada para que o candidato possa ter seu texto validado e avaliado⁵⁴.

No texto aqui analisado (nº 3), a tese anterior é, de certa forma, retomada explicitamente no primeiro parágrafo. Ela é um resumo do que o candidato conseguiu apreender do tema proposto, do que seria a idéia a que ele teria de se contrapor. Ao mesmo tempo, esse parágrafo é uma pista sobre o posicionamento que será defendido no decorrer de todo o texto, pista que é sugerida pelo emprego da expressão *Será mesmo que...* Assim, o parágrafo inicial acumula as funções de tese anterior e de dado, ou seja, de premissa.

Ex.33	tese anterior / dado
Texto 3	<i>Será mesmo que só evoluímos depois que erramos? As crises, os defeitos e a imaginação vem para nosso bem?</i>

Encontramos, nos demais textos de *corpus*, outras formas de retomada da tese anterior (por exemplo, texto 14), inclusive pelo próprio título (por exemplo, texto 12), e encontramos, também, casos em que ela está realmente implícita (por exemplo, texto 1).

Em seguida, o candidato constrói quatro outros parágrafos, cada um deles configurando-se como uma seqüência argumentativa.

Se retomarmos a proposta de escrita, perceberemos que o candidato apresenta, em seu primeiro parágrafo, os quatro elementos nela abordados como palavras-chave: *defeito*, *erro*, *crise* e *imaginação*. Ele utiliza cada um desses elementos como tema de um parágrafo específico, contrapondo-se claramente a eles como etapas importantes para se chegar ao conhecimento. É importante notar o grau de importância dado, pelo candidato, ao *erro*, em face dos demais elementos mencionados. Ele aparece em destaque no parágrafo inicial, em forma de pergunta, numa frase isolada. Depois é que surgem os outros elementos, todos colocados no mesmo nível. Em seguida, a *crise*, o *defeito* e a *imaginação* são discutidos, cada um de *per si*, ao longo de três parágrafos. O *erro*, então, é retomado no parágrafo final, como

⁵⁴ Caso contrário, pode-se configurar uma situação de fuga ao tema, o que obriga o avaliador a aferir grau zero à prova do candidato, conforme critério adotado pela banca naquele concurso específico.

se abarcasse em si a semântica dos outros três elementos, e, a partir dele, é construído o fechamento do texto. A conclusão do texto como um todo, concentrada no último parágrafo e resumida em sua última frase, retoma, então, a questão levantada no primeiro parágrafo e funciona como uma resposta a ela. É a conclusão retomando a introdução do texto, característica valorizada nos manuais de redação como um fator de manutenção temática e de garantia da coerência textual.

Retomando a observação da estrutura geral do texto como um todo, em suas macropartes, podemos apresentar o seguinte plano resumitivo de sua arquitetura:

Ex.34 Texto 3 1º parágrafo	<i>Será mesmo que só evoluímos depois que erramos? As crises, os defeitos e a imaginação vem para nosso bem?</i>	Tese anterior e dado – ou premissa – (que serve a todas as seqüências argumentativas do texto)
2º parágrafo	<i>Quando estudamos história percebemos que as crises são cíclicas, e talvez só tenhamos percebido isso depois de várias. Hoje sabendo disso tentamos evitá-las, // porém não evoluímos com a crise, evoluímos ao tentar fazer com que elas não venham a acontecer, criando métodos e instrumentos para isso. // Atualmente países vivem profundas crises, que matam as pessoas. // Como podemos dizer que isso é bom?</i>	Seqüência argumentativa (especificamente ligada ao elemento crise presente na tese anterior)
3º parágrafo	<i>Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar, matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres. // Essa notícia já escutamos algumas vezes, nos levando a crer que não repensamos nas falhas e nos defeitos para tentar corrigir. // Então o que teve de bom nesses acidentes?</i>	Seqüência argumentativa (especificamente ligada ao elemento defeitos presente na tese anterior)
4º parágrafo	<i>A imaginação muitas vezes pode vir de uma premissa falsa, // sendo assim, nunca poderá se tornar verdade. // Além disso a imaginação é fruto do sentimento humano // e por isso nos engana. Como ela pode ser boa?</i>	Seqüência argumentativa (especificamente ligada ao elemento imaginação presente na tese anterior)
5º parágrafo	<i>Da mesma forma que acertamos também erramos. // Quando acertamos, repetimos, já quando erramos,</i>	Seqüência argumentativa

	<i>temos a tendência a não fazer de novo. // Por isso dizer que é errando que se aprende é incorreto, mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende. // Sendo assim não temos motivos para errar.</i>	(especificamente ligada ao elemento erro presente na tese anterior)
--	---	---

Observando-se a macro-organização do texto 3, vê-se que o candidato adota uma perspectiva didática de construção do raciocínio argumentativo, que encaminha o leitor para uma conclusão final. Essa conclusão final vem sendo construída a cada parágrafo, por meio das seqüências argumentativas que reproduzem, no microcosmo, o esquema argumentativo proposto na organização maior do texto.

Consideremos, agora, especificamente, cada uma das seqüências argumentativas⁵⁵, tendo em vista o esquema prototípico proposto por Adam.

Ex.35 2º parágrafo	<p style="text-align: center;"><small>escoramento de inferências</small></p> <p><i>Quando estudamos história percebemos que as crises são cíclicas, e</i></p> <p style="text-align: center;"><small>dato</small></p> <p><i>talvez só tenhamos percebido isso depois de várias. // Hoje sabendo disso tentamos evitá-las, porém não evoluímos com a crise, evoluímos ao tentar fazer com que elas não venham a acontecer, criando métodos e</i></p> <p style="text-align: center;"><small>escoramento de inferências</small></p> <p><i>instrumentos para isso. // Atualmente países vivem profundas</i></p> <p style="text-align: center;"><small>conclusão</small></p> <p><i>crises, que matam as pessoas. // Como podemos dizer que isso é bom?</i></p>
------------------------------	--

Essa seqüência apresenta o que, para Adam, são suas três partes básicas: o dato (premissa ou constatação de partida), o escoramento de inferências (pode não estar explícito, sendo dato pelo sentido do enunciado; são argumentos, elementos que orientam

para uma provável conclusão) e a conclusão. Para o autor, a tese anterior e a restrição (contra-argumento) podem faltar, a primeira por estar implícita e ser do conhecimento do interlocutor, como é o caso aqui, e a segunda por ter uso facultativo.

É possível reconhecer, nesse parágrafo, essas partes essenciais da seqüência argumentativa e, assim, apreender a intenção comunicativa que a ela subjaz. Há de se reconhecer que, muitas vezes, isso se torna uma tarefa árdua por conta dos inúmeros problemas que os textos analisados, de uma forma geral, apresentam. Problemas que vão desde ortografia e pontuação até a coesão entre os parágrafos.

⁵⁵ Houve, no texto 3, uma coincidência entre a formulação da tese anterior e das seqüências argumentativas, e a divisão do texto em parágrafos. Entretanto, não se trata de uma regra. Pode haver parágrafos com mais de uma seqüência e até mesmo um parágrafo que seja somente uma das partes de uma seqüência.

A seqüência apresenta como dado, ou seja, como premissa que busca levar à conclusão (nova tese, aquela defendida pelo produtor do texto), o trecho que diz que tentamos evitar as crises e que não evoluímos com ela, mas criando métodos e instrumentos para que ela não venha a acontecer (*Hoje sabendo disso tentamos evitá-las, porém não evoluímos com a crise, evoluímos ao tentar fazer com que elas não venham a acontecer, criando métodos e instrumentos para isso*). Como escoramento de inferência, a seqüência apresenta dois segmentos: um que diz que as crises são cíclicas (*Quando estudamos história percebemos que as crises são cíclicas, e talvez só tenhamos percebido isso depois de várias.*) e outro que apresenta um exemplo de conseqüência das crises (*Atualmente países vivem profundas crises, que matam as pessoas.*) – ambos servindo como elementos que orientam a uma provável conclusão, como elementos que servem de apoio ao dado. Finalmente, como conclusão, a seqüência traz um questionamento (*Como podemos dizer que isso é bom?*). Na verdade, apesar de configurar-se como pergunta, a conclusão é clara: a crise não é vista como positiva para a evolução. Vemos o emprego da pergunta aqui como retórico, como uma tentativa de buscar a adesão do interlocutor e de aproximá-lo mais da discussão.

<p>Ex.36 Texto 3 3º parágrafo</p>	<p style="text-align: center;">escoramento de inferência</p> <p style="text-align: center;"><i>Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar, matando</i></p> <p style="text-align: center;">dado</p> <p><i>uma infinidade de peixes, aves e outros seres. // Essa notícia já escutamos algumas vezes, nos levando a crer que não repensamos nas falhas e nos</i></p> <p style="text-align: center;">conclusão</p> <p><i>defeitos para tentar corrigir. // Então o que teve de bom nesses acidentes?</i></p>
---	---

Novamente o esquema argumentativo utilizado pelo candidato é constituído pelo dado, escoramento de inferências e conclusão. A seqüência é iniciada por um exemplo de acontecimento rotineiro – rotina sugerida pelo emprego do verbo *derramar* no presente do indicativo e confirmada no início do período seguinte (*Essa notícia já escutamos algumas vezes*) – com conseqüências negativas: *Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar, matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres*. Esse exemplo – escoramento de inferência – dá sustentação ao dado (*Essa notícia já escutamos algumas vezes, nos levando a crer que não repensamos nas falhas e nos defeitos para tentar corrigir*). Ambos, dado e escoramento de inferências, conforme Adam, conduzem à conclusão: *Então o que teve de bom nesses acidentes?*

O produtor do texto defende a idéia de que não há nada de positivo em falhas e defeitos que levam a acidentes, uma vez que os acidentes se repetem por não tentarmos

repensar “nas falhas e nos defeitos para tentar corrigir”. Novamente a conclusão se constrói como uma pergunta retórica: o candidato deixa claro que, na verdade, não há nada de bom nesses acidentes acarretados pelas falhas e pelos defeitos.

Ex.37 Texto 3 4º parágrafo	dado	conclusão
	<i>A imaginação muitas vezes pode vir de uma premissa falsa, // sendo</i>	
	dado	conclusão
	<i>assim, nunca poderá se tornar verdade. // Além disso a imaginação é fruto</i>	
	conclusão	conclusão
	<i>do sentimento humano // e por isso nos engana. // Como ela pode ser boa?</i>	

A configuração dessa seqüência é diferente das duas anteriores. Nela o candidato apresenta dois esquemas binários formados por dado ou premissa (dado explícito de sustentação)/conclusão (sustentada pelo argumento imediatamente anterior). *A imaginação muitas vezes pode vir de uma premissa falsa* é o primeiro dado, que leva à primeira conclusão: *sendo assim, nunca poderá se tornar verdade. Além disso a imaginação é fruto do sentimento humano* é o segundo dado ou premissa, que leva à segunda conclusão *e por isso nos engana*. Entre cada par dado/conclusão, interpõe-se um *já-dito* (cf. Ducrot), ou seja, a tese anterior, nesse caso, implícita. O segmento apontado como a terceira conclusão nessa seqüência é, na verdade, a conclusão de toda a seqüência: *Como ela pode ser boa?* Como no caso das duas seqüências anteriores, essa é uma pergunta que nada quer saber de fato. O candidato, ao falar da imaginação, já a condenou como algo que não é verdadeiro e que nos engana. Então ele conclui o raciocínio argumentativo sugerindo que a imaginação não é “boa”.

Ex.38 Texto 3 5º parágrafo	dado	escoramento de inferência
	<i>Da mesma forma que acertamos também erramos. // Quando acertamos, repetimos, já quando erramos, temos a tendência a não fazer de novo.</i>	
	conclusão	conclusão
	<i>// Por isso dizer que é errando que se aprende é incorreto, mais correto</i>	
	<i>seria dizer que é fazendo que se aprende. // Sendo assim não temos motivos para errar.</i>	

Nesse último parágrafo – conclusivo de todo o texto –, a seqüência se compõe de dado, escoramento de inferência e conclusão. Entretanto, são duas conclusões, uma em seguida à outra. A tese defendida pelo candidato, nessa última seqüência, e que aparece como conclusão de seu raciocínio argumentativo é a idéia de que não é errando que se aprende, mas fazendo. O dado (premissa) que ele usa para defender essa idéia é que acertamos e erramos

(*Da mesma forma que acertamos também erramos*), e ele apóia esse dado no escoramento de inferências ou argumento (*Quando acertamos, repetimos, já quando erramos, temos a tendência a não fazer de novo*), que conduz à primeira conclusão: *Por isso dizer que é errando que se aprende é incorreto, mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende.*

Ao mesmo tempo em que a segunda conclusão, introduzida por *sendo assim*, funciona como uma segunda conclusão para a própria seqüência – e para a primeira conclusão em particular, que se transforma em nova tese –, também funciona como o ápice da conclusão de todo o texto, para o qual todos os dados conduzem. É, como dito anteriormente, a retomada da introdução do texto pela conclusão, fechando-se o ciclo da argumentação como um processo de convencimento, de persuasão, em que a opinião do enunciador precisa ser apresentada à luz de um raciocínio coerente.

Considerando-se o caráter dialógico das seqüências propostas por Adam (1992) e as diferentes planificações (ou planos) que a estrutura de um texto pode assumir, segundo Bronckart (1999), reconhece-se a coexistência de mais de uma seqüência num mesmo texto, servindo a objetivos discursivos variados. Existem, no caso do texto em tela, duas seqüências descritivas, que, encaixadas em seqüências argumentativas, funcionam como uma de suas partes essenciais: escoramento de inferências. A primeira está no segundo parágrafo: *Atualmente países vivem profundas crises, que matam as pessoas*. A segunda, no terceiro parágrafo: *Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar, matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres*. Nos dois casos, a seqüência descritiva é usada para descrever, retratar uma situação que, no texto, funciona como um exemplo. Esse exemplo reforça, confirma, comprova a idéia contida nos dados e conduz, juntamente com eles, a uma conclusão. Essas seqüências descritivas concorrem, assim como as argumentativas propriamente ditas, para construir uma orientação argumentativa para o texto como um todo, conforme solicitado na proposta de redação.

O texto 3, no geral, reproduz, em sua macroestrutura, o esquema típico da seqüência argumentativa, em suas partes essenciais. A seqüência argumentativa consiste, essencialmente, na contraposição de enunciados. A um *já-dito* – idéias defendidas pelos textos da coletânea apresentada aos candidatos e às quais eles têm de se contrapor – se opõe um outro enunciado: o texto do candidato. O esquema argumentativo se constrói, basicamente, pela apresentação de um dado ou premissa (dado explícito de sustentação) e uma conclusão, interpondo-se entre eles um *já-dito*. É como se o texto como um todo fosse uma só seqüência argumentativa, apresentando a seguinte planificação:

Ex.39 Texto 3 1º parágrafo	<i>Será mesmo que só evoluímos depois que erramos? As crises, os defeitos e a imaginação vem para nosso bem?</i>	Tese anterior e dado
2º parágrafo	<i>Quando estudamos história percebemos que as crises são cíclicas, e talvez só tenhamos percebido isso depois de várias. Hoje sabendo disso tentamos evitá-las, porém não evoluímos com a crise, evoluímos ao tentar fazer com que elas não venham a acontecer, criando métodos e instrumentos para isso. Atualmente países vivem profundas crises, que matam as pessoas. Como podemos dizer que isso é bom?</i>	Escoramento de inferência (argumento)
3º parágrafo	<i>Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar, matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres. Essa notícia já escutamos algumas vezes, nos levando a crer que não repensamos nas falhas e nos defeitos para tentar corrigir. Então o que teve de bom nesses acidentes?</i>	Escoramento de inferência (argumento)
4º parágrafo	<i>A imaginação muitas vezes pode vir de uma premissa falsa, sendo assim, nunca poderá se tornar verdade. Além disso a imaginação é fruto do sentimento humano e por isso nos engana. Como ela pode ser boa?</i>	Escoramento de inferência (argumento)
5º parágrafo	<i>Da mesma forma que acertamos também erramos. Quando acertamos, repetimos, já quando erramos, temos a tendência a não fazer de novo. Por isso dizer que é errando que se aprende é incorreto, mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende. Sendo assim não temos motivos para errar.</i>	Conclusão

Aspectos coesivos: relações conjuntivas causais

Considerando-se, agora, as relações coesivas conjuntivas, conforme Halliday & Hasan, vejamos o uso que delas se faz nas seqüências argumentativas, conforme os procedimentos previstos: com base no aspecto semântico-funcional, as relações conjuntivas causais marcadas lingüisticamente pela presença de um elemento conjuntivo são analisadas, com vistas a reconhecer seu valor semântico e sua função de coesão externa ou interna.

Das quatro seqüências que se seguem à abertura do texto em forma de perguntas que resgatam a tese anterior, três – segunda, terceira e quarta – atendem às características controladas em nossa análise: são seqüências argumentativas que apresentam relações conjuntivas causais marcadas explicitamente por elementos conjuntivos. Há uma coincidência

entre seqüências e parágrafos ao longo desse texto, à exceção do primeiro parágrafo, que é, na verdade a tese anterior resgatada e que é ponto de partida para as quatro outras.

Primeira seqüência argumentativa (texto 3)

<p>Ex.40 1ª seqüência</p>	<p><i>Quando estudamos história percebemos que as crises são cíclicas, e talvez só tenhamos percebido isso depois de várias. Hoje sabendo disso tentamos evitá-las, porém não evoluímos com a crise, evoluímos ao tentar fazer com que elas não venham a acontecer, criando métodos e instrumentos para isso. Atualmente países vivem profundas crises, que matam as pessoas. Como podemos dizer que isso é bom?</i></p>
-----------------------------------	--

No caso dessa primeira seqüência argumentativa, apesar de haver relações causais funcionando na construção da coesão, elas não estão marcadas por elementos conjuntivos coesivos. Por se tratar de uma relação semântica, a relação coesiva conjuntiva é estabelecida mesmo na ausência de elemento lingüístico que funcione como elo explícito entre as partes do texto. É possível reconhecer o(s) sentido(s) que se constrói(em) entre dois segmentos contíguos de texto, assumindo a relação coesiva conjuntiva existente entre eles, mesmo que esta não esteja marcada explicitamente. No trecho *Hoje sabendo disso tentamos evitá-las*, por exemplo, existe a idéia de causa – razão – entre o fato de saber que as crises são cíclicas e o de tentar evitá-las. Como essa idéia se estabelece entre dois “fatos”, entre dois fenômenos da experiência, ou seja, como a coesão se constrói entre sentidos ideacionais, diz-se, conforme Halliday & Hasan, que esse é um tipo de relação externa⁵⁶. Já entre *Atualmente países vivem profundas crises, que matam as pessoas* e *Como podemos dizer que isso é bom?*, a relação que se pode perceber também é causal, mas de resultado, e o raciocínio pode ser descrito da seguinte maneira: por se saber que pessoas estão morrendo por causa das crises é que se chega à conclusão de que as crises não são positivas. A relação, aqui, se dá não entre dois eventos, dois fatos, mas entre dois passos de um argumento, fenômeno inerente ao processo de comunicação, nas formas de interação entre locutor e interlocutor. Então, como essa coesão se estabelece entre sentidos interpessoais, diz-se, conforme os autores (*op.cit.*), que esse é um tipo de relação interna.

⁵⁶ Halliday (2002: 338) classifica esse tipo de relação como *conjunção externa ou ideacional*, e a que a ela se opõe de *conjunção interna ou interpessoal*.

Segunda seqüência argumentativa (texto 3)

Ex.41 2ª seqüência	<i>Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar, matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres. Essa notícia já escutamos algumas vezes, nos levando a crer que não repensamos nas falhas e nos defeitos para tentar corrigir. Então o que teve de bom nesses acidentes?</i>
--------------------------	---

Na segunda seqüência argumentativa, observamos a conjunção causal entre segmentos ocorrer, de forma marcada, em três momentos. Primeiro, entre *Navios petroleiros derramam óleo no mar matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres* e *por alguma falha*, cujo elemento conjuntivo é a preposição *por* e cuja idéia específica é de razão. A relação coesiva construída é externa, uma vez que se trata de dois eventos, um desencadeando o acontecimento do outro; no caso, a falha desencadeando o desastre do óleo derramado.

O segundo momento se dá entre *não repensamos nas falhas e nos defeitos* e *para tentar corrigir*, cuja idéia específica é de finalidade e cujo elemento conjuntivo é *para*. Tentar corrigir é o objetivo que se tem quando se repensa sobre as falhas e os defeitos – embora todo o segmento seja negativo. Essa relação coesiva também se caracteriza como externa, pois repensar e tentar corrigir são dois fenômenos externos ao ato comunicativo, sobre os quais a linguagem fala. É uma relação inerente aos fatos, não ao processo comunicativo em si.

O terceiro acontece entre *Então o que teve de bom nesses acidentes?* e toda a porção de texto anterior que compõe a seqüência. A idéia específica é de resultado e o elemento conjuntivo que explicita isso é *então*. Apesar de constar em forma de pergunta, o produtor do texto encaminha o raciocínio do interlocutor para a conclusão de que nada resultou de bom desses acidentes. Ao contrário das duas outras relações coesivas descritas anteriormente, essa se configura como interna, uma vez que a relação é construída no nível do discurso. O segmento *Então o que teve de bom nesses acidentes?* não é um fato ou um evento, muito menos um fato desencadeado por outro. Ele é a conclusão a que se chega pela condução do raciocínio do leitor, é algo que se diz como resultado do que se avaliou na porção de texto anterior.

Além das relações causais marcadas, ainda nessa seqüência, ocorre também uma relação coesiva causal desmarcada linguisticamente. Ela se dá entre *Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar* e *matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres*. A relação que se percebe entre esses dois segmentos é a de resultado: a morte de peixes,

aves e outros seres é vista como consequência do óleo derramado no mar. São dois fatos, um – o derramamento de óleo no mar – desencadeando o outro – a morte de peixes, aves e outros seres. Trata-se, nesse caso, de uma relação coesiva conjuntiva causal externa.

Terceira seqüência argumentativa (texto 3)

Ex.42 3ª seqüência	<i>A imaginação muitas vezes pode vir de uma premissa falsa, sendo assim, nunca poderá se tornar verdade. Além disso a imaginação é fruto do sentimento humano e por isso nos engana. Como ela pode ser boa?</i>
--------------------------	--

As relações conjuntivas causais, nessa terceira seqüência, são três: duas marcadas e uma desmarcada. A primeira está marcada pelo elemento conjuntivo *sendo assim*, que explicita a idéia de resultado latente entre *A imaginação muitas vezes pode vir de uma premissa falsa* e *nunca poderá se tornar verdade*. É um caso de relação coesiva interna porque o sentido é construído entre eventos lingüísticos, não entre fatos ou acontecimentos. Chega-se àquela conclusão com base no que foi dito, não em algo que tenha acontecido. A segunda relação conjuntiva causal está marcada pelo elemento conjuntivo *por isso* e tem, também, o sentido de resultado. Os segmentos de texto ligados por esse elemento conjuntivo são *Além disso a imaginação é fruto do sentimento humano* e *e nos engana*. Da mesma forma que a relação anteriormente discutida, essa também se configura como uma relação interna, uma vez que, no primeiro segmento, refere-se à imaginação como fruto do sentimento humano, o que faz com que se conclua que, então, ela nos engana. É uma relação entre eventos lingüísticos, como passos para a construção de um argumento.

A relação desmarcada aqui referida acontece entre *Como ela pode ser boa?* e todo o segmento anterior que forma a seqüência, e tem o sentido específico de resultado. À semelhança do que ocorre com o último segmento da seqüência anterior, apesar de tratar-se de uma pergunta, ela é de fato uma resposta. Uma resposta a que o produtor do texto leva o leitor, após encaminhar seu raciocínio, fazendo com que ele conclua que a imaginação não pode ser boa: ela nunca poderá se tornar verdade e ela nos engana. Esta é a conclusão a que se chega sobre o que foi dito, ou seja, é uma relação construída entre eventos lingüísticos, não entre fenômenos. Trata-se de uma relação interna.

Quarta seqüência argumentativa (texto 3)

Ex.43 4ª seqüência	<i>Da mesma forma que acertamos também erramos. Quando acertamos, repetimos, já quando erramos, temos a tendência a não fazer de novo. Por isso dizer que é errando que se aprende é incorreto, mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende. Sendo assim não temos motivos para errar.</i>
--------------------------	--

Finalmente, na quarta seqüência argumentativa que participa da constituição do texto 3, há duas relações conjuntivas causais marcadas e uma desmarcada. A primeira relação marcada se constrói entre *Da mesma forma que acertamos também erramos. Quando acertamos, repetimos, já quando erramos, temos a tendência a não fazer de novo* e **Por isso** *dizer que é errando que se aprende é incorreto, mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende*. Conforme já comentado, não há uma coincidência entre a estrutura gramatical dos segmentos textuais – com seus limites e fronteiras, como os da frase, por exemplo –, e a organização semântica do texto. *Por isso* conecta o sentido dos dois primeiros períodos da seqüência, como um todo, ao terceiro, o qual introduz. O valor semântico específico dessa relação é de resultado, e a coesão se caracteriza como interna. A relação aqui se dá no âmbito da metafunção interpessoal da linguagem, uma vez que constrói um raciocínio para levar o leitor a uma determinada conclusão. O enunciador diz que o acerto leva à repetição da experiência, o erro não; então, conclui que é fazendo que se aprende, não errando⁵⁷.

A segunda relação marcada se dá entre **Sendo assim** *não temos motivos para errar* e toda a parte precedente da seqüência, e também entre a primeira e **Por isso** *dizer que é errando que se aprende é incorreto, mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende*. O elemento conjuntivo usado para marcar essa relação é *sendo assim* e, nos dois casos, o valor semântico da relação conjuntiva causal construída é de resultado, configurando-se como relação interna. É novamente a construção de um raciocínio, revelando a intenção do enunciador de conduzir o leitor – sentido interpessoal – a uma determinada conclusão, no caso, que não se tem motivo para errar.

Há, ainda, uma relação causal desmarcada presente nessa seqüência. Ela se constrói entre **Por isso** *dizer que é errando que se aprende é incorreto e mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende*. O sentido, nesse caso, pode ser visto como razão ou resultado. É a margem de interpretação que determinadas construções nos permitem. Com o valor de razão,

⁵⁷ Não se discute aqui a relevância do raciocínio do candidato e sua validade como verdade. Procura-se refazer seu caminho, buscando entender sua intenção comunicativa.

entenderíamos *mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende* como uma explicação para *dizer que é errando que se aprende é incorreto*. Com o valor de resultado, entenderíamos *mais correto seria dizer que é fazendo que se aprende* como uma conseqüência de *dizer que é errando que se aprende é incorreto*. De uma forma ou de outra, a relação coesiva conjuntiva existente caracteriza-se como interna, pois, conforme as duas relações marcadas discutidas nessa quarta seqüência argumentativa, ela se constrói no âmbito da metafunção interpessoal.

Cabe assinalar, ainda, que não há necessariamente relações conjuntivas, marcadas ou desmarcadas, entre todos os segmentos do texto – orações simples⁵⁸, orações complexas, segmentos maiores, parágrafos. Muitas vezes, as relações se constroem por meio de outros recursos coesivos. É o caso, por exemplo, da relação coesiva entre *Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar, matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres* e o segmento, imediatamente posterior, *Essa notícia já escutamos algumas vezes, nos levando a crer que não repensamos nas falhas e nos defeitos para tentar corrigir*, ambos na segunda seqüência explorada. O termo *Essa notícia*, presente no segundo segmento, retoma todo o trecho anterior, substituindo-o. É o elo entre um segmento e outro. Halliday & Hasan (1977) chamam esse tipo de mecanismo coesivo de substituição.

Enfim, vistas as relações coesivas conjuntivas causais internamente às seqüências argumentativas analisadas no texto 3, resta, ainda, observar as relações coesivas estabelecidas entre os parágrafos. Diferentemente da perspectiva estrutural, em que a conjunção se dá entre termos e orações dentro dos limites do período, a relação conjuntiva, na perspectiva semântica, envolve passagens mais longas que o período – como se pode ver na análise da quarta seqüência, por exemplo –, parágrafos, ou até porções maiores do texto.

Não há nenhum elemento conjuntivo introduzindo os parágrafos para estabelecer, com o parágrafo anterior, algum tipo de relação conjuntiva explícita. A relação que se constrói entre os parágrafos é temática e advém da própria organização do material textual, tendo em vista o desenvolvimento de três subtemas – as crises, os defeitos e a imaginação – a partir dos quais o candidato elegeu seu tema maior – o erro. Esse tema e os três subtemas são apresentados no primeiro parágrafo. A partir daí, cada um dos subtemas é retomado e discutido em um parágrafo específico. Por fim, no último parágrafo, o tema maior é trazido à luz como um fechamento para a discussão como um todo, uma vez que, na verdade, ele

⁵⁸ Conforme Halliday & Hasan, os elementos que criam a textura construindo a coesão entre as frases também reforçam a textura interna que existe dentro da própria frase.

engloba os demais. É o fechamento do texto com um retorno à introdução, pois é na introdução que estão as premissas em que se baseia toda a argumentação do texto 3:

Ex.44 1º parágrafo	<i>Será mesmo que só evoluímos depois que erramos? As crises, os defeitos e a imaginação vem para nosso bem?</i>
------------------------------	--

Ao mesmo tempo em que o produtor do texto resgata a tese anterior, presente na coletânea de textos da proposta de redação, e a apresenta no parágrafo inicial, ele também dá indícios de quais são as premissas com que trabalhará no decorrer de seu texto. O emprego da construção *Será mesmo que...?* faz inferir que o produtor do texto duvida mesmo da veracidade da tese anterior, sendo essa a premissa que defenderá. A conclusão a que ele chega no último parágrafo é relativa às premissas estabelecidas no primeiro, ou seja, as premissas levam à conclusão, como deve acontecer quando se trata de um texto argumentativo, conforme Adam (1992).

Assim como há outros mecanismos coesivos atuando na formação da textura do texto 3, há, também, outras formas de conjunção – temporal, aditiva e adversativa. Entretanto, não é, conforme já esclarecido, objetivo deste trabalho discutir esses outros mecanismos coesivos e essas outras formas de conjunção. A partir de agora, então, eles não são mais discutidos. Da mesma forma, não são também discutidas as relações causais não-marcadas por elementos coesivos.

Apesar da tentativa de se proceder a uma análise o mais objetiva possível dos dados, é preciso não se perder de vista que a linguagem é, por si só, subjetiva, dependendo sua análise, em muito, da interpretação que se faz das escolhas feitas pelo produtor do texto, tendo em vista as possibilidades que a ele se ofereciam.

Seguindo esses mesmos procedimentos aplicados ao texto nº 3, os cinquenta textos que atendem às características controladas em nossa análise são trabalhados. Entretanto, os dados obtidos na análise são apresentados em forma de tabela, não mais da forma descritiva com que se trabalha o texto 3. Na tabela aparece, de forma clara e objetiva, a planificação das seqüências, com as articulações argumentativas construídas pelas relações conjuntivas causais – marcadas lingüisticamente – estabelecidas entre as diferentes partes de cada seqüência e entre as seqüências.

Na próxima seção, então, apresentam-se os dados obtidos planejados em forma de tabela, mas não sem antes se esclarecer como ela está organizada.

3- Análise dos dados

Após a análise de cada um dos cinquenta textos que se enquadram nos parâmetros estabelecidos para esta pesquisa, os dados obtidos são apresentados por meio de uma tabela contínua, formada por cinco colunas que os organizam da seguinte maneira: identificação do texto, transcrição da seqüência argumentativa, apresentação do elemento conjuntivo causal empregado, identificação da relação semântica específica construída e sua interpretação como relação externa ou interna. Quando, de um mesmo texto, forem transcritas mais de uma seqüência, elas serão identificadas também por uma letra, para que possam ser referidas com exatidão quando dos comentários sobre os resultados da análise (por exemplo: 3A, 3B, 3C).

A seqüência argumentativa é analisada de acordo com o esquema típico proposto por Adam (1992), conforme quadro apresentado na seção 5.3.2. da Fundamentação Teórica.

As partes que compõem a seqüência são demarcadas por barras paralelas e classificadas de acordo com a nomenclatura proposta pelo autor: *tese anterior* (geralmente implícita), *dados* (premissas), *escoramento de inferências* (argumento – quando não explícito, é dado pelo sentido do enunciado), *restrição* (contra-argumento – pode faltar) e *conclusão* (pode se configurar como uma nova tese).

Em seguida, o elemento conjuntivo que marca a relação causal presente na seqüência argumentativa é apresentado, e a relação causal é classificada semanticamente, de acordo com os parâmetros apontados por Halliday & Hasan (1977): *razão*, *resultado* ou *finalidade*⁵⁹. Então, caracteriza-se o tipo de relação encontrada, considerando-se os sentidos que os segmentos textuais por elas conectados expressam, sentidos chamados: *externo* (interpretado no âmbito da função ideacional da linguagem) ou *interno* (interpretado no âmbito da função interpessoal da linguagem).

Por vezes, após essa planificação da seqüência argumentativa, em seus aspectos estrutural e semântico, algumas explicações são necessárias, suscitando comentários acerca do material apresentado na tabela em relação ao texto-base – contexto imediato de onde foi extraída a seqüência – ou em relação a qualquer outra situação que se imponha.

Nem sempre a organização das partes da seqüência argumentativa segue exatamente a ordem apresentada no esquema prototípico de Adam. Assim como não há uma fórmula única

⁵⁹ As relações condicionais, apresentadas sob o rótulo geral das causais, não são aqui consideradas conforme justificativa apresentada anteriormente, na seção 2, capítulo III.

para a organização do tipo de texto argumentativo, também não há uma só maneira de se construir a seqüência argumentativa, que pode se configurar de formas diferentes, desde que apresente, em sua constituição, as partes consideradas essenciais.

É importante esclarecer novamente que as seções produzidas nas seqüências argumentativas encontradas não coincidem necessariamente com os limites gramaticais das orações ou dos períodos, por vezes nem com os limites do parágrafo. O que se considera aqui são os aspectos semântico-funcionais que os diversos segmentos apresentam na configuração do texto.

O procedimento de análise aqui descrito e explicitado em todos os detalhes na seção anterior foi rigorosamente aplicado a todos os textos – cinquenta – e seqüências argumentativas – sessenta e nove – que atendiam às exigências estabelecidas nesta pesquisa. Entretanto, visando a uma maior agilidade no registro e na leitura dos dados, começamos por analisar, uma a uma – descrevendo, passo a passo, a interpretação do processo de conjunção em seus sentidos externo e interno – vinte seqüências argumentativas extraídas dos doze primeiros textos do *corpus* (tabela 1). Nesse universo, todas as relações conjuntivas causais marcadas por elemento conjuntivo foram discutidas em relação a seu valor semântico e em relação ao tipo de conjunção externa ou interna.

Em seguida, os demais textos (trinta e oito) e seqüências (quarenta e nove) são submetidos ao mesmo tratamento, dessa vez com os resultados da análise apresentados somente em forma de dados, sem o registro da discussão acerca da interpretação de cada uma das relações (tabela 2).

Tabela 1

T e x t o	Seqüência Argumentativa	Elemento conjuntivo causal	Tipo de relação causal	Relação externa ou interna
1	<p><i>escoramento de inferência</i> <i>dado</i> <i>Somente por meio de um governo preocupado socialmente com a nação, ocorrerá a melhor utilização da mentalidade humana. // Os problemas seriam os de matemática, física e biologia, não representando mais a ausência dos direitos do cidadão. // Logo, os problemas apenas propiciam o desenvolvimento de novas teorias e ideologias, quando não forem reveladores de crise sociais.</i> <i>conclusão</i></p>	LOGO	resultado	interna
<p>Comentário: a relação causal de resultado explicitada por <i>logo</i> é considerada interna por funcionar na construção de uma estratégia argumentativa; é uma relação entre eventos lingüísticos cujo sentido é “esta é a conclusão para o que foi dito”, ou seja, a conclusão a que se chega é que os problemas que representam a ausência dos direitos do cidadão não propiciam o desenvolvimento de novas teorias e ideologias.</p>				
3 A	<p><i>escoramento de inferência</i> <i>Navios petroleiros por alguma falha derramam óleo no mar, matando uma infinidade de peixes, aves e outros seres. // Essa notícia já escutamos algumas vezes, nos levando a crer que não repensamos nas falhas e nos defeitos para tentar corrigir. // Então o que teve de bom nesses acidentes?</i> <i>conclusão</i></p>	POR PARA ENTÃO	razão finalidade resultado	externa externa interna
<p>Comentário: o período inicial (oração complexa) dessa seqüência é, individualmente, uma seqüência descritiva, que se encaixa em uma seqüência argumentativa, funcionando como uma de suas partes. A primeira relação coesiva dessa seqüência, explicitada pela preposição <i>por</i>, é externa, uma vez que relaciona dois eventos, um desencadeando o acontecimento do outro: no caso, a falha desencadeando o desastre do óleo derramado. A segunda, marcada por <i>para</i>, também se caracteriza como externa, pois se trata de uma relação inerente aos fatos, não ao processo comunicativo em si: repensar e tentar corrigir são dois fenômenos externos ao ato comunicativo, sobre os quais a linguagem fala. A terceira, marcada por <i>então</i>, ao contrário, configura-se como interna, pois é a conclusão a que se chega pela condução do raciocínio, é algo que se diz como resultado do que se avaliou na porção de texto anterior: se os acidentes se repetem por não pensarmos nos erros para impedir que eles voltem a acontecer, a conclusão é que Esses acidentes não tiveram serventia alguma.</p>				

3 B	<p>dado A <i>imaginação muitas vezes pode vir de uma</i> conclusão <i>premissa falsa, // sendo assim, nunca poderá se</i> dado <i>tornar verdade. // Além disso a imaginação é fruto</i> conclusão <i>do sentimento humano // e por isso nos engana.</i> conclusão <i>// Como ela pode ser boa?</i></p>	SENDO ASSIM	resultado	interna
		POR ISSO	resultado	interna
<p>Comentário: a terceira conclusão nessa seqüência é, na verdade, a conclusão de toda a seqüência, que se compõe de dois esquemas binários formados por dado/conclusão e dado/conclusão, entre os quais – o dado e a conclusão – se interpõe um <i>já-dito</i> (Ducrot) – a tese anterior, implícita e claramente expressa na proposta de redação. A primeira relação conjuntiva, de resultado, marcada por <i>sendo assim</i>, é um caso de relação coesiva interna: seu sentido é construído entre eventos lingüísticos, não entre fatos ou acontecimentos. Diz-se que a imaginação nunca poderá se tornar verdade com base na possibilidade de ela vir de uma premissa falsa. A segunda, da mesma forma, se configura como uma relação interna: no primeiro segmento, a imaginação é apresentada como fruto do sentimento humano, o que faz com que se conclua que ela nos engana. É uma relação entre eventos lingüísticos para a construção de um argumento.</p>				
3 C	<p>dado Da <i>mesma forma que acertamos também</i> escoramento de inferência <i>erramos. // Quando acertamos, repetimos, já</i> <i>quando erramos, temos a tendência a não fazer de</i> conclusão <i>novo. // Por isso dizer que é errando que se</i> <i>aprende é incorreto, mais correto seria dizer que é</i> conclusão <i>fazendo que se aprende. // Sendo assim não</i> <i>temos motivos para errar.</i></p>	POR ISSO	resultado	interna
		SENDO ASSIM	resultado	interna
<p>Comentário: essa seqüência é o parágrafo conclusivo de todo o texto. Ao mesmo tempo em que a conclusão introduzida por <i>sendo assim</i> funciona como uma segunda conclusão para a própria seqüência, também funciona como o ápice da conclusão de todo o texto, para o qual todos os dados conduzem. A primeira relação causal de resultado, marcada com <i>por isso</i>, se caracteriza como interna, pois se dá no âmbito da metafunção interpessoal da linguagem, construindo um raciocínio que leva o leitor a uma determinada conclusão: o enunciador afirma que o acerto leva à repetição da experiência, o erro não; então, conclui que é fazendo que se aprende, não errando. A segunda relação, marcada por <i>sendo assim</i> configura-se como interna. É novamente a construção de um raciocínio, revelando a intenção do enunciador de conduzir o leitor – sentido interpessoal – a uma determinada conclusão, no caso, que não se tem motivo para errar.</p>				

5	<p><i>tese anterior</i> <i>O defeito, o erro, a crise e a imaginação são importantes para se chegar ao conhecimento, ao acerto, à ciência e à verdade. Pessoas tendem a verem os problemas com otimismo, seguindo a idéia de que “há males que vêm para o bem”,</i> <i>dado</i> <i>// mas o fato é que nenhum mal é vivido sem ser desagradável ou sem maiores conseqüências. Um defeito, um erro, uma crise ou uma mentira muitas vezes deixam marcas difíceis de serem removidas.</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>// Um defeito pode resultar em conhecimento,</i> <i>restrição</i> <i>// mas para isso um avião mal montado precisa</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>antes cair e fazer vítimas. // Um erro pode levar</i> <i>restrição</i> <i>ao acerto, // mas para tanto um caixa precisou</i> <i>esvaziar sua conta bancária para cobrir um valor</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>que, sem querer, digitou errado. // Uma crise pode</i> <i>restrição</i> <i>gerar progresso, // mas a de 29 quebrou a</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>economia mundial. // A imaginação pode se revelar mentira, capaz de destruir casamentos. Casamentos talvez em crise, talvez por erro de um dos lados que talvez tenha cometido falhas em suas desculpas e feito, enfim, o outro enxergar a verdade.</i> <i>conclusão</i> <i>// Nenhum ato está alheio a conseqüências. Nenhuma falta tem um desfecho positivo, portanto nenhum desleixo é livre de aspectos negativos.</i></p>	<p>PARA</p> <p>PARA PARA</p> <p>PORTAN- TO</p>	<p>finalidade</p> <p>finalidade finalidade</p> <p>resultado</p>	<p>externa</p> <p>externa externa</p> <p>interna</p>
<p>Comentário: todo o texto 5 configura-se como uma única seqüência argumentativa, onde a tese anterior se faz presente explicitamente, recebendo ainda o reforço de uma paráfrase.</p> <p>As relações de finalidade, nesse caso, são consideradas externas porque um fato é o motivo que desencadeia o outro, ou seja: um avião precisou cair para desencadear o conhecimento; um caixa precisou esvaziar sua conta bancária para proceder ao acerto; o motivo para esvaziar a conta foi o acerto de um erro de digitação. A relação de resultado, por sua vez, é interpretada como interna por encaminhar um raciocínio para uma determinada conclusão, qual seja: todo desleixo tem aspectos negativos.</p>				

7	<p><small>dato</small> <i>Se uma pessoa apresenta falha de caráter e constantes erros, tais atitudes não devem ser tidas</i> <small>escoramento de inferências</small> <i>como virtudes, // primeiro porque falhas de caráter jamais podem ser consideradas boas e segundo porque tais erros prejudicam tanto a pessoa que errou quanto àquelas do seu círculo de influência.</i> <small>conclusão</small> <i>// O importante é procurar não cometer falhas, por menores que sejam, porque ao invés de benefícios trazem apenas profundas crises.</i></p>	<p>PORQUE</p> <p>PORQUE</p> <p>PORQUE</p>	<p>razão</p> <p>razão</p> <p>razão</p>	<p>interna</p> <p>interna</p> <p>interna</p>
<p>Comentário: as três relações causais marcadas nessa seqüência apresentam o mesmo elemento conjuntivo (porque), com o mesmo valor semântico (razão) e o mesmo tipo de relação coesiva (interna). Essas relações não se constroem entre fatos, mas entre passos na construção de argumentos; elas se dão no âmbito do evento discursivo, no processo de interação produtor-leitor do texto.</p>				
8 A	<p><small>dato</small> <i>Defeitos, erros, crise e imaginação. Quem nunca o teve em contato? Impossível existir</i> <small>conclusão</small> <i>alguém que possa negar esta pergunta, // pois embora pareçam palavras inofensivas,</i> <small>restrição</small> <i>// quando usadas, as suas conseqüências podem ser colossais.</i></p>	<p>POIS</p>	<p>razão</p>	<p>interna</p>
<p>Comentário: essa seqüência apresenta sérios problemas estruturais⁶⁰ que resultam em dificuldades para sua compreensão. Aprender as relações semânticas existentes entre seus vários segmentos não é operação fácil, embora, conhecendo a proposta da prova e o contexto de onde foi retirada a seqüência, isso possa ser feito com relativa segurança. Para se chegar à conclusão sobre o valor semântico da relação marcada pelo <i>pois</i>, é preciso se fazer uma releitura do trecho: “Quem nunca esteve em contato com defeitos, erros, crise e imaginação? Impossível existir alguém que possa negar esta pergunta, pois, embora, quando usadas, suas conseqüências possam ser colossais, essas parecem palavras inofensivas”. Ou seja, por parecerem inofensivos, todos já tiveram algum tipo de contato com defeitos, erros, crise e imaginação. A relação de razão, marcada pelo emprego de <i>pois</i>, se estabelece entre <i>Defeitos, erros, crise e imaginação. Quem nunca o teve em contato? Impossível existir alguém que possa negar esta pergunta</i> e <i>pareçam palavras inofensivas</i>; a relação adversativa (Halliday & Hasan), por sua vez, marcada por <i>embora</i>, se dá entre <i>pareçam palavras inofensivas</i> e <i>quando usadas, as suas conseqüências podem ser colossais</i>. Diante desse novo quadro, é possível interpretar a relação conjuntiva causal como uma relação coesiva interna, pois ela se dá no âmbito da metafunção interpessoal da linguagem, uma vez que <i>pareçam palavras inofensivas</i> é a razão para o que se disse antes: <i>Defeitos, erros, crise e imaginação. Quem nunca o teve em contato? Impossível existir alguém que possa negar esta pergunta</i>.</p>				

⁶⁰ Há outros tipos de problemas nessa seqüência, assim como em outras também, mas sua discussão fugiria do objetivo de nosso trabalho. Ademais, reafirma-se o compromisso de não promover “correções” – nem mesmo de grafia – nos textos dos candidatos, pois o resultado delas poderia alterar o efeito de sentido pretendido pelo enunciador.

8 B	<p><i>dado</i> Em política, são infundáveis as notícias de políticos que se deixaram influenciar por seus <i>escoramento de inferência</i> defeitos, // não notando que desta forma certamente cometeriam erros que iriam proporcionar crises em todos os setores da vida <i>conclusão</i> pública. // Sabe-se hoje que se um país enfrenta problemas, é porque seus governantes souberam usar a imaginação para a melhoria de seu povo.</p>	PORQUE	razão	externa
<p>Comentário: numa leitura mais rápida ou mais literal do segmento apontado como conclusão dessa seqüência, poder-se-ia dizer que o produtor do texto omitiu, talvez por falha na cópia do rascunho, a palavra <i>não</i> no trecho <i>é porque seus governantes (não) souberam...</i> Entretanto, devido à carga semântica negativa dada às palavras <i>defeitos, erros, crise e imaginação</i>, é possível ler o trecho entendendo a imaginação como algo ruim, por isso seu uso, pelos governantes, acarretando problemas – tudo isso aliado a uma boa dose de ironia.</p> <p>A relação coesiva é interpretada como externa uma vez que foi o uso da imaginação que desencadeou os problemas enfrentados: é uma relação que se constrói entre fenômenos que constituem o conteúdo do que está sendo enunciado.</p>				
8 C	<p><i>dado</i> Ninguém esta a salvo de exercer estas <i>escoramento de inferências</i> palavras. // A cada minuto, por mau uso da imaginação, aliada aos defeitos, o homem comete <i>restrição</i> erros com diferentes proporções, // pois as vezes dos erros também surgem bons resultados, como quando um assaltante falha em roubar um banco. <i>conclusão</i> // A chave da questão não é lutar contra a natureza e tentar reprimir tais atitudes, mas ter sabedoria para deixar de cometer enganos que ameassem a harmonia do mundo ao redor de todos os homens.</p>	POR	razão	externa
<p>Comentário: o segmento iniciado pelo <i>pois</i> é caracterizado como restrição na seqüência argumentativa, porque, na verdade, o elemento conjuntivo empregado deveria ter sido o <i>mas</i>, ou outro de mesmo valor semântico. A idéia, nesse caso, é de contraste, não entre esse segmento e o imediatamente anterior, mas entre ele e o significado da palavra erro, empregada no segmento anterior.</p> <p>A relação de razão marcada pela preposição <i>por</i> é considerada externa porque o mau uso da imaginação e os defeitos são os eventos que desencadeiam os erros cometidos pelo homem – relação entre fatos. No caso da relação causal de finalidade, o mesmo acontece: ter sabedoria é que desencadeará o fato de não se cometer mais enganos.</p>				

10	<p><i>dado</i> <i>É preciso ser sensato ao se tratar de assuntos sérios, principalmente os que incluem a vida de</i> <i>escoramento de inferência</i> <i>milhares de pessoas. // Não tem nada que ficar</i> <i>conclusão</i> <i>imaginando ou supondo, // o correto é se chegar a conclusões concretas para não haverem erros, os</i> <i>quais, na maioria das vezes, não têm volta.</i></p>	PARA	finalidade	externa
<p>Comentário: a relação conjuntiva causal de finalidade configura-se como externa, pois um fato é o motivo que provoca o outro, ou seja, chegar a conclusões corretas faz com que não haja erros – é uma relação entre fatos, dados da realidade.</p>				
11 A	<p><i>dado</i> <i>Atualmente a técnica e a precisão têm sido exigidas de modo cada vez mais intenso no que se refere a diversas áreas do conhecimento humano.</i> <i>conclusão</i> <i>// Dessa forma o que aparentemente pode ser considerado um simples erro, talvez tenha conseqüências demasiadamente graves atingindo grandes proporções.</i> <i>Escoramento de inferências</i> <i>// Consideremos um médico em uma mesa de cirurgia operando seu paciente; talvez um corte milimetricamente mais profundo ou em um lugar errado implique a morte de tal paciente provocando dor e tristeza nos familiares e amigos que perderam a pessoa querida.</i> <i>Podemos citar ainda, como exemplo do mau que um erro pode causar, os desastres que envolvem prédios mal projetados ou construídos verificados constantemente, por exemplo, através de noticiários. Notamos a dificuldade financeira por que passam várias pessoas que perderam seus apartamentos por uma mazela de construtoras e engenheiros.</i></p>	DESSA FORMA	resultado	interna
		POR	razão	externa

	<p>Comentário: o escoramento de inferências, nessa seqüência, se estende por dois parágrafos. Assim como uma seqüência descritiva, por exemplo, pode encaixar-se em uma argumentativa como uma de suas partes – conforme já demonstrado –, também há a possibilidade do encaixamento de uma seqüência argumentativa em uma outra também argumentativa. É o que acontece com o segundo⁶¹ e o terceiro parágrafos dessa seqüência, que se configuram, cada um de <i>per si</i>, como seqüências argumentativas individualizadas, funcionando como uma das partes específicas de uma outra mais ampla.</p> <p>A relação conjuntiva de resultado marcada por <i>dessa forma</i> é interpretada como interna: o enunciado é construído de forma a tornar clara a intenção do enunciador de encaminhar a conclusão de que um simples erro pode ter conseqüências muito graves. Essa conclusão é reforçada, “escorada”, por assim dizer, nos exemplos apresentados nos dois parágrafos subseqüentes. Já a relação conjuntiva de razão, marcada com <i>por</i>, é externa, relacionando dois fatos, sendo um responsável pelo acontecimento do outro: a mazela de construtores e engenheiros é que desencadeou a perda de apartamentos por várias pessoas.</p>			
11 B	<p><i>dado</i> Podemos citar ainda, como exemplo do mau que <i>escoramento de inferências</i> um erro pode causar, // os desastres que envolvem prédios mal projetados ou construídos verificados constantemente, por exemplo, através de <i>conclusão</i> noticiários. // Notamos a dificuldade financeira por que passam várias pessoas que perderam seus apartamentos por uma mazela de construtoras e engenheiros.</p>	cf. 11A	cf. 11A	cf. 11A
Comentário: conferir análise na seqüência 11A.				
11 C	<p><i>escoramento de inferências</i> Cientes que um erro cometido pode trazer conseqüências drásticas e danosas não só para <i>dado</i> uma, mas para várias pessoas, // devemos procurar, ao máximo, ser zelosos evitando <i>conclusão</i> conseqüentes erros e, // por conseguinte, evitando a possível tristeza e indignação dos que estariam envolvidos em tais erros.</p>	POR CONSE- GUINTE	resultado	externa
Comentário: essa relação coesiva conjuntiva causal de resultado é interpretada como externa por tratar-se de uma relação factual entre fenômenos que constituem o conteúdo do que está sendo enunciado, ou seja, o ser zeloso acarreta o impedimento da tristeza e da indignação de pessoas.				

⁶¹ Essa seqüência não recebe tratamento individual na continuação da tabela por não apresentar, em sua extensão, nenhum elemento conjuntivo – um dos parâmetros de análise neste trabalho.

12	<p><i>tese anterior</i> <i>O defeito, o erro, a crise, a imaginação são importantes para se chegar ao conhecimento, ao</i> <i>acerto, à ciência e à verdade. // Entretanto, muitas vezes, suas conseqüências podem ser negativas.</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>// Assim, ao imaginar explicações para esclarecer lacunas de uma história, pode-se criar uma mentira, caso não se descubra fatos que a complementem e a desvendem. Ao procurar defeitos que façam pensar, pode-se descobrir que este é muito grave e de difícil solução. Como por exemplo, ao analisar uma dor muito forte na cabeça, ao invés de levá-lo a lembrar que você tem uma, pode fazê-lo descobrir que se tem um tumor cuja cura é impossível.</i> <i>Da mesma forma, ao analisar um erro, pode-se descobrir que este é muito grave e de difícil solução e que a análise de uma crise, ao invés de levá-lo ao progresso e a ciência, pode ter conseqüências profundas – basta lembrar de Galileu que quase foi condenado pela Inquisição</i> por <i>não concordar com o modelo geocêntrico e que foi obrigado a voltar atrás com suas idéias para se salvar da fogueira.</i> <i>conclusão</i> <i>// Portanto, ao investigar um erro, um defeito, uma crise e usar a imaginação deve-se não apenas pensar nos bons resultados que estes podem trazer, mas também lembrar que eles podem ter conseqüências negativas e que às vezes não vale à pena arcar com elas.</i></p>	ASSIM	resultado	interna
		POR	razão	externa
		PORTANTO	resultado	interna
<p>Comentário: essa seqüência é, na verdade, todo o texto 12. Esse texto configura-se como uma única seqüência argumentativa, apresentando seus componentes essenciais, conforme postulado por Adam, inclusive em sua ordem de apresentação. A relação de resultado marcada por <i>assim</i> é interpretada como interna por ligar o raciocínio anterior a um tipo de conclusão configurada como demonstração: o escoramento de inferências – âmbito de atuação daquele elemento conjuntivo – oferece algumas comprovações de que <i>muitas vezes, suas conseqüências [do defeito, do erro, da crise, da imaginação] podem ser negativas</i>. A relação de razão marcada pelo <i>por</i> é externa, pois se dá entre dois fatos: o fato de Galileu não concordar com o modelo geocêntrico e o de quase ter sido condenado pela Inquisição. <i>Portanto</i>, por sua vez, marca uma relação interna entre a porção de texto que a ele se segue e toda a porção anterior. Essa relação funciona encaminhando o raciocínio para uma determinada conclusão, ou seja, ela se dá no âmbito da função interpessoal da linguagem.</p>				

16 A	<p><i>dado</i> O desenvolvimento da ciência sempre foi visto pela sociedade como algo revolucionário e capaz de sanar os problemas enfrentados pelo homem.</p> <p><i>restrição</i> // <i>Todavia, muitas conquistas científicas têm mostrado muito mais o quanto alguns pesquisadores querem se enriquecer ou se tornar famosos do que realmente obter técnicas moralmente benéficas aos seres humanos.</i></p> <p><i>escoramento de inferências</i> // <i>Como exemplo, pode-se citar o drama de milhares de pacientes que formam grandes filas nos hospitais em busca de um transplante de órgãos ou de um tratamento ainda sem estudo amplo no país, o que causa grande agonia na</i></p> <p><i>conclusão</i> <i>maioria dos enfermos. // A partir desse ponto de vista, poderia ser dito que a clonagem terapêutica, que se trata da obtenção de um órgão através de uma célula-tronco, é muito válida para garantir a vida.</i></p>	A PARTIR DESSE PONTO DE VISTA	resultado	interna
<p>Comentário: a relação de resultado aqui é interpretada como interna porque se considera o papel, no discurso, do segmento que o elemento conjuntivo <i>a partir desse ponto de vista</i> introduz, ou seja, o modo como esse segmento está relacionado ao que o antecede na perspectiva do enunciador – como a conclusão de um raciocínio. É uma relação entre eventos discursivos.</p>				
16 B	<p><i>dado</i> Por outro lado, não se deve esquecer de que a partir de um tratamento como esse, obtido através de uma clonagem, gera-se um resultado positivo</p> <p><i>escoramento de inferências</i> <i>aparente, // uma vez que uma vida é salva em detrimento de uma outra que poderia nascer.</i></p> <p><i>conclusão</i> // <i>Dessa forma, percebe-se o quanto um problema tão sério como as filas nos hospitais para se conseguir um transplante pode ser aparentemente resolvido através de uma técnica condenável e que é defendida por pesquisadores que querem prestígio de qualquer maneira.</i></p>	UMA VEZ QUE DESSA FORMA PARA	razão resultado finalidade	interna interna externa
<p>Comentário: a relação de razão (<i>uma vez que</i>) é considerada interna porque o segmento que ela introduz é interpretado como a razão para o que foi dito antes, não para algo que aconteceu. A de resultado, da mesma maneira – como interna –, porque o segmento que <i>dessa forma</i> introduz é interpretado como uma conclusão a que se chega com base no que se disse antes. Trabalha-se, nesses casos, no plano do discurso, não no plano dos acontecimentos. Já a relação marcada por <i>para</i> liga dois fatos – o fato da fila nos hospitais e o fato de se conseguir um transplante –, por isso sendo considerada externa.</p>				

16 C	<p><i>dado</i> Logo pode-se inferir que para se combater um problema deve-se tentar encontrar soluções que não causem danos a terceiros ou qualquer outro <i>conclusão</i> tipo de prejuízo. // Somente através da conscientização populacional e do repúdio ao beneficiamento próprio proposto por alguns estudiosos da ciência é que as soluções ilusórias e mentirosas deixarão de ocorrer.</p>	LOGO PARA	resultado finalidade	interna externa
<p>Comentário: nessa seqüência, o escoramento de inferências está implícito, embora possa ser resgatado na parte precedente do texto, pois são os exemplos dos danos de que se fala no dado – a clonagem citada na seqüência 16B é um deles. Essa seqüência é, também, a conclusão de todo o texto; por isso a relação de resultado marcada pelo elemento conjuntivo <i>logo</i> se estabelece entre essa seqüência e toda a parte do texto que a antecede.</p> <p>Essa é uma relação interna, pois é intenção do enunciador encaminhar uma conclusão, trabalhando no plano do discurso. A relação marcada por <i>para</i>, no entanto, é externa, pois o <i>locus</i> da conjunção é o dos fatos: <i>deve-se tentar encontrar soluções que não causem danos a terceiros ou qualquer outro tipo de prejuízo</i> se liga a <i>combater um problema</i>, sendo este último o objetivo do primeiro segmento.</p>				
18	<p><i>dado</i> Para superar crises (ou evitá-las), podemos <i>escoramento de inferências</i> fazer uso da imaginação. // O mundo dinâmico e competitivo exige das pessoas criatividade <i>restrição</i> para resolver problemas e situações difíceis. // Existe porém uma estreita e perigosa ponte entre a imaginação e a ilusão. Essa última, ao contrário da primeira, atrapalha o bom funcionamento do mundo globalizado, pois veda os olhos à realidade e à verdade, fazendo a pessoa se desviar de seus reais objetivos.</p> <p><i>conclusão</i> // Dessa forma é possível perceber que o mundo da globalização não quer pessoas puramente realistas e perfeitas, tão pouco as quer utópicas e imperfeitas. O ideal é que haja um equilíbrio entre as partes e que, por consequência, o progresso seja mantido.</p>	PARA POIS DESSA FORMA POR CONSEQUÊNCIA	finalidade razão resultado resultado	externa externa interna interna
<p>Comentário: as duas primeiras relações, de finalidade e razão, são interpretadas como externas por ligarem fatos que constituem o conteúdo do que está sendo enunciado. No caso da relação de finalidade, ela se dá entre fazer uso da imaginação e superar crises, sendo a segunda o objetivo da primeira; a de razão se dá entre vedar os olhos desviando-se dos objetivos e atrapalhar o bom funcionamento do mundo globalizado, sendo o segundo fato desencadeado pelo primeiro. Já as duas últimas, ambas de resultado, funcionando na construção da argumentação, encaminham o raciocínio para uma conclusão – é o plano do discurso. Por isso são interpretadas como internas.</p>				

	Comentário: todo o texto 20 configura-se como uma única seqüência argumentativa, embora, em sua constituição, haja dois dados, cada qual seguido de um argumento que o sustenta e de uma restrição. Os dois, entretanto, dividem a mesma conclusão, além, é claro, da tese anterior.			
21 A	^{dado} <i>Há momentos em que não se pode errar, // e</i>			
	<i>mesmo assim muita gente, pessoas tolas, acham</i> ^{restrição} <i>que o aprendizado vem com o erro. // Porém será</i> ^{escoramento de inferências} <i>que essas pessoas gostariam de estar num lugar</i> <i>de um paciente que perde a perna por erro</i> <i>medico, de um candidato que não passa no</i> <i>vestibular porque errou só uma questão, ou até</i> <i>mesmo do Roberto Baggio quando este perdeu o</i> <i>penalti que nos deu o tetra-campeonato de</i> ^{conclusão} <i>futebol?! // A resposta com certeza é não, porque</i> <i>dizer palavras bonitas nas horas difíceis é fácil,</i> <i>desde que o problema não aconteça conosco.</i>	PORQUE	razão	externa
		PORQUE	razão	interna
Comentário: o e, no início dessa seqüência, marca uma relação de oposição, de contraste de idéias. Por isso o segmento que introduz configura-se como a restrição da seqüência argumentativa.				
21 B	^{dado} <i>Quem é perfeccionista não tem com o que se</i>			
	<i>preocupar, porque não vive de “quases” e sim de</i> ^{escoramento de inferências} <i>“sempres”. // O perfeccionista sempre descobre a</i> <i>cura, sempre marca o gol e sempre passa nos</i> ^{conclusão} <i>exames. É simplesmente sem erros, // pois no</i> <i>mundo cruel em que vivemos não se pode errar,</i> <i>ou melhor, quase acertar.</i>	PORQUE	razão	interna
		POIS	razão	interna
22	^{dado} <i>Dessa forma, confere-se até mesmo, a</i>			
	^{escoramento de inferências} <i>relatividade do conceito de erro. // Muitas idéias,</i> <i>consideradas erradas, em sua época, são tidas</i> <i>como verdadeiras, hoje. Célebre físico, Isac</i> <i>Newton defendia que a luz possuía massa quando</i> <i>os físicos contemporâneos seus negavam tal</i> <i>característica. Einstein, em pleno século XX,</i> ^{conclusão} <i>provou que Newton estava certo. // Assim, a</i> <i>complexidade do binômio certo e errado só não é</i> <i>maior que suas realizações no campo da ciência.</i>	DESSA FORMA	resultado	interna
		ASSIM	resultado	interna
Comentário: o elemento conjuntivo <i>dessa forma</i> faz a conjunção entre o trecho que introduz e todo a porção de texto que a antecede (cf. texto integral no anexo II).				

24 A	<p><i>dado</i> Será que podemos corrigir nossos erros? Não uma palavra que escrevemos errado, e depois apagamos reescrevendo-a novamente, mas um <i>escoramento de inferências</i> erro no transito, // por exemplo, quando é cometida uma infração na qual se perde uma vida. <i>conclusão</i> Isso não pode ser reparado tão fácil, // então, erros desse tipo não são corrigidos.</p>	ENTÃO	resultado	interna
24 B	<p><i>dado</i> O desejo sobre algo pode levar uma pessoa a <i>escoramento de inferências</i> mentir. É verdade. // Uma criança pode mentir querendo ou passar por alguém, ou então, um viciado em drogas mentindo para si mesmo, <i>restrição</i> dizendo que esta não faz mau // e viver em um mundo irreal é bom. <i>conclusão</i> // Portanto, assim como as religiões acreditam que a perfeição é um “dom divino”; nós devemos estar atentos aos nossos defeitos para não torná-los ainda maiores e irreversíveis.</p>	PORTANTO PARA	resultado finalidade	interna externa
Comentário: nessa seqüência, o elemento conjuntivo <i>e</i> que introduz a restrição marca uma relação de oposição, de contraste de idéias.				
29 A	<p><i>dado</i> A sociedade vive hoje, o processo da super valorização do material, do “capitalismo <i>escoramento de inferências</i> selvagem”, // no qual todos anseiam por mais e mais capital, deixando para segundo plano, as relações pessoais sinceras e harmônicas. <i>conclusão</i> // Adultos, jovens, adolescentes estão cada vez mais determinados e ao mesmo tempo irracionais uma vez que as conseqüências de seus erros não <i>escoramento de inferências</i> estão sendo consideradas pelos mesmos. // Como no caso da garota rica, estudante de direito, que abalou todo o país, com a participação e o planejamento do assassinato dos pais ; na busca de dinheiro fácil para desfrutar com o namorado. Não levando em conta o respeito ao ser humano.</p>	UMA VEZ QUE PARA	razão finalidade	interna externa
Comentário: o escoramento de inferências, nessa seqüência, apresenta-se desmembrado – aparece primeiramente como um argumento propriamente dito e, em seguida, em forma de exemplo.				

29 B	<p><i>dado</i> Os defeitos algumas vezes podem ser úteis, mas na sua grande maioria são dramáticos e trágicos.</p> <p><i>escoramento de inferências</i> // Pois vivemos em conjunto, num meio em que não somos os únicos a sofrer as consequências, e sim todos que estão ao nosso redor. O homem se diz o ser mais evoluído das espécies, dotado de raciocínio e capacidade de superar necessidades,</p> <p><i>restrição</i> // mas ao mesmo tempo e capaz de promover guerras, massacres sobre legiões de indivíduos que nem mesmo sabem o porquê dos acontecimentos.</p> <p><i>conclusão</i> // Contudo a perfeição é impossível, o crescimento e as revoluções devem continuar, porém controlados e calculados para que o preço pago por nós não seja alto demais.</p>	POIS	razão	interna
30	<p><i>dado</i> Os defeitos podem ser muito sérios na vida de uma pessoa, e podem até acabar com a idéia de</p> <p><i>escoramento de inferências</i> um futuro brilhante, // tudo pode cair por terra com um erro cometido, e é cometendo erros que a maior parte das pessoas entram em crise consigo mesmas, as chamadas crises existenciais.</p> <p>Tudo vira uma bola de neve. Começamos com os defeitos, por exemplo, uma pessoa não tem muita concentração (é um defeito), comete o erro de nunca ter procurado tratamento para tal defeito, daí nunca estuda e leva tudo com a “barriga”, até que chega o vestibular e a pessoa não sabe nada, porque nunca teve concentração e</p> <p><i>restrição</i> levou tudo com a “barriga”, // não pensem que na imaginação dessa pessoa existe a idéia de um futuro brilhante, pois essa pessoa não aproveitou seu passado, não sabe o que fazer do presente e o</p> <p><i>conclusão</i> que dirá de seu futuro. // Começar de novo seria uma solução, mas e os defeitos?, primeiro devem ser corrigidos, como corrigi-los? tentando acertar e até errando, pois é errando que se aprende.</p>	DAÍ PORQUE	resultado razão	externa externa
	<p>Comentário: trata-se aqui de uma só seqüência argumentativa constituindo todo o texto. Como elemento conjuntivo, <i>daí</i>, contração da preposição <i>de</i> (função relacional) e do advérbio <i>aí</i> (função dêitica), marca uma relação de resultado entre os segmentos de texto que une.</p>			
	POIS	razão	interna	

32	<p><i>dado</i> <i>Nem sempre os avanços científicos geram</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>benefícios. // Desde quando o homem começou a</i> <i>traçar sua história, ele vem tentando superar</i> <i>limites e nessa busca incansável surgem armas de</i> <i>destruição contra a própria humanidade.</i></p> <p><i>restrição</i> <i>A energia nuclear foi descoberta, // mas com</i> <i>ela vieram as bombas atômicas, que foram e</i> <i>continuam sendo uma ameaça para o mundo.</i></p> <p><i>escoramento de inferências restrição</i> <i>// Vacinas foram criadas, //mas novas doenças</i> <i>surgiram.</i></p> <p><i>escoramento de inferências</i> <i>// Nas cidades as condições de saneamento</i> <i>restrição</i> <i>básico melhoraram // mas o caos e a violência se</i> <i>intensificaram.</i></p> <p><i>escoramento de inferências</i> <i>// Alimentos transgênicos são sintetizados em</i> <i>restrição</i> <i>laboratórios para aumentar a produção, // mas a</i> <i>fome é um fato criado pela distribuição desigual.</i></p> <p><i>escoramento de inferências</i> <i>// Há ainda os efeitos da dominação daqueles</i> <i>que detêm tecnologia sobre aqueles que ainda não</i> <i>restrição</i> <i>a desenvolveram. // Efeitos da dependência e</i> <i>submissão a valores impostos.</i></p> <p><i>conclusão</i> <i>// Por isso imaginar o que pode dar certo e o</i> <i>que se concretiza na verdade vai além do desejo</i> <i>da ciência.</i></p>	POR ISSO	resultado	interna
<p>Comentário: todo esse texto é formado por uma única seqüência argumentativa. O escoramento de inferências é apresentado inicialmente e, depois, desdobrado em forma de exemplos; a cada exemplo, segue-se uma restrição, que, no último caso, é introduzida sem a marca lingüística de oposição – o elemento conjuntivo de adversidade.</p>				
33 A	<p><i>dado</i> <i>No estudo científico as crises, os erros e a</i> <i>imaginação devem ser substituídos pelas</i> <i>pesquisas detalhadas, pela busca da verdade e por</i> <i>escoramento de inferência</i> <i>soluções reais e criativas. // Isto porque neste</i> <i>estudo é importante descartar as crises, que</i> <i>frequentemente, conduzem o homem a buscar</i> <i>resultados rápidos mas nem sempre precisos.</i> <i>Além disso na busca da verdade, não deve-se</i> <i>enveredar pelos caminhos da fantasia – a verdade</i> <i>conclusão</i> <i>deve estar em primeiro plano. // Enfim o ego do</i> <i>próprio cientista deve ser superado pela razão e</i> <i>pelo estudo.</i></p>	PORQUE	razão	interna

33 B	<p><i>dado</i> Quando o homem se depara com um problema, tem como objetivo primordial solucioná-lo.</p> <p><i>escoramento de inferências</i> // É como se existisse uma luta entre o homem e a ciência. Para tentar ganhar esse desafio e solucionar a questão que o aflige, muitas vezes ele recorre a “golpes baixos” que o levam à vitória,</p> <p><i>restrição</i> // mas não mostram o verdadeiro vencedor. // Por isso é primordial que toda a pesquisa se realize com a calma necessária para que se possa obter todos os detalhes. E partindo destes, iniciar a</p> <p><i>conclusão</i> busca por respostas. // É claro que um problema causa angústia, mas a necessidade de uma solução rápida pode conduzir ao erro.</p>	PARA	finalidade	externa
<p>Comentário: nessa seqüência, há duas conclusões. A primeira liga-se diretamente ao escoramento de inferência e à restrição, funcionando como um denominador comum entre os dois. A segunda é a conclusão de toda a seqüência, retomando o que se apresenta no dado.</p>				
33 C	<p><i>dado</i> É importante concluir que o trabalho da ciência deve se dar de maneira tranquila.</p> <p><i>escoramento de inferências</i> // Quando tratamos de um assunto que envolve milhares de pessoas, deve-se ponderar muito a respeito das conclusões obtidas. O ritmo da pesquisa não deve obedecer a rompantes de</p> <p><i>conclusão</i> imaginação. // Este ritmo deve ser levado pela razão do próprio cientista, pois é ela o instrumento mais preciso para distinguir o que é verdade e o que é fantasia.</p>	POIS	razão	interna

34	<p><i>dado</i> A observação de fenômenos, ao longo da evolução científica, açulou a curiosidade humana, promovendo a elaboração de teses que os esclarecesse, e promoveu todas as descobertas</p> <p><i>restrição</i> técnicas verificadas atualmente. // Entretanto, não raro, erros foram atribuídos a certas teses – hoje definitivamente aceitas – gerando entraves à sua veracidade cuja comprovação requisitava tecnologias indisponíveis na época. Portanto, até que nível defeitos imaginados podem “freiar” o progresso?</p> <p><i>escoramento de inferências</i> // Para exemplificar tal “anti-progresso” é conveniente “levantar-se” a história das teorias a respeito da origem da vida cujas vertentes mais discutidas eram a biogênese e a abiogênese.</p> <p>A primeira considerava o surgimento das espécies por meio da união de moléculas simples e posterior duplicação e diferenciação feita através de mecanismos de seleção natural, ao longo de milhares de anos, ou seja, ser vivo provém de outro ser.</p> <p>A segunda teoria propunha, dentre outras, a idéia do surgimento de larvas num pedaço de carne contido em recipiente de vidro devido a uma “força vital” e ao ambiente: carne em putrefação.</p> <p>Entretanto, um cientista defensor da biogênese propôs fechar-se o recipiente e verificou a ausência de larvas, provando não ser possível surgir vida sem uma precursora. Todavia essa teoria não foi ratificada, pois a argumentação de que a vedação do recipiente impediu a atuação da “força vital” não podia ser refutada.</p> <p>Em suma, uma teoria correta (biogênese) adquiriu desconfianças em função de uma idéia equivocada (força vital), desfeita apenas com a descoberta do microscópio (recurso tecnológico recente) e dos germes – suposta força vital.</p> <p><i>conclusão</i> // Portanto, nem sempre os erros promovem o sucesso, mas sim desaceleram-no, permitindo seu restabelecimento, apenas quando revelado enganoso.</p>	<p>PORTANTO</p> <p>DEVIDO A</p> <p>POIS</p> <p>EM FUNÇÃO DE</p> <p>PORTANTO</p>	<p>resultado</p> <p>razão</p> <p>razão</p> <p>razão</p> <p>resultado</p>	<p>interna</p> <p>externa</p> <p>externa</p> <p>externa</p> <p>interna</p>
<p>Comentário: todo o texto 34 é uma única seqüência argumentativa. Há, entretanto, em sua constituição, uma seqüência explicativa, que compõe a maior parte do escoramento de inferências (A primeira... suposta força vital); ela serve a propósitos argumentativos, funcionando como exemplo que dá suporte, nesse caso específico, ao dado e à restrição ao mesmo tempo.</p>				

38	<p><i>dado</i> <i>Erros. Defeitos. Crises. Imaginação. Tudo o que para muitos é considerado construtivo e necessário ao aperfeiçoamento do conhecimento, pode não passar de sérios enganos que levam a pensamentos medíocres e cuja função se resume em desordenar o correto.</i> <i>escoramento de inferência</i> <i>//Há quem diga que quando se erra uma vez,</i> <i>restrição</i> <i>jamais comete-se o mesmo erro. // Porém, essa teoria não é aplicada na prática (salvo raras exceções) já que um ladrão não rouba apenas uma vez, um criminoso não mata um só, um drogado não se droga uma única vez, e tantos outros exemplos em que o mesmo erro é cometido pela mesma pessoa, inúmeras vezes.</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>// Outro ponto negativo dos erros e defeitos, é o poder que os mesmos possuem de influenciar o acerto, já que o correto facilmente se torna</i> <i>restrição</i> <i>errado, // mas a recíproca nem sempre é verdadeira.</i> <i>conclusão</i> <i>// As armadilhas já estão formadas desde o momento em que surgiu a vida, basta a cada um, a consciência de não deixar o erro invadir o correto. O mundo certamente mudará a partir desse momento.</i></p>	JÁ QUE	razão	interna
Comentário: esse texto também se configura como uma única seqüência argumentativa.				
39	<p><i>dado</i> <i>Em períodos de rivalidade extrema entre países, como no momento da Guerra Fria, o mundo passa por épocas de grande desenvolvimento tecnológico. Entretanto essas crises causam grande instabilidade à população</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>mundial. // Logo após a Segunda Guerra Mundial o mundo se bipolarizou. Isso, com certeza, trouxe avanços tecnológicos gerados pela crise.</i> <i>restrição</i> <i>// Contudo, as sequelas dessa crise estão presentes ainda hoje, o que põe em dúvida a relação de crise e desenvolvimento.</i> <i>conclusão</i> <i>// Sendo assim, é perceptível que os erros, os defeitos, as crises, a imaginação, tudo isso deve analisado e contrabalanceado com os benefícios que o desenvolvimento pode apresentar e só assim, se ele for favorável, deve ser buscado.</i></p>	SENDO ASSIM	resultado	interna

40	<p><i>dado</i> <i>O principal defeito do ser humano é imaginar tudo tão fácil, e na hora de agir, não estão</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>preparados para encarar a realidade. // Alguns são insistentes e seguem sua imaginação, causando erros graves por não saberem associar a fantasia com a vida real, e acabam prejudicando quem está a seu redor.</i> <i>restrição</i> <i>// Contudo devemos entender que nem sempre aquilo que imaginamos pode se tornar real,</i> <i>conclusão</i> <i>// e para que as coisas não acabem com tragédias, é melhor estarmos preparados e cientes do mal que um pequeno erro, ou defeito pode ocasionar.</i></p>	POR	razão	externa
43	<p><i>dado</i> <i>Nem sempre os erros são válidos devido as suas catastróficas consequências, e nem toda crise leva ao caminho do esclarecimento ou resolução.</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>// Não é aconselhável que esperemos os erros para fazermos mudanças e revermos nossa postura. Por exemplo, não era necessário que explodisse a bomba atômica para reconhecermos</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>seus efeitos devastadores; // e também plenamente dispensável o defeito de alguns que acreditaram ser superiores que os outros e no direito de eliminá-los por isso, como os alemães em relação aos judeus na 2ª guerra.</i> <i>conclusão</i> <i>// Concluimos serem perfeitamente desnecessárias as consequências de erros, defeitos, crise ou imaginação. Muitas vezes suas consequências são mais que simples alertas que nos levam a pensar e sim fatos lamentáveis que nunca poderemos consertar por ser tarde demais.</i></p>	DEVIDO A	razão	interna
		POR ISSO	resultado	interna
		POR	razão	externa
<p>Comentário: todo o texto 43 é uma única seqüência argumentativa cujo dado é sustentado por dois escoramentos de inferências, cada um apoiado em um exemplo.</p>				

44	<p><i>dado</i> <i>Para muitos errar é o incentivo para fazer</i> <i>restrição</i> <i>certo, // mas nem sempre quando se erra pode</i> <i>escoramento</i> <i>voltar atrás, // imaginem um erro que, teve como</i> <i>consequência a morte de alguém.</i> <i>Além disso, que sociedade teríamos amanhã?</i> <i>Se as crianças de hoje crescessem cientes de que</i> <i>errar é humano e por isso sempre serão</i> <i>perdoados, que seus defeitos de caracter não são</i> <i>sérios mesmo que estes, sejam furtar coisas, ri de</i> <i>um deficiente ou ser preconceituoso.</i> <i>conclusão</i> <i>// Tendo em vista que, erros podem sim, ser</i> <i>prejudiciais a tantas pessoas é bem mais fácil</i> <i>acreditar que a sociedade pode ser mais feliz e</i> <i>viver melhor se seus indivíduos procurassem se</i> <i>não, dissipá-los pelo menos evitá-los</i></p>	<p>POR ISSO</p> <p>TENDO EM VISTA QUE</p>	<p>resultado</p> <p>razão</p>	<p>interna</p> <p>interna</p>
<p>Comentário: novamente tem-se aqui o caso de uma única seqüência argumentativa compondo um texto.</p>				
45 A	<p><i>dado</i> <i>A busca pelo conhecimento, pela verdade e</i> <i>pelo acerto conduziu a sociedade ao estágio de</i> <i>avanço atual referente à ciência e tecnologia.</i> <i>restrição</i> <i>// Esse processo de busca consiste, muitas vezes,</i> <i>no uso da imaginação e na geração de erros, de</i> <i>defeitos e de crises com o propósito de conhecer e</i> <i>conclusão</i> <i>dominar o sistema estudado. // Apesar da</i> <i>possibilidade de sucesso e de obtenção de</i> <i>resultados, o desenrolar do processo, muitas</i> <i>vezes, envolve danos e prejuízos atribuídos aos</i> <i>erros gerados e á imaginação utilizada.</i></p>	<p>COM O PROPÓSITO DE</p>	<p>finalidade</p>	<p>externa</p>
45 B	<p><i>dado</i> <i>A aplicação de determinados recursos no</i> <i>método da ciência, como os defeitos e a</i> <i>imaginação, é limitada pelas consequências</i> <i>conclusão</i> <i>desfavoráveis que podem apresentar. // É preciso,</i> <i>portanto, considerar no processo científico a</i> <i>relação entre o prejuízo e o esforço empreendido</i> <i>é o que pode ser obtido desse processo.</i></p>	<p>PORTANTO</p>	<p>resultado</p>	<p>interna</p>

46	<p style="text-align: center;"><i>dado</i></p> <p><i>Durante toda a vida acadêmica somos desestimulados a errar, seja pela pressão social, seja por nossa própria pressão individual.</i></p> <p style="text-align: center;"><i>escoramento de inferências</i></p> <p><i>// Socialmente inviável, o erro é visto como vergonha, o que retarda o desenvolvimento criativo intelectual e científico de nossos estudantes.</i></p> <p><i>Muito foi dito sobre Albert Einstein. Todos sabem que ele foi o físico responsável pela Teoria da Relatividade, apesar de poucos saberem realmente o que ela representa. No entanto, pouco foi ressaltado sobre sua vida escolar. Einstein era um aluno tido como regular, ou melhor, problemático, tinha várias dificuldades em matemática. Apesar disso, se tornou um dos maiores gênios do século XX.</i></p> <p><i>Charles Darwin, antes de viajar ao redor do mundo no famoso Beagle, por não ter se enquadrado em nenhuma das universidades a que foi mandado, já vislumbrava seu futuro como clérigo. Entretanto, durante essa viagem e de acordo com as suas observações teve seus preceitos bíblicos modificados e acabou por elaborar a teoria mais aceita para explicar o desenvolvimento dos seres vivos até os dias atuais, a Teoria da Evolução.</i></p> <p style="text-align: center;"><i>conclusão</i></p> <p><i>// Apesar de inicialmente desprezados por suas idéias revolucionárias, esses cientistas, por meio do uso de sua criatividade e imaginação, foram capazes de contestar verdades absolutas e imutáveis de acordo com nossa sociedade. Por não pensarem como todos pensavam, ignoraram a cartilha pronta e contestando, questionando e errando foram responsáveis por grandes progressos da humanidade.</i></p>	POR	razão	externa
<p>Comentário: novamente trata-se aqui de um texto constituído por uma única seqüência argumentativa. O escoramento de inferências oferece um argumento a favor do dado e apóia-se em dois exemplos: Einstein e Darwin. Interpõem-se, então, na seqüência argumentativa, duas seqüências descritivas (<i>Einstein era um aluno... do século XX.</i> e <i>Charles Darwin, antes de... a Teoria da Evolução</i>), que servem, nesse contexto, a propósitos argumentativos.</p>				

47	<p><i>dado</i> <i>Em anos de história podemos observar que muitas crises, defeitos e erros foram cometidos e muitas histórias foram imaginadas criando problemas, história que não passavam de mentiras.</i></p> <p><i>escoramento de inferências</i> <i>// Na história do mundo podemos relatar crises que levaram países à uma condição de miséria, alguns por pouco tempo, outros estão nessa situação, até hoje, erros humanos imperdoáveis, alguns deles cometido pela imaginação, dom dado aos homens, mas que infelizmente alguns usam de forma errada, defeitos que criados propositalmente destruíram vidas ou defeitos que o homem gostaria que não existissem, mas que infelizmente fazem parte de nosso dia a dia.</i></p> <p><i>Podemos citar vários exemplos de crises, uma delas que afetou o mundo na década de 30 e até hoje não esquecida, foi a quebra da bolsa de Nova York, que levou pessoas a falência no mundo inteiro, muitas pessoas se suicidaram; um exemplo de um erro imperdoável, talvez cometida pela imaginação de Hitler, que queria uma raça pura, a raça ariana e por isso matou milhares de judeus e negros ou o erro dos brancos de pensar que os negros eram de uma raça inferior e por isso escraviza-los, ou exemplos de defeitos, como o da bomba atômica, defeito criado pelo homem que talvez não imaginasse que ao tirar um elemento do átomo fosse criar uma arma que destruiu vidas no Japão durante a 2ª guerra mundial e que até hoje é motivo de pânico em todo o mundo, ou o defeito de células que causa câncer em milhares de pessoas.</i></p> <p><i>conclusão</i> <i>// Com tudo concluímos que os erros, defeitos e crises apesar de contribuírem para o avanço da ciência, causam muito mais danos que benefícios para a humanidade e a natureza.</i></p>	<p>POR ISSO</p> <p>POR ISSO</p> <p>CONTU- DO</p>	<p>resultado</p> <p>resultado</p> <p>resultado</p>	<p>interna</p> <p>interna</p> <p>interna</p>
<p>Comentário: o texto 47 é uma única seqüência argumentativa. Nela o escoramento de inferências (segundo parágrafo) apóia-se em exemplos (terceiro parágrafo). A conclusão é introduzida pelo elemento conjuntivo <i>com tudo</i>, fruto de escolha equivocada do produtor do texto, que criou uma relação de resultado entre o último parágrafo e todo o segmento textual que o precede, mas usou, como marca dela, um elemento que semanticamente se liga a oposição, contraste (<i>contudo</i>).</p>				

49 A	<p><i>dado</i> A imaginação já faz parte da rotina de muitos, ela faz com que pessoas idealizem vidas perfeitas e esqueçam de que é preciso lutar para que os sonhos de sua imaginação se tornem realidade, e faz também com que muitos vivam em um mundo de mentiras.</p> <p><i>escoramento de inferências</i> // Hoje em dia a vida é muito mais difícil e dura para conseguir concluir o ideal de vida, é preciso lutar, muitas vezes até sofrer. E, por não ser fácil ter o que se deseja, as pessoas acabam imaginando como seria perfeito se tivessem o desejado e se esquecem que os desejos só se tornarão realidade quando elas lutarem por seus ideais.</p> <p>Com a imaginação pessoas acabam inventando situações que não existem, como uma mulher que é tratada mal por seu marido, mas diz a todos e se comporta como se o seu marido fosse carinhosos com ela. Assim pessoas vivem em um mundo de mentiras e de aparências.</p> <p><i>conclusão</i> // Achar que a imaginação é necessária para a felicidade é um erro, pelo contrário, a felicidade está muito além disso. Quando as pessoas pararem de sonhar, elas continuarão e serão até mais felizes, pois estarão lutando pelos seus ideais e vivendo a vida sem mentiras. Se tornando pessoas mais lutadoras e com mais coragem para viver a vida.</p>	PARA QUE	finalidade	externa
		PARA POR	finalidade razão	externa externa
		ASSIM	resultado	interna
		POIS	razão	externa
Comentário: apesar de o texto 49 configurar-se macroestruturalmente como uma única seqüência, com suas partes essenciais bem demarcadas, existem, ainda, em sua constituição, duas seqüências argumentativas naquela encaixadas: uma funcionando como o exemplo em que se apóia escoramento de inferências e outra funcionando como a conclusão do texto, ambas planejadas em seguida – quando seus elementos conjuntivos serão analisados.				
49 B	<p><i>dado</i> Com a imaginação pessoas acabam inventando</p> <p><i>escoramento de inferências</i> situações que não existem, // como uma mulher que é tratada mal por seu marido, mas diz a todos e se comporta como se o seu marido fosse</p> <p><i>conclusão</i> carinhosos com ela. // Assim pessoas vivem em um mundo de mentiras e de aparências.</p>	cf. 49A	cf. 49A	cf. 49A

49 C	<p><i>dado</i> // Achar que a imaginação é necessária para a felicidade é um erro, pelo contrário, a felicidade <i>escoramento de inferências</i> está muito além disso. // Quando as pessoas pararem de sonhar, elas continuarão e serão até mais felizes, pois estarão lutando pelos seus ideais <i>conclusão</i> e vivendo a vida sem mentiras. // Se tornando pessoas mais lutadoras e com mais coragem para viver a vida.</p>	cf. 49A	cf. 49A	cf. 49A
51	<p><i>dado</i> Com o surgimento dos problemas, imaginamos soluções que podem piorar mais esse obstáculo, aprofundar mais ainda as crises, descobrindo assim que essa solução era uma mentira e um erro.</p> <p><i>escoramento de inferências</i> // Pare para pensar! No nosso governo, recentemente controlamos a inflação por aproximadamente 10 anos, através do plano real. Mas pelo visto, apenas prorrogamos uma crise do país, pois já há vestígios da volta da inflação.</p> <p>O erro foi na administração do país, onde aumentou o poder de compra e influenciou a importação e não o crescimento do consumo do produto interno.</p> <p>Também não foi investido nenhum recurso para o incentivo à indústria nacional e, para piorar, foi vendida quase todas as empresas estatais, retirando assim o poder do estado de controlar o preço dos produtos.</p> <p>O defeito do país foi ter um administrador incompetente, o erro, aprovar suas idéias que não passaram de mentiras, as quais aprofundarão uma crise já existente.</p>	COM ASSIM POIS ASSIM	razão resultado razão resultado	externa externa interna Externa
<p>Comentário: à semelhança de outros já analisados aqui, esse texto configura-se como uma seqüência argumentativa. Entretanto, falta o parágrafo de conclusão do texto como um todo, que retomaria o dado, explicitado no primeiro parágrafo. O último parágrafo aqui apresentado configura-se como o fechamento do escoramento de inferências, que trata dos problemas econômicos do Brasil. Ou seja, falta ao texto uma conclusão que retome a introdução. Nela, um tema mais amplo é apresentado, sendo desejável que houvesse uma conclusão que retomasse esse tema geral, não se fixando no específico do exemplo usado como apoio para o escoramento de inferências. O elemento conjuntivo <i>com</i> funciona na conjunção entre dois fatos, por isso tratar-se de relação externa. Lemos essa relação como de causa (razão – o surgimento de problemas desencadeando as “soluções”), embora ela também esteja muito próxima da noção de tempo – uma das cinco relações conjuntivas listadas por Halliday & Hasan.</p>				

53 A	<p><i>dado</i> Alguns dos nossos defeitos podem nos levar a alguns erros muito mais graves do que possa ser imaginado. // A ganância é um defeito gravíssimo se não for controlado, pois quem visa o dinheiro, o poder acima de tudo e de todos é capaz de qualquer coisa para alcançar o seu objetivo, quem sabe até de cometer um assassinato, que é um erro muito grave e que com toda certeza causará</p> <p><i>conclusão</i> inúmeras mudanças na vida de uma pessoa. // Tais mudanças acarretaram em crises familiar, profissional e até quem sabe em uma crise pessoal, pois tudo que foi imaginado que aconteceria não passou de uma grande mentira inventada pelo seu próprio defeito, que não o deixou ver o que aconteceria se tal ato fosse consumado.</p>	POIS	razão	interna
<p>Comentário: toda essa seqüência argumentativa funciona como escoramento de inferências para a seqüência, também argumentativa, que a ela se segue no texto e que é, na seqüência desta tabela, planejada. Ela funciona como uma das partes da próxima seqüência, estando nela encaixada.</p>				
53 B	<p><i>dado</i> Todos possuímos defeitos, cometemos erros, passamos por crises e imaginamos coisas que mais tarde enxergamos que é mentira, passamos por momentos complicados em nossas vidas,</p> <p><i>restrição</i> // porém temos o poder de saber o que é certo e o</p> <p><i>conclusão</i> que é errado, até onde nós podemos ir. // Por isso, devemos pensar muito antes de agir.</p>	POR ISSO	resultado	Interna
<p>Comentário: o escoramento de inferências dessa seqüência está um parágrafo acima no texto (cf. anexo II) e corresponde à seqüência 53A aqui analisada.</p>				
54 A	<p><i>dado</i> Erros estão freqüentemente ocorrendo, mesmo sabendo que a perfeição é prática constante, o erro tem por definição algo de ruim.</p> <p><i>escoramento de inferências</i> // Um erro médico pode nos levar à morte, um erro em uma prova nos traz mais um ano de</p> <p><i>conclusão</i> estudo, // e assim vamos praticando a fim de completarmos nossa jornada.</p>	A FIM DE	finalidade	Externa

54 B	<p><i>Imaginar um mundo perfeito pode até nos trazer minutos de prazer, // mas este artifício tem de ser usado com cautela, // pois o que primeiramente foi impulsionado por uma insatisfação, na volta deste subterfúgio, a decepção com o real pode nos levar a anos de amargura.</i></p>	POIS	razão	interna
58	<p><i>Esses cientistas foram punidos pela Igreja e sociedade da época visto que suas idéias eram consideradas revolucionárias e anti-éticas, para aquela época. // Nenhuma sociedade é apta a receber as grotescas mudanças impostas pela ciência visto que, classifica de anti-etico os cientistas que ultrapassam seus princípios. Na sociedade atual, por exemplo, discute-se sobre clonagem terapeutica e transgênicos.</i></p> <p><i>// Sendo assim, na sociedade tudo que passa por natural torna-se imutável. Logo, podemos concluir que a mutabilidade da ciência necessita ultrapassar os limites da ética, pois só assim seus experimentos e observações tornar-se-ão verdades comprovadas.</i></p>	<p>VISTO QUE</p> <p>VISTO QUE</p> <p>SENDO ASSIM</p> <p>LOGO</p> <p>POIS</p>	<p>razão</p> <p>razão</p> <p>resultado</p> <p>resultado</p> <p>razão</p>	<p>externa</p> <p>externa</p> <p>interna</p> <p>interna</p> <p>interna</p>

69	<p>^{dado} Chegará o dia em que o homem terá que assumir e responder pelos erros que cometeu, e não terá mais como ignora as crises que ^{conclusão} construiu. // Nesse dia ele verá então, que todos os sonhos e imaginações sobre a evolução era tudo mentira e que tudo que criou não poderá ajudar a resolver os problemas que também criou.</p>	ENTÃO	resultado	interna
70	<p>^{dado} O homem é um ser preguiçoso, // colocar o cérebro para funcionar, ou seja, refletir, trabalhar bem os problemas, as idéias é a última coisa que ele faz e só quando as coisas começam a ^{conclusão} desmoronar. // É por isso que a maioria das vezes seu crescimento é doloroso.</p>	POR ISSO	resultado	Interna
72 A	<p>^{dado} O que uma pessoa imagina, na realidade é uma verdade estabelecida no seu mundo (mundo ^{escoramento de inferências} mental), // ou seja, o individuo cria na sua mente um quadro qualquer e repassa para a realidade (para o seu convívio). Seria assim, um individuo cria em sua mente que consegue se relacionar muito bem com as pessoas, esse quadro mental estabelecido faz com que o individuo obtenha grande auto-estima para resolver o problema pressuposto. ^{conclusão} // Assim este usa o quadro mental positivo a seu favor.</p>	PARA ASSIM	finalidade resultado	externa interna
72 B	<p>^{dado} Portanto a imagem que temos de nós, pode ser ^{restrição} conseqüência do nosso quadro mental, // porém esse espectro próprio formado, é que faz com que ^{conclusão} nós possamos melhor conviver em sociedade, // ou seja, a mentira é um fator das relações sociais.</p>	PORTANTO	resultado	Interna
Comentário: este parágrafo é a conclusão de todo o texto (cf. anexo II).				

73	<p><i>dados</i> As crises são o estopim das mudanças, sem elas muito pouco seria modificado ou mesmo <i>restrição</i> criado, // mas o efeito devastador de uma crise profunda é sentido durante muito tempo e causa muitas seqüelas quase que irreversíveis.</p> <p><i>escoramento de inferências</i> // Erros levam ao atraso, é certo que sem eles não se chega a respostas, mas a sua seqüência pode ser desastrosa. É comum quando não se tem um princípio seguro, ou seja, um ponto de partida, incorrer em séries de erros que não trazem benefício algum.</p> <p><i>conclusão</i> // Deve-se portanto, evidenciar a diferença entre o erro construtivo, aquele que acaba por levar ao acerto, e o erro que é fruto da incompetência, da especulação, que apenas leva ao atraso e a uma série de crises que não proporcionam crescimento ou oportunidades, apenas destroem.</p>	PORTANTO	resultado	Interna
75	<p><i>tese anterior</i> O erro é uma forma de aprendizado. É através dele que, muitas vezes, o conhecimento é obtido.</p> <p><i>dado</i> // Porém, persistir com o erro pode se tornar frustrante.</p> <p><i>escoramento de inferências</i> // A vontade de vencer na vida, tornando-se, assim, um grande profissional, é grande. Mas para se conseguir esse sucesso, é necessário passar por algumas dificuldades. Aí é onde está o problema, pois como consequência dessas dificuldades vem o erro.</p> <p>É válido considerar, que na sociedade moderna, os erros não são vistos de maneira saudável, mas sim, de uma maneira sem boas perspectivas, de forma que a pessoa que erra mais de uma vez é vista como uma pessoa incompetente. Isso influencia esses supostos incompetentes de tal maneira que acabam por se tornar verdadeiramente incompetentes, talvez pelo medo de persistir no mesmo erro.</p> <p><i>conclusão</i> // Logo, não se deve deixar que a persistência no erro iniba a capacidade de cada um.</p>	ASSIM PARA POIS DE FORMA QUE QUE LOGO	resultado finalidade razão razão resultado resultado	interna externa interna interna externa interna

81	<p><i>dado</i> <i>A incansável busca do homem pela perfeição, conhecimento e verdade, tem feito o ser humano criar situações arriscadas, que só trazem prejuízos, atrasos, frustrações e injustiças.</i> <i>Se já se sabe que erros, defeitos e crises só trazem problemas, então para que criá-los?</i> <i>Escoramento de inferências</i> <i>// O que deveria ser feito: buscar cada vez mais reduzir os erros através de processos mais seguros, deixar de dar tanto peso à imaginação na hora de investigar um fato, tomar como base fatos reais.</i></p> <p><i>conclusão</i> <i>// Assim as injustiças, frustrações e risco criados por este processo errado de errar para acertar seria eliminado.</i></p>	ENTÃO	resultado	interna
82	<p><i>dado</i> <i>O ser humano se desenvolveu e evoluiu, devido a sua capacidade de contornar situações através formulações de pensamentos. O aprendizado com os próprios erros fez com que ele tenha se aprimorado cada vez mais, ao longo de sua existência.</i> <i>escoramento de inferência</i> <i>// Todo o conhecimento concreto e científico vieram através de experimentos, situações errôneas devidamente corrigidas, e de pensamentos dedutivos que o homem fez para tentar explicar determinados fenômenos.</i></p> <p><i>restrição</i> <i>// Só que esse tipo de pensamento é sujeito a falhas que podem nos levar a eventuais problemas de incertezas e má compreensão.</i></p> <p><i>conclusão</i> <i>// As consequências de tais fundamentações é que podemos misturar erroneamente abstrato e concreto estando a um passo de confundirmos o real do fictício. E o nosso senso de discernimento da realidade passou a ser a nossa maior cilada para cairmos no equívoco.</i></p>	DEVIDO A	razão	Externa

88 A	<p><i>tese anterior</i> <i>dado</i> <i>O avanço pode ser encarado como produto dos</i> <i>escoramento de inferências</i> <i>erros, das crises, da imaginação. // A medicina,</i> <i>por exemplo, evolui a cada nova doença</i> <i>descoberta, a tecnologia, a cada necessidade de</i> <i>tempo e espaço a serem ganhados.</i></p> <p><i>conclusão</i> <i>// Não é errado o ditado que diz: “há males que</i> <i>vêm para o bem”, afinal são muitas as conquistas</i> <i>dentro dessa lógica.</i></p> <p><i>dado</i> <i>No entanto é de se pensar até que ponto tudo</i> <i>isso é válido, pois tudo o que é negativo, pode sim</i> <i>ter solução, mas pode também, e é assim na</i> <i>maioria das vezes, deixar graves sequélas.</i></p> <p><i>conclusão</i> <i>Por tanto seria melhor evoluir das coisas já</i> <i>boas, assim não haveria lugar para contra-</i> <i>indicações.</i></p>	<p>POIS</p> <p>PORTANTO ASSIM</p>	<p>razão</p> <p>resultado</p> <p>resultado</p>	<p>interna</p> <p>interna</p> <p>interna</p>
<p>Comentário: o texto 88 configura-se macroestruturalmente como uma seqüência argumentativa. Nela, a tese anterior (<i>O avanço pode... dentro dessa lógica.</i>) está explícita e é, ela mesma, uma seqüência argumentativa – cujas partes estão também demarcadas – encaixada na maior. Realiza-se, nesse texto, o esquema mais complexo previsto por Adam, estando explícita a tese anterior e havendo uma contraposição de argumentos – argumento e contra-argumento.</p>				
90	<p><i>dado</i> <i>Todo ser é capaz de imaginar coisas incríveis e</i> <i>conclusão</i> <i>isso em excesso, torna-se um defeito, // pois a</i> <i>imaginação não passa de uma mentira que</i> <i>queremos que seja realidade.</i></p>	<p>POIS</p>	<p>razão</p>	<p>Interna</p>
<p>Comentário: nessa seqüência, o escoramento de inferências aparece em forma de exemplo, no parágrafo anterior (cf. anexo II).</p>				

96	<p><i>dado</i> <i>Mentira ou verdade paradoxo mental onde não se justifica nem se abrandam fatos, conseqüências são inevitáveis, o erro muitas vezes não tem volta, o defeito não tem conserto. Na utopia da imaginação, revelasse uma sociedade stagnada pela ignorância do homem.</i></p> <p><i>escoramento de inferências</i> <i>// A morte de um paciente por inegritencia médica, não pode ser justificada pelas noites mal dormidas do médico, pois isto não o traria de volta, a queda de um edifício não pode ser atribuída ao erro de cálculo do engenheiro por defeito na calculadora, assim como é icoerente afirmar que a crise econômica a que somos submetidos não é culpa de um governo</i></p> <p><i>conclusão</i> <i>irresponsável a que elejemos. // Mentiras e omissões só nos fazem enganar a nós mesmos, que fugindo de nossas culpas e conseqüências mostramos ser errôneos desde o princípio.</i></p> <p><i>De fato erros e defeitos não tem justificativa, o atropelamento de uma criança que brincava no meio da rua por um homem embriagado não tem perdão, pouco importa se ele havia acabado de perder a mãe, o fato é que ele agora é um assassino, o que sem dúvidas não tem desculpas.</i></p>	POIS	razão	externa
<p>Comentário: todo o texto 96 é uma seqüência argumentativa. Sua conclusão configura-se de forma mais complexa, uma vez que retoma o dado explicitamente, com o segmento <i>De fato erros e defeitos não tem justificativa</i>, e o confirma por meio do exemplo que a ele se segue imediatamente.</p>				
98	<p><i>dado</i> <i>Contudo, mostra que depois de um mal de saúde vive-se de outro modo e enfrentamos outros</i></p> <p><i>conclusão</i> <i>problemas, // pois mesmo que curada, não só o corpo mas os sentimentos não serão os mesmos.</i></p>	POIS	razão	Interna

Após o levantamento e a análise dos dados, passamos a descrever e discutir os resultados obtidos na próxima seção.

4- Resultados

Após a análise dos dados nas seqüências argumentativas, apresenta-se, na próxima tabela, uma visão geral da distribuição das relações conjuntivas causais em seus sentidos externo e interno:

Tabela 3 – Relações Externas e Internas

Tipo de Relação	Ocorrências / Total	Frequência
Externa	66 / 147	45%
Interna	81 / 147	55%

Essa tabela mostra a predominância das relações conjuntivas causais do tipo interna sobre as do tipo externa no que diz respeito ao *locus* da conjunção. Considera-se esse primeiro resultado significativo, pois, de acordo com os parâmetros propostos para esta análise (cf. cap. III), a relação coesiva conjuntiva considerada interna é aquela que se dá no processo que constitui o evento discursivo, sendo interpretada no âmbito da função interpessoal da linguagem. Isso significa dizer que a hipótese que provocou esta pesquisa se confirma: em textos do tipo argumentativo – não só de orientação, mas de estrutura argumentativa –, as relações conjuntivas causais configuram-se majoritariamente como relações internas, demonstrando uma preocupação maior do produtor do texto com as relações inerentes à organização do discurso, ao processo comunicativo em si nas formas de interação escritor-leitor.

Para uma visão mais detalhada, apresenta-se a distribuição, em três outras tabelas, dos resultados obtidos, de acordo com o valor semântico das relações constituídas: razão (Tabela 4), resultado (Tabela 5), finalidade (Tabela 6):

Tabela 4 – Relação Causal de Razão

Tipo de relação causal: RAZÃO		
Elemento conjuntivo causal encontrado	Relação externa (ocorrências)	Relação interna (ocorrências)
POIS	6	14
PORQUE	3	7
POR	9	0
DEVIDO A	3	1
JÁ QUE	0	4
UMA VEZ QUE	0	2
VISTO QUE	2	0
DE FORMA QUE	0	1
TENDO EM VISTA QUE	0	1
EM FUNÇÃO DE	1	0
COM	1	0
E	1	0
Ocorrências / Total	26 / 56	30 / 56
Frequência	46%	54%

Tabela 5 – Relação Causal de Resultado

Tipo de relação causal: RESULTADO		
Elemento conjuntivo causal encontrado	Relação externa (ocorrências)	Relação interna (ocorrências)
POR ISSO	0	11
PORTANTO	0	11
ASSIM	2	8
LOGO	1	4
ENTÃO	0	4
SENDO ASSIM	0	4
DESSA FORMA	0	4
POR CONSEQÜÊNCIA	0	1
POR CONSEGUINTE	1	0
POR TUDO ISSO	0	1
A PARTIR DESSE PONTO DE VISTA	0	1
DAÍ	1	0
QUE	1	0
E	0	1
COM TUDO ⁶²	0	1
Ocorrências / Total	6 / 57	51 / 57
Frequência	11%	89%

⁶² Embora sendo fruto de escolha inadequada do produtor do texto para marcar uma relação de resultado, o que aqui se considera é o valor semântico da relação conjuntiva constituída e o modo como ela se constrói no texto, com sentido externo ou interno.

Tabela 6 – Relação Causal de Finalidade

Tipo de relação causal: FINALIDADE		
Elemento conjuntivo causal encontrado	Relação externa (ocorrências)	Relação interna (ocorrências)
PARA	27	0
PARA QUE	4	0
A FIM DE	2	0
COM O PROPÓSITO DE	1	0
Ocorrências / Total	34 / 34	0 / 34
Frequência	100%	0%

A leitura das tabelas 4, 5 e 6 demonstra que, entre as relações causais de razão, resultado e finalidade marcadas por elemento conjuntivo, somente a última funciona exclusivamente em um dos “planos” de constituição do texto, ou seja, apenas em sua conjunção externa. Observa-se um equilíbrio relativo no quadro das relações de razão, a predominância clara das relações internas no âmbito das relações de resultado e a exclusividade das relações externas no que se refere às de finalidade. Esse resultado individualizado da frequência das relações causais torna possível relativizar a primeira conclusão a que se chegou (cf. tabela 3).

O que se pode perceber, pela comparação entre os resultados demonstrados nas três últimas tabelas, é que há um descompasso entre as frequências com que ocorrem relações externas e internas no âmbito das três relações coesivas conjuntivas analisadas. As relações causais de razão e resultado configuram-se majoritariamente como internas, atendendo, de certa forma, à expectativa inicial. Entretanto, foi inesperado o resultado individual da relação causal de finalidade, que, ao contrário, em sua totalidade configurou-se como externa. Apesar de, no cômputo geral, o resultado corroborar a hipótese levantada – em textos argumentativos, as relações coesivas conjuntivas causais configuram-se majoritariamente como relações internas –, o índice de 100% de frequência da relação de finalidade como externa provoca questionamentos.

Halliday & Hasan (1977) não fazem nenhum tipo de consideração acerca da importância maior ou menor das diferentes relações conjuntivas causais na constituição dos diferentes tipos de texto e da função específica que neles desempenham. Entretanto, como nosso objeto de análise são textos do tipo argumentativo, procuramos, assentados nas bases teóricas em que se constrói este trabalho (cf. capítulo II), considerar cada uma dessas três

relações conjuntivas em seus aspectos semânticos e estruturais, tendo em vista a função que desempenham na realização textual do esquema prototípico da seqüência argumentativa proposto por Adam (1992).

Conforme comprovam os dados expostos nas tabelas 4, 5 e 6, as relações de razão e de resultado são mais freqüentes no tipo de texto argumentativo do que as de finalidade. A observação da composição das seqüências argumentativas discutidas nas tabelas 1 e 2, no que diz respeito às porções de texto em conjunção – considerando-se o valor semântico de causa, especificamente de razão, de resultado e de finalidade –, permite-nos afirmar que as relações de razão e de resultado cumprem uma função específica na organização da seqüência argumentativa, estando intimamente relacionadas a algumas de suas partes essenciais.

Com base no cruzamento da freqüência das relações marcadas – de razão, de resultado e de finalidade – e de seu emprego nos componentes específicos da seqüência argumentativa – dado, escoramento de inferências, restrição e conclusão – (tabela 7), é possível chegar a algumas conclusões sobre como esses dados se inter-relacionam na constituição do tipo de texto argumentativo.

Tabela 7

Relações causais	Ocorrências nos componentes da seqüência argumentativa			
	Dado	Escoramento de inferências	Restrição	Conclusão
Razão	7 / 56	26 / 56	3 / 56	20 / 56
Resultado	7 / 57	10 / 57	1 / 57	39 / 57
Finalidade	9 / 34	6 / 34	4 / 34	15 / 34

Como se pode constatar, a relação causal de razão funciona basicamente na construção do escoramento de inferências e da conclusão das seqüências argumentativas. Sendo o escoramento de inferências a fase da seqüência que corresponde à apresentação de argumentos em favor do dado apresentado (premissa), a relação de razão distribui, entre os segmentos que coloca em conjunção, os papéis de causa e efeito, fato e explicação para a realização da intenção comunicativa do produtor do texto de justificar a defesa de determinado ponto de vista (cf. seqüências 29B – tabela 2 – e 16B – tabela 1). Na conclusão, a relação de razão, atuando da mesma forma, une dois segmentos de texto semanticamente estratégicos para a conclusão de um raciocínio, auxiliando na integração do exposto anteriormente na seqüência à idéia contida no dado, ou seja, na constatação inicial (cf. seqüência 33C – tabela 2).

A relação de resultado, por sua vez, se concentra basicamente na conclusão da seqüência argumentativa, em favor da qual convergem os demais componentes. Geralmente a relação de resultado se constitui entre a conclusão e toda a porção de texto anterior da seqüência, pois visa a integrá-los, geralmente confirmando a constatação inicial (cf. seqüência 12 – tabela 1).

No que se refere à relação de finalidade, pode-se dizer que há uma distribuição relativamente equilibrada de sua freqüência entre os componentes da seqüência argumentativa. Pela análise dos componentes em que a relação de finalidade se constitui, o que se constata é que, diferentemente do que ocorre com as relações de razão e de resultado de uma forma geral, ela não é responsável pela configuração do componente como uma categoria semântico-funcional na seqüência a que pertence. A relação de finalidade atua, geralmente, uma camada “abaixo” da dos componentes da seqüência, e o segmento que contém em si a idéia de objetivo, propósito – introduzido pelo elemento conjuntivo específico – funciona como um dos constituintes da estrutura da oração complexa (cf. cap. II, 4.2, nota nº 25), que pode, esta sim, funcionar como o componente da seqüência, ou mesmo como parte dele. (cf. seqüências 5 e 18 – tabela 1 – e seqüências 19 e 24B – tabela 2).

Enfim, pode-se dizer que as relações de razão e de resultado definem predominantemente o escoramento de inferências e a conclusão, categorias semântico-funcionais essenciais à constituição da seqüência argumentativa, pois são elas que sustentam e confirmam, respectivamente, a idéia inicialmente lançada no dado. Sozinhas, elas perfazem um total de 72% da freqüência das relações como internas, o que é, agora, bastante significativo.

Tabela 8

Relações Causais	Externas	Internas
Razão	26 / 56	30 / 57
Resultado	6 / 56	51 / 57
Ocorrências / Total	32 / 113	81 / 113
Freqüência	28%	72%

A realização textual da intenção argumentativa do produtor do texto, buscando convencer seu interlocutor acerca da “verdade” que defende, depende muito, e especialmente,

da eficácia na construção dessas duas relações que atuam na base da constituição dos componentes da seqüência argumentativa, principalmente o escoramento de inferências e a conclusão.

Assim sendo, é preciso considerar, na análise dos resultados obtidos com o levantamento dos dados, que os textos que compõem o *corpus* de nossa pesquisa são redações de vestibular e que, portanto, apresentam singularidades e restrições características desse gênero específico. São textos produzidos por alunos recém-egressos do ensino médio, que não sofreram nenhum tipo de revisão por que passam normalmente os textos que circulam em sociedade; textos produzidos em situação de concurso, sob intensa pressão emocional, portanto; textos que procuram atender a um contrato de comunicação rígido e cujo projeto nem sempre é o que seu produtor gostaria de desenvolver. É preciso, assim, relativizar as conclusões a que se chegou, considerando-as, inicialmente, como específicas do *corpus* em questão, sem, no entanto, invalidar algumas generalizações possíveis.

Na presente pesquisa, a busca da explicação dos sentidos externos e internos construídos pelo processo de conjunção baseia-se em ocorrências de relações conjuntivas causais, marcadas lingüisticamente, em seqüências argumentativas extraídas de redações de vestibular. No âmbito desse estudo, não se procura estender as conclusões sobre os resultados obtidos para todos os gêneros planejados por seqüências argumentativas nem estender os padrões aqui encontrados a todos os textos do tipo argumentativo. O que é relevante destacar é a validade da distinção proposta por Halliday & Hasan (1977) para as relações conjuntivas – especificamente aqui as causais –, que, como recurso coesivo, funcionam nos dois “planos” de construção do texto: na conjunção externa e na conjunção interna, correspondendo, respectivamente, à distinção entre as metafunções ideacional e interpessoal da linguagem. É relevante destacar, também, a predominância das relações do tipo internas no texto argumentativo, principalmente as de razão e de resultado nos componentes semântico-funcionais denominados escoramento de inferências e conclusão (Adam: 1992) – o que, no entanto, não invalida a importância das relações externas (função ideacional), que ligam “conteúdos”, ou seja, manifestações lingüísticas “da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência” (Halliday: 1976). É a linguagem servindo à manifestação de “conteúdo” e ao estabelecimento e à manutenção de relações sociais, persuadindo, convencendo por via da interação entre sujeitos.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado caracteriza as relações coesivas conjuntivas causais como relações externas e internas, distinção que se deriva da base funcional do sistema semântico da língua, determinando o *locus* da conjunção.

Conforme se pôde observar no capítulo III, no *corpus* analisado, a conjunção acontece entre os fenômenos que constituem o “conteúdo” do que está sendo dito (relação externa) e na interação propriamente dita, entre proposições (relação interna). A fim de determinar os sentidos externo e interno das relações conjuntivas, procedemos à leitura das seqüências argumentativas em que elas ocorrem, sem, no entanto, perdermos de vista o contexto maior em que se realizam: o texto e o co-texto. Com base nessa análise, buscamos explicar os sentidos que estariam em jogo em cada caso. Constatamos, então, a predominância das relações internas sobre as externas nessa amostragem de textos que se configuram como do tipo argumentativo. Mais do que isso, percebemos a íntima relação entre as relações causais do tipo internas de razão e de resultado, e o escoramento de inferências e a conclusão – componentes semântico-funcionais das seqüências argumentativas.

A identificação desses dois tipos de conjunção – externa e interna, que correspondem, respectivamente, às metafunções ideacional e interpessoal da linguagem –, como recursos coesivos que funcionam na construção dos dois “planos” diferentes de estruturação do texto, confirma, no português, a observação de Halliday & Hasan (1977: 241) mencionada na seção 4.1 do capítulo II, onde se diz que, quando usamos a conjunção na construção de textos, podemos explorar tanto as relações externas – inerentes ao fenômeno o qual a linguagem descreve –, quanto as internas – inerentes ao processo comunicativo, na forma da interação entre falante e ouvinte. E reforçam a idéia de que *o limite entre elas não é sempre nítido; mas ele está lá, e forma uma parte essencial da totalidade da imagem*. Conforme os autores, consideramos válida essa distinção e ainda vemos nela um meio para ampliar os estudos sobre o texto, explicitando os processos de organização do texto argumentativo, nos quais a funcionalidade das estruturas gramaticais têm papel central.

Apesar de considerarmos válida a distinção entre relações externas e internas, sabemos que este trabalho apresenta uma limitação de natureza quantitativa. Seria necessário um conjunto mais amplo de ocorrências para o estabelecimento de uma base maior para as generalizações propostas. Essa limitação quantitativa se deve à opção por uma análise

detalhada das ocorrências em contexto, ou seja, as relações causais encontradas foram analisadas em cada uma das seqüências argumentativas de que fazem parte, havendo, às vezes, três seqüências em um único texto e duas ou três relações em cada seqüência – o que dificultou lidar com os dados. Os aspectos quantitativos, assim, restringiram-se a cálculos simples de porcentagem, porém foi possível chegar a alguns índices quantitativos relevantes.

Embora tendo sido possível correlacionar as relações externas e internas a propriedades específicas do tipo de texto argumentativo, especificamente as redações de vestibular analisadas, cabe observar que o tipo de texto argumentativo pode se configurar de outras formas, participando da constituição de outros gêneros – um editorial de jornal, por exemplo. Cumpriria saber se, em outros gêneros, os resultados encontrados seriam os mesmos, uma vez que todo gênero tem uma estrutura discursiva específica e que gêneros diferentes variam no uso que fazem do processo de conjunção, inclusive em sua orientação externa ou interna.

Um outro ponto relevante que não é objeto de análise nesta tese são as relações coesivas conjuntivas causais não-marcadas, ou seja, aquelas que se constituem por justaposição. Em nosso *corpus*, observamos que 50% dos textos analisados não apresentavam relações coesivas conjuntivas causais marcadas por elemento conjuntivo, o que confirma a conjunção como uma relação semântica (cf. item 2.2, do cap. II), conforme Halliday & Hasan (1977). Seria importante averiguar se essas relações conjuntivas causais ditas desmarcadas apresentariam a mesma freqüência e os mesmos valores que as relações marcadas apresentaram, no mesmo gênero e tipo de texto. Por tudo isso, é necessário relativizar a generalidade e o alcance de nossas conclusões.

Apesar das limitações mencionadas, consideramos que há, na análise que desenvolvemos, contribuições teóricas significativas para os estudos da língua. A contribuição mais geral diz respeito à aplicação de pressupostos da abordagem sistêmico-funcional à análise de fatos da língua portuguesa. Em nosso caso específico, esse enfoque permitiu discutir um novo aspecto do processo de coesão na construção de textos argumentativos, tema que vem despertando a atenção de muitos estudiosos do português e que interessa diretamente a professores e alunos em todos os níveis de ensino.

A contribuição teórica mais específica é a descrição semântica do processo de conjunção causal nos dois “planos” de constituição do texto, o que se dá no âmbito da metafunção ideacional da linguagem, conectando os “conteúdos” da experiência, e o que se dá

no âmbito da metafunção interpessoal da linguagem, conectando proposições na construção de estratégias argumentativas.

O sistema de parâmetros estabelecido para a análise proposta mostra-se adequado à representação das relações conjuntivas causais externas e internas em correlação com as categorias semântico-funcionais das seqüências argumentativas nos tipos de texto argumentativo. Além disso, pode-se dizer que este trabalho oferece a possibilidade de respaldar teoricamente estudos sobre essa correlação em outros tipos de texto – narrativo, descritivo etc. – e mesmo em relação ao argumentativo, em outros gêneros – editorial, carta etc.

Além do interesse teórico, os resultados dessa investigação podem ser úteis à prática pedagógica. O estudo das relações entre gramática e discurso é muito importante como subsídio na formação dos professores e na elaboração de material didático que privilegia o enfoque na função das estruturas da língua mais do que na forma. Representa, também, uma alternativa à abordagem tradicional da gramática (GT), pois explicita as relações entre a estrutura do sistema lingüístico e o uso que se faz dele na interação social, tornando possível estabelecer bases objetivas para a abordagem pedagógica das habilidades de leitura e escrita.

Mais especificamente no que se refere às noções aqui discutidas, as conclusões a que se chegou fornecem embasamento para uma renovação no trabalho com a produção de textos, uma vez que se delineia um modelo de análise que favorece não só o ensino da redação, mas sobretudo o processo de avaliação dos textos produzidos pelos estudantes.

Esse tipo de análise não é freqüente na prática escolar, pois os docentes não são, via de regra, preparados para fazê-lo. Além disso, o demonstrativo de análise mostra-se adequado na forma como está desenvolvido, pois desvela o arcabouço do texto, que é o que importa, a alguns docentes e à maioria dos alunos, conhecer. Conforme Sautchuk (2003: 18):

Raramente os teóricos da língua têm-se detido em analisar a comunicação especificamente via textos escritos e muito menos em avaliar-lhes a má formação. Preocupam-se em considerar apenas condições ideais de produção e debruçam-se no estudo de textos também idealmente configurados. Contudo, a elaboração textual mediante o código escrito reveste-se de muitos aspectos peculiares que precisam ser levados em consideração e que vão caracterizar diferenciadamente tanto o ato de escrever em si como o produto final.

Ao se trabalhar com a noção de seqüência aliada à noção de gênero, como demonstrado, renova-se o trabalho com a redação escolar tradicionalmente praticado nas

escolas. Narração, descrição e dissertação, antes considerados gêneros, passam, então, a ser entendidos como componentes dos textos, podendo combinar-se em sua composição. O trabalho com gêneros na escola desenvolve, nos alunos, competências relativas às seqüências. A análise do gênero editorial, por exemplo, desenvolve a habilidade de argumentar, que será transferida para outros gêneros em que essa seqüência ocorrer quando de sua leitura ou escrita – na redação de vestibular, por exemplo. É importante que se agrupem os gêneros de acordo com o tipo de seqüência que se quer privilegiar, visando ao desenvolvimento das habilidades específicas de argumentar, narrar, descrever etc. Os PCN fazem esse agrupamento com base na instância social de ocorrência dos gêneros, o que não atende a essa prerrogativa.

Segundo Bernstein (*apud* Halliday, 1976: 137):

... para ter sucesso no sistema educacional, uma criança precisa saber usar a linguagem como meio de aprender, além de saber usá-la na interação pessoal. Isso pode ser entendido como exigências específicas de seu domínio das funções ideacional e interpessoal da linguagem.

A organização interna típica de um gênero textual, assim como das seqüências que o compõem, é um dos aspectos de sua textura. Por isso a necessidade de sua exploração, nas aulas de língua portuguesa, ao lado da exploração das estruturas gramaticais intrafrásicas e da coesão interfrásica. Todos esses aspectos juntos é que vão dizer como e por que o texto significa o que significa e por que ele é interpretado de determinada maneira. A análise semântica aqui proposta, sempre ancorada nas marcas lingüísticas, demonstra que a análise lingüística de um texto não pode ser somente uma interpretação, mas uma explicação do texto, uma explicação sobre por que e como ele significa o que significa.

No âmbito da frase, a relação que se dá entre as estruturas é a de partes formando um todo, e esse todo funciona como uma nova parte, que formará um todo maior, um dentro do outro. A gramática funcional chama a isso uma configuração orgânica de elementos, em que cada um tem uma determinada função em relação ao todo. Portanto, é indiscutível a importância da gramática, uma vez que são as categorias gramaticais que realizam os padrões de significado. A grande ênfase que se vê hoje, nos meios acadêmicos, em relação à Análise do Discurso e à Lingüística Textual tem relegado o estudo das estruturas gramaticais a um segundo plano. Segundo Halliday (2002: xvi), *uma análise de discurso que não se baseie na gramática não é uma análise, mas simplesmente um comentário rápido sobre um texto.*

Halliday, então, insiste na pluralidade funcional que se constrói na estrutura lingüística e que é a base da organização semântica e sintática – ou seja, lexical e gramatical – da língua. Sua proposta configura-se como uma teoria não apenas extrínseca, mas também intrínseca das funções da linguagem. Segundo ela, a multiplicidade funcional se reflete na organização interna da língua – sua estrutura gramatical –, e essa organização interna está a serviço das várias necessidades a que a língua serve. Ou seja, é uma proposta de expansão de uma *gramática da frase* para uma *gramática do discurso* – o que representa uma mudança no enfoque do trabalho com a língua, mudança essa corroborada pelos resultados de nossa tese. Justifica-se essa mudança de foco, principalmente, por duas razões: primeiro, porque existem muitos fenômenos lingüísticos que só se explicam em termos de unidades maiores do que a frase, exigindo uma análise que considere um contexto lingüístico mais amplo; depois, porque existem muitas expressões lingüísticas que são menores do que a frase, embora funcionando como enunciados completos e independentes no discurso.

Assim, na concepção de Halliday (2002), a gramática funcional toma a semântica como base e organiza-a em torno do texto, interpretando a língua como uma rede de relações. Nessa perspectiva, a unidade da língua em função, por excelência, é o texto, e o que se coloca em foco é a construção de seu sentido.

Então, conforme Dutra, Costa & Oliveira (2003: 239):

Sabe-se que a língua funciona por meio de textos postos em situações concretas de interação comunicativa. Sabe-se, também, que é no texto que a gramática de fato atua; ela é, na verdade, a língua em uso. E é assim que o aluno deve percebê-la: como um conjunto de elementos que são utilizados e interferem na construção de textos, estabelecendo relações entre si e causando efeitos de sentido.

Não menos importante que todas as considerações de natureza gramatical, fica patente nesta tese a consolidação da Redação de Vestibular como sendo um gênero textual a ser considerado.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. T. T. V. *O processo de referenciação e a construção do texto argumentativo*. Tese de doutorado. UFRJ – RJ, 2002.
- ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.
- ANSCOMBRE, J. C. 1995. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995.
- ANSCOMBRE, J. C. & DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.
- AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BEAUGRANDE R. A. DE & DRESSLER W. U. *Introduction to textlinguistics*. London: Longman, 1981.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BONINI, A. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L. e outros (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- BRONCKART, J. P *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 1999.
- CAVALCANTI, S. L. *As conjunções do Português: uma abordagem semântico-argumentativa*. Tese de Doutorado. PUC – RJ, 1989.
- CHARAUDEAU. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- _____. A argumentação talvez não seja o que parece ser. In: GIERING, M. E. & TEIXEIRA, M. *Investigando a linguagem em uso*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2004.
- _____. & MAINGUENEAU (orgs.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DOOLEY, R. A. & LEVINSOHN, S. H. *Análise do discurso: conceitos básicos em lingüística*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. Argumentação e topoi argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- DUTRA, V. L. R. *Os Fatores de Textualidade*. Trabalho apresentado no II Seminário Integrado de Pesquisa em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

_____. *O texto de opinião no ensino fundamental*. Cadernos do CNFL, 2005. Volume IX, número 10. Publicação *on line* (<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/10/index.htm>).

DUTRA, V. L. R. & SCHELE, Magda B. *Esquemas de Coesão Sequencial e Procedimentos de Argumentação na Redação do Vestibular UERJ/2002*. Trabalho apresentado na XIX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos. Fortaleza: UFC, 2002.

DUTRA, V. L. R. & SIMÕES, D. M. P. *A iconicidade, a leitura e o projeto do texto*. Pelotas: EDUCAT, 1998. Linguagem e ensino. Revista do Mestrado em Letras – Universidade Católica de Pelotas. Vol. 1, n. 1.

_____. *La iconicidad em la unidad textual: um análisis*. Puebla, México: Universidad Autónoma de Puebla, 2003. Escritos – Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje. n. 27.

DUTRA, V. L. R., COSTA, K. R. R. da & OLIVEIRA, I. J. de. Fatores de textualidade em poemas-canção da MPB. In: HENRIQUES, C. C. (org.) *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2003.

FÁVERO, L. L. & KOCH, I. V. *Lingüística textual: introdução*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GARCIA, O. M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

GERALDI, J. W. *Linguagem e Ensino*. Campinas: Mercado de Letras – ALB, 1996.

_____. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GOLDER, C. *Le développement des discours argumentatif*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1996.

GUIMARÃES, E. *A Articulação do Texto*. 5ª. ed. São Paulo: Ática, 1997.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (org.) *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

_____. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1979.

_____. *An introduction to functional grammar*. 2ª. ed. London: Edward Arnold, 2002.

_____. *On Grammar*. London – New York: Continuum, 2003.

HALLIDAY, M. A. K & HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1977.

HAWAD, H. F. *Tema, sujeito e agente: a voz passiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional*. Tese de Doutorado. PUC – RJ, 2002.

HENRIQUES, C. C. *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2003.

HENRIQUES, C. C. H. & SIMÕES, D. M. P. *Língua e cidadania; novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. 5ª. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

_____. *Texto e coerência*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Argumentação e linguagem*. 7ª. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002b.

- _____. & TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- LABOV, W. & WALWTSKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal narratives. In: HELM, J. (org.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: Washington University press, 1967.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1992.
- LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: University Press, 1969.
- LUNA, M. J. de M. *A redação no vestibular: a elipse e a textualidade*. Recife: Editora Universitária / UFPE, 1998.
- MACEDO, W. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1991.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, L. *A Lingüística do Texto: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983. (Série Debates, 1)
- _____. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. e outros (org.). *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- _____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M. e outros (orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue. 2005.
- MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: MARTELOTTA, M. E. e outros. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- MELO, G. C. de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- MEURER, J. L. O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORTKAMP, M. B.; TOMITCH, L. M. B. (orgs.). *Aspectos da lingüística aplicada*. Florianópolis: Editora Insular. 2000.
- MEURER, J. L. e outros (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- NEVES, M. H. de M. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: editora Unesp, 2000.
- _____. *A Gramática: História, Teoria e Análise, Ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.
- OLIVEIRA, H. F. de. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores. In: GÄRTNER, E. et alii. *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt: TFM, 2000.
- _____. Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua. In: HENRIQUES, C. C. & SIMÕES, D. (orgs.) *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2004.
- PCN *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio – linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: ministério da educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.
- PERELMEN, C. *O império retórico: retórica e argumentação*. 2ª ed. Lisboa: Asa Editores. 1999.

PERELMEN, C. & OLBRECHTS-TYTECA L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAID ALI. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.

SANTOS, L. W. (org.). *Discurso, Coesão e Argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

SAUTCHUK, I. *A produção dialógica do texto escrito: um diálogo entre escritor e leitor interno*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SILVA, J. M. da & ESPÍNDOLA, L. (orgs.) *Argumentação na língua: da pressuposição aos topoi*. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2005.

SIMÕES, D. M. P. Leitura e produção de textos: subsídios semióticos. In: AZEREDO, J. C. S. de. *Aulas de Português: Perspectivas Inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Semiótica e ensino: reflexões teórico-metodológicas sobre o livro-sem-legenda e a redação*. 2ª ed. Digital em CD. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006a.

_____. *Projeto de texto e iconicidade: uma reflexão sobre a eficácia comunicativa*. Tese de estágio pós-doutoral em Comunicação & Semiótica, supervisionado pela Profa. Dra. Lucia Santaella. PUC-SP, 2006b.

SOUZA, L. V. de. *As proezas das crianças em textos de opinião*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

TOULMIN, S. E. L'agencement des arguments. In: TOULMIN, S. E. *Les usages del'argumentation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Composição Tipológica de Textos como Atividade de Formulação Textual*. Trabalho apresentado na XIX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos. Fortaleza: UFC, 2002.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.

VILELA, M. & KOCH, I. *Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra, Gramática da Frase, Gramática do Texto/Discurso*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: HUCITEC/FUNCAMP. 1980.